

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO 197 Jul.-dez.
2019

Julietta Palmeira
A incessante luta
da mulher brasileira

Programa de fomento à iniciação científica da
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da
Bahia: Objetivos e resultados alcançados

O efeito dos indicadores
socioeconômicos sobre o status
de saúde nos municípios baianos

PEDRO H. G. FERREIRA DE SOUZA

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL



C&P 197 Jul.-dez. 2019
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA DOS SANTOS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JORGETE OLIVEIRA GOMES DA COSTA

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Arthur Souza Cruz

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA ADJUNTA
Aline Pereira Rocha, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Guillermo Javier
Pedreira Etkin, Lucigleide Nery Nascimento, Pedro Marques de Santana

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

CONSELHO EDITORIAL
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio
Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gervásio Ferreira dos
Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro
Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo,
Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto, Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo, Mercejane Wanderley
Santana, Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis, Ian Almeida Mota
(Estagiário), Rafael Carvalho da Cruz Góes (Estagiário)

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL /
EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Ludmila Nagamatsu Dias

REVISÃO DE LINGUAGEM
Bernardo de Menezes

DESIGN GRÁFICO E WEB
Julio Vilela, Nando Cordeiro, Vinícius Luz

WEB DEVELOPER
Ingrid Souza Pinheiro (Coinf)

EDITORIAÇÃO
Nando Cordeiro

ILUSTRAÇÃO
Vinícius Luz

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa,
Patrícia Fernanda Assis da Silva

IMPRESSÃO
EGBA - Tiragem: 100 exemplares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita. Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador:
SEI, 2020.
n. 197
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

4 **CARTA DO EDITOR**7 **ECONOMIA EM DESTAQUE**

ECONOMIA BAIANA RETOMA CRESCIMENTO EM RITMO LENTO

Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Pedro M. de Santana

33 **ENTREVISTA**

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

ARTIGOS39 **PROGRAMA DE FOMENTO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA: OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Rosângela Moreira de Oliveira, Carolina de Andrade Spinola, Laumar Neves de Souza, José Gileá

59 **O EFEITO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS SOBRE O STATUS DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS BAIANOS**

Andressa Lemes Proque

79 **VULNERABILIDADE SOCIAL E CRIMINALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: UMA ABORDAGEM COM MÉTODOS QUANTITATIVOS¹**

Sueli das Graças Silva de Oliveira, Everaldo Freitas Guedes, Gilney Figueira Zebende

94 **PONTO DE VISTA**

A INCESSANTE LUTA DA MULHER BRASILEIRA

Julieta Maria Cardoso Palmeira

96 **LIVROS**98 **CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****INDICADORES CONJUNTURAIS**106 **INDICADORES ECONÔMICOS**115 **INDICADORES SOCIAIS**124 **FINANÇAS PÚBLICAS**

CARTA DO EDITOR

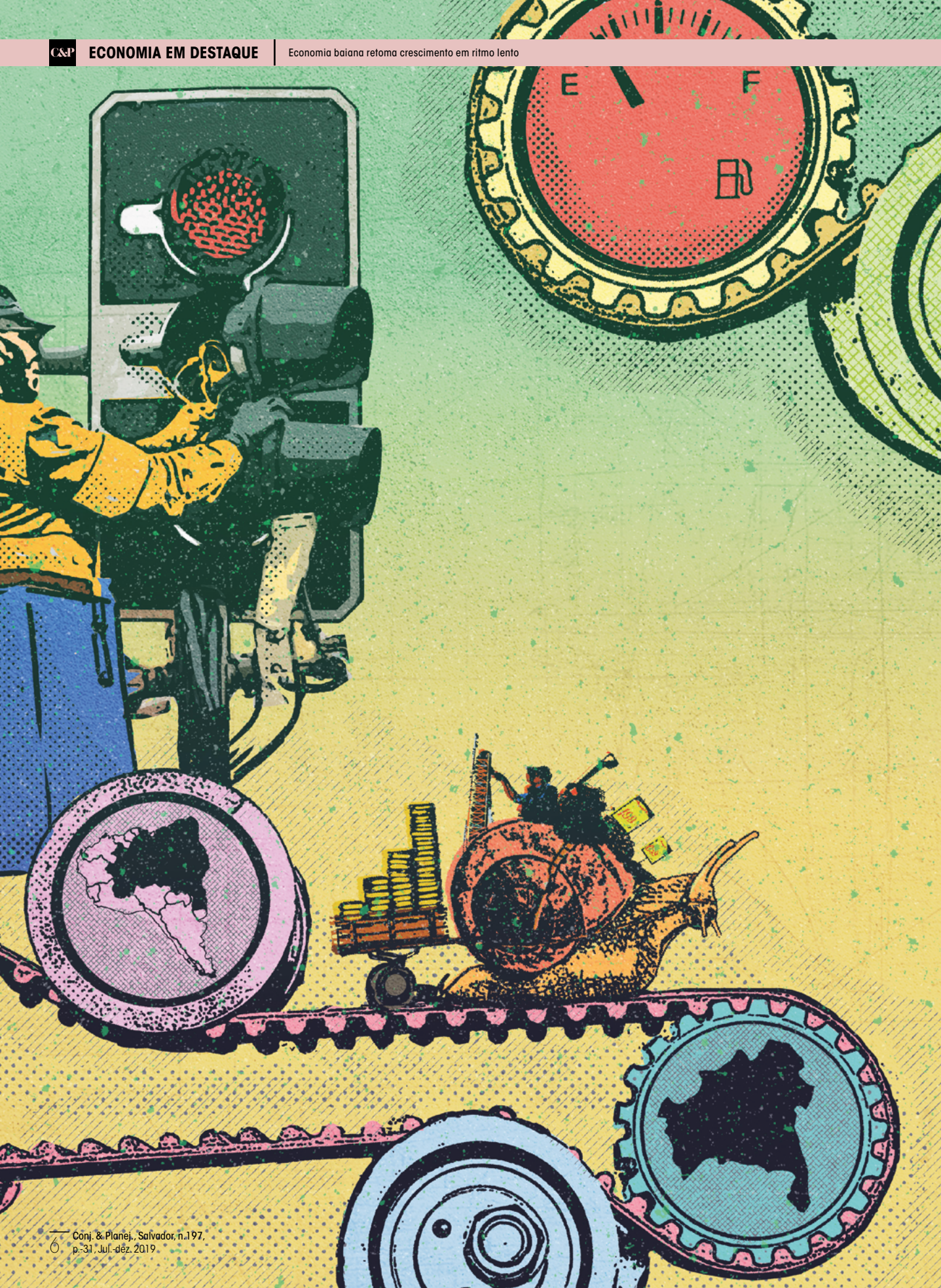
A edição 197 da revista *Conjuntura & Planejamento* retrata um cenário ainda incerto para a atividade econômica. No terceiro trimestre do ano de 2019, o panorama mundial permanece em desaceleração, apesar das estimativas positivas de crescimento. No Brasil, de acordo com a equipe de conjuntura da SEI, os resultados da atividade econômica sinalizam para uma retomada bastante gradual do Produto Interno Bruto (PIB). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (IBC-Br), *proxy* mensal do PIB, avançou 0,44% na passagem de agosto para setembro, ajustada a sazonalidade, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Este número da revista apresenta, na seção *Ponto de Vista*, a percepção da Dra. Julieta Maria Cardoso Palmeira, médica geriatra e secretária de Políticas para as Mulheres – Bahia. Segundo Palmeira, na atualidade, as políticas para mulheres estão em retrocesso e as brasileiras resistem para garantir as suas conquistas. Na sua avaliação, a retirada do porte de ministério da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres significa não somente impacto na disponibilidade de área técnica e de gestão para formular e implementar políticas, mas principalmente nos recursos orçamentários para investir nessas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e de combate à desigualdade de gênero. Assim, se faz necessária a existência de programas educativos de forma sistemática e de ações de sensibilização.

A seção *Entrevista* traz a conversa com o Dr. Pedro H. G. Ferreira de Souza, sociólogo pela UnB e pesquisador do Ipea. Atuante nas áreas de pesquisas que incluem desigualdade de renda, pobreza, mobilização e políticas sociais, Souza faz uma explanação sobre a desigualdade de renda no Brasil. Em sua opinião, esse problema nunca foi “atacado” estruturalmente, e nem ousamos em fazer reformas mais profundas. Também acredita, assim como alguns estudiosos, que a escravidão contribuiu para o processo de concentração no Brasil, mas defende que não se deve atribuir essa questão apenas ao passado. Pois a desigualdade foi sendo reproduzida de novas maneiras ao longo do tempo.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Andressa Lemes Proque, intitulado “O efeito dos indicadores socioeconômicos sobre o *status* de saúde nos municípios baianos”. Nesse trabalho, a autora analisa a relação entre os indicadores socioeconômicos e a qualidade da saúde para a população residente nos 417 municípios do estado da Bahia. Segundo Proque, a compreensão de como os indicadores socioeconômicos afetam a saúde individual pode gerar questões importantes para fins de políticas públicas e de qualidade de vida dos indivíduos. Outro trabalho é o de Rosângela Moreira de Oliveira, Carolina de Andrade Spinola, Laumar Neves de Souza e José Gileá com o tema “Programa de Fomento à iniciação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia: objetivos e resultados alcançados”. A pretensão dos autores foi identificar quais são as bases que sustentam e dão sentido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), assim como procurar avaliar qual tem sido a sua eficácia, por meio dos resultados por ele alcançados.

Assim, a edição 197 da *C&P* reforça o objetivo de oferecer uma avaliação sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto nem de emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazos.



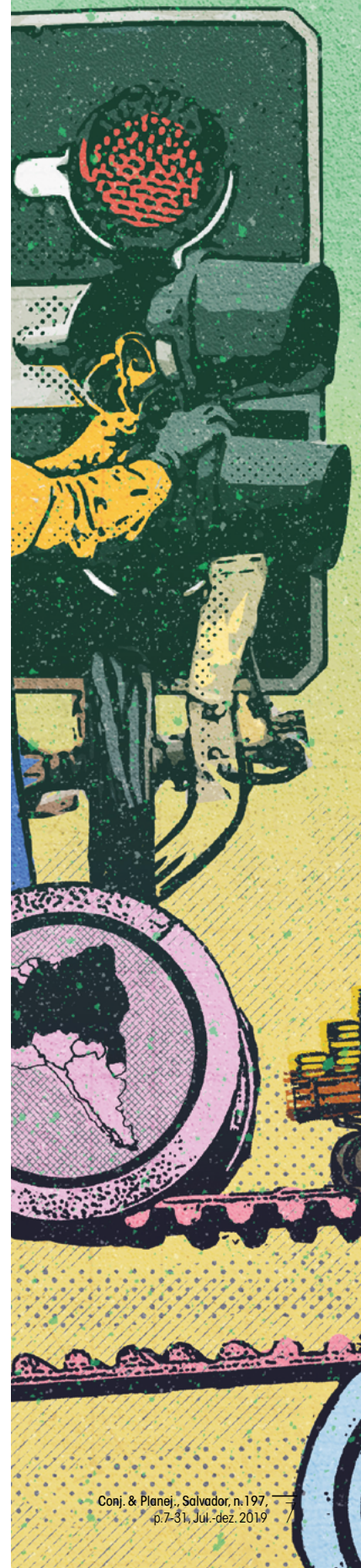
ECONOMIA BAIANA RETOMA CRESCIMENTO EM RITMO LENTO

Carla do Nascimento
Mestre em Economia, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada em
Ciências Econômicas, pela
Universidade Estadual de Feira
de Santana (UEFS). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestre em Economia e
graduada em Ciências
Econômicas, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia e
graduado em Ciências
Econômicas, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

A ECONOMIA mundial desacelerou nos primeiros meses de 2019, embora mantenha estimativas positivas de crescimento. De maneira mais geral, o aumento das tensões comerciais e geopolíticas aumentou a incerteza em torno do futuro do sistema comercial mundial e da cooperação internacional, prejudicando a confiança dos negócios, as decisões de investimento e o comércio internacional. As mudanças na direção das políticas monetárias para políticas mais acomodáticas amorteceram o impacto dessas tensões no humor e na atividade dos mercados financeiros. De qualquer forma, o panorama mundial permanece em desaceleração.



Os empresários apontam um início morno no quarto trimestre e aumento da cautela em relação ao futuro

O relatório World Economic Outlook, divulgado pelo International Monetary Fund (IMF) (2019) em outubro, mostra que a estimativa para a atividade econômica global é 3,0% em 2019 – 0,3 ponto percentual abaixo da taxa projetada em abril. Para as economias avançadas, as projeções apontam crescimento de 1,7% e 1,7%, respectivamente, para 2019 e 2020. E para os países em desenvolvimento, a expectativa é de crescimento de 3,9% em 2019 e de 4,6% em 2020. Para o Brasil, a projeção de crescimento em 2019 é de 0,9%, 1,2 p.p. abaixo da projeção realizada pelo relatório de abril do IMF. Em 2020, o órgão espera que a economia brasileira cresça 2,0%, uma revisão para baixo de 0,5 ponto percentual em relação a abril.

No Brasil, a confiança da indústria manteve a tendência negativa, e registrou queda de 1,0 ponto em outubro, na comparação com o mês anterior, para 94,6 pontos, o menor valor desde outubro de 2018 (94,2 pontos). Os empresários apontam um início morno no quarto trimestre e aumento da cautela em relação ao futuro. Já o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) recuou 0,3 ponto em outubro, para 89,4 pontos, após duas altas consecutivas, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os dados apontam para um ritmo ainda lento de recuperação da economia, pois as expectativas sobre a situação financeira melhoraram, mas as intenções de compras só se mantiveram mais altas para os consumidores de maior poder aquisitivo. No quarto trimestre, a confiança deve se manter abaixo do patamar neutro, considerando a recuperação ainda lenta do mercado de trabalho. A FGV destacou que as perspectivas futuras continuam voláteis.

Os resultados recentes da atividade econômica também continuam sinalizando uma retomada bastante gradual do Produto Interno Bruto (PIB). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (IBC-Br), proxy mensal do PIB, avançou 0,44% na passagem de agosto para setembro, ajustada a sazonalidade, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil (2019a). No acumulado do ano até setembro, o IBC-BR registrou aumento de 1,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A indústria nacional acumula queda de 1,4% neste ano até setembro, revelando uma fraqueza generalizada da atividade produtiva. Esse resultado confirma a expectativa de queda da indústria de transformação e extrativa para o ano. Essa perda de dinamismo do setor industrial é explicada por fatores como a queda da confiança dos empresários, a crise na Argentina e o elevado desemprego. A indústria foi também afetada negativamente pelo desastre na barragem de Brumadinho, ocorrido no final de janeiro. Parcela importante dos segmentos industriais segue operando com elevada ociosidade da capacidade instalada.

A expansão moderada da atividade de comércio reflete manutenção de trajetória crescente do consumo das famílias. As vendas do comércio ampliado avançaram 3,6% no ano até setembro. O crescimento no ampliado decorre de desempenhos positivos em sete dos dez segmentos que o compõem, com destaque para Veículos, motocicletas, partes e peças (10,6%). Considerando-se apenas o varejo restrito, o setor cresceu apenas 1,3% no período.

As importações reagiram no período em análise, registrando alta de 1,6%, com aumento relevante nas compras de metalúrgicos e derivados de petróleo

Na agricultura, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a estimativa de outubro para a safra brasileira de grãos de 2019 (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2019). A expectativa para a produção total de grãos, de 240,8 milhões de toneladas, é 6,3% maior do que a registrada na safra anterior e estável (0,0%) ao apontado no levantamento de setembro. O recorde anterior da produção fora de 2017, quando foram produzidas 238,4 milhões de toneladas. O aumento foi puxado pelo milho, que deve ter uma produção recorde de 100,2 milhões em 2019, o que representa um aumento de 23,2% frente a 2018. A cultura foi beneficiada pela conjuntura de preços, que incentivou o plantio do milho de segunda safra, e pelas condições climáticas favoráveis. O algodão também deve bater um recorde na safra deste ano, pois a produção deve chegar a 6,9 toneladas, um aumento de 39,7% na relação com o ano anterior. O aumento do plantio da cultura foi favorecido pelos preços atrativos. Por outro lado, a soja e o arroz, outros dois carros-chefes da produção agrícola nacional, reduziram a colheita.

O Produto Interno Bruto (PIB), com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais (2019), elaborados pelo IBGE, registrou, no período de janeiro a setembro, crescimento de 1,0% em relação ao mesmo período de 2018. Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias apresentou resultado positivo no ano (1,8%), explicado tanto pelo aumento da massa salarial, como pelo crescimento do crédito às pessoas físicas. Já a formação bruta de capital fixo, que aumentou 3,1% foi influenciada principalmente pelo desempenho do setor da Construção.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2019), a despesa de consumo do governo recuou 0,7% no período, enquanto as exportações apresentaram queda de 2,0%, destacando-se a redução das vendas externas de automóveis, petróleo e gás e produtos agrícolas. As importações reagiram no período em análise, registrando alta de 1,6%, com aumento relevante nas compras de metalúrgicos e derivados de petróleo.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontaram aumento de 842 mil postos de trabalho formais no país durante o período

Pela análise da oferta, dentre os setores de atividade, a Agropecuária apresentou o melhor resultado, com taxa de 1,4%, na comparação com o mesmo período anterior. A Indústria teve acréscimo de apenas 0,1% no período. Os segmentos Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,8%) e Construção (1,7%) tiveram resultado positivo no mesmo período, enquanto a Transformação (-0,2%) e a Extração mineral (-2,7%) exibiram resultado negativo. O setor Serviços registrou crescimento de 1,1%. Com exceção de Transporte, armazenagem e correio (-0,1%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade (-0,1%), os demais segmentos exibiram resultado positivo, destacando-se Informação e comunicação (3,8%), Atividades imobiliárias (2,5%) e Comércio (1,6%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2019).

No mercado de trabalho, o desemprego manteve-se elevado, apesar do saldo positivo dos empregos formais no período de janeiro a setembro de 2019. A taxa de desemprego reduziu de 12,0%, no primeiro trimestre de 2019, para 11,8% no terceiro trimestre do ano, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua do IBGE (2019). Porém, ao comparar-se o terceiro trimestre de 2019 com o mesmo período de 2018, verifica-se estabilidade da taxa de desocupação. Por sua vez, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontaram aumento de 842 mil postos de trabalho formais no país durante o período de janeiro a outubro de 2019 (BRASIL, 2019b). O resultado representou uma variação positiva de 2,19% em relação ao estoque de empregos formais.

A inflação manteve-se em patamares baixos e dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou taxa de 2,60% no período de janeiro a outubro de 2019 e o Banco Central decidiu na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em dezembro, reduzir a taxa Selic de 5,0% para 4,5% a.a., corroborando um quadro de inflação em patamares confortáveis ao longo do ano.

O atual ciclo de redução dos juros começou em julho deste ano, quando o patamar da taxa encontrava-se em 7,5% a.a. O comitê não sinalizou a possibilidade de um novo corte, sugerindo o fim do atual ciclo de redução dos juros. E em nota coloca que “o atual estágio do ciclo econômico recomenda cautela na condução da política monetária [... os] próximos passos continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a).

No setor externo, a conta de transações correntes foi deficitária em US\$ 7,9 bilhões em outubro comparativamente ao saldo negativo de US\$ 2,0

bilhões ocorrido no mês correspondente de 2018. O resultado em transações correntes foi influenciado pela redução do saldo positivo da balança comercial, de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 490 milhões. O déficit em transações correntes acumulado nos doze meses encerrados em outubro situou-se em US\$ 54,8 bilhões (3,0% do PIB). No acumulado deste ano até outubro, ante mesmo período de 2018, as exportações se reduziram 6,7% e as importações tiveram ligeira alta de 0,7%. Os Investimentos Diretos no País (IDP) registraram ingressos líquidos de US\$ 6,8 bilhões em outubro, atingindo US\$ 79,5 bilhões no acumulado em doze meses, equivalentes a 4,35% do PIB. No período de janeiro a outubro de 2019, os ingressos líquidos de IDP somaram US\$ 62,1 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019c).

O PIB do estado [...] apresentou aumento no acumulado dos três trimestres de 2019, registrando taxa de 0,7%

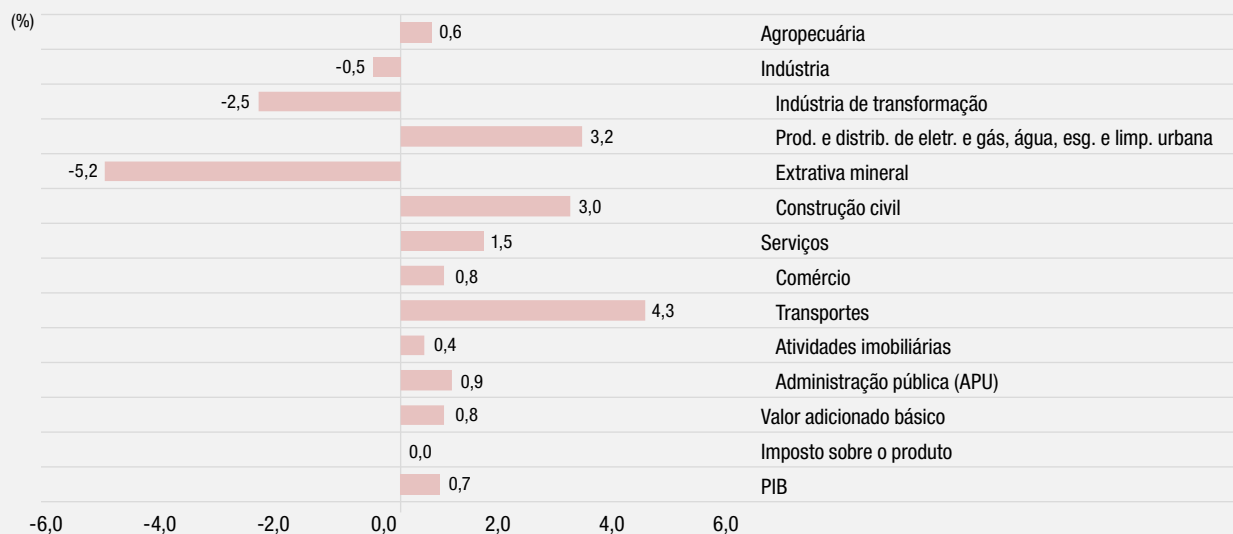
Na área fiscal, no acumulado do ano até outubro, o resultado primário do setor público consolidado registrou superávit de R\$ 7,8 bilhões, comparativamente ao déficit de R\$ 51,5 bilhões no mesmo período de 2018. No entanto, o resultado nominal do setor público consolidado registrou déficit de R\$ 10,9 bilhões em outubro, o que contribuiu para que, no acumulado em doze meses até outubro, o déficit nominal alcançasse R\$ 456,2 bilhões (6,4% do PIB). No tocante ao endividamento público, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou o estoque de R\$ 3.961,8 bilhões (55,9% do PIB) em outubro. O crescimento de 1,8 p.p. na relação DLSP/PIB em relação ao mesmo período do ano anterior refletiu, em especial, a incorporação de juros nominais (aumento de 4,3 p.p.), o déficit primário acumulado (aumento de 0,5 p.p.), o efeito da desvalorização cambial acumulada de 3,3% (redução de 0,6 p.p.) e o efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 2,0 p.p.) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d).

ECONOMIA BAIANA

O PIB do estado, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no Informativo PIB Trimestral (2019), apresentou aumento no acumulado dos três trimestres de 2019, registrando taxa de 0,7%. Os resultados do PIB baiano apresentados no Gráfico 1 indicam crescimento lento no nível de atividade da economia baiana em 2019.

No acumulado até o terceiro trimestre de 2019, os Serviços e a Agropecuária cresceram 1,5% e 0,6%, respectivamente, enquanto a Indústria registrou queda de 0,5%. Dentro do setor industrial, a principal queda foi verificada na atividade de Transformação (-2,5%), acompanhada pela Extração mineral (-5,2%). As atividades de Produção e distribuição de energia, gás e água e Construção apresentaram resultados positivos de 3,2% e 3,0%, respectivamente (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2019).

Gráfico 1
Produto Interno Bruto – Bahia – Jan.-set. 2019



Fonte: SEI – Informativo PIB Trimestral (2019).

Notas: Dados preliminares, sujeitos a retificação.

Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O setor de Produção e distribuição de elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana contribuiu positivamente para o PIB, com taxa de 3,2%, por conta especialmente do aumento na geração de energia elétrica no estado, com taxa de 32,0%, destacando-se o crescimento em energia eólica (53,7%), solar fotovoltaica (61,8%) e hidráulica (31,5%) nos primeiros nove meses do ano.

O desempenho do setor, considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado por Transportes (4,3%), Administração Pública (0,9%), Comércio (0,8%) e Atividades Imobiliárias (0,4%) (Gráfico 1).

O maior ritmo da atividade econômica baiana influenciou o resultado positivo do setor Serviços, especialmente para os segmentos Comércio e Atividades Imobiliárias. A Agropecuária contribuiu para o resultado do PIB, apesar do pequeno crescimento no período. Porém, a queda na demanda externa e os baixos investimentos prejudicaram o crescimento da Indústria de transformação e Extrativa.

SETOR AGRÍCOLA

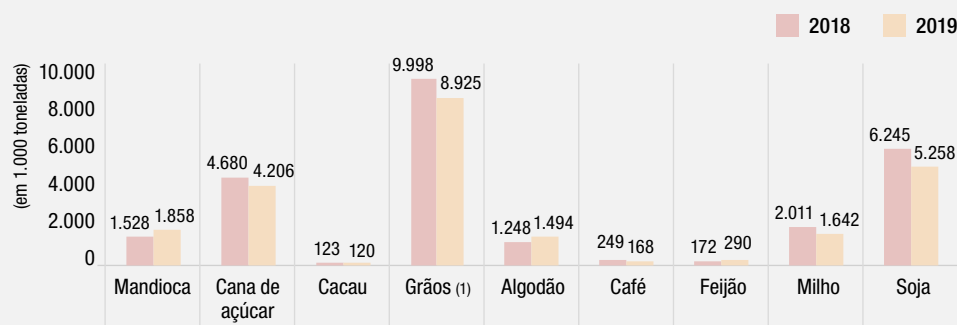
Destaque para a safra do algodão, cuja produção avançou 19,7% em relação a 2018, alcançando 1,5 milhões de toneladas

No terceiro trimestre de 2019, o valor adicionado pela Agropecuária baiana cresceu 0,8% na comparação com o mesmo período de 2018, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2019). No acumulado do ano, o setor registrou uma ligeira variação positiva de 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais contribuições vieram do bom desempenho das lavouras de algodão, feijão e de frutas como manga e mamão, não obstante a queda no volume produzido de milho e soja.

A produção dos principais grãos ficou estimada em cerca de 8,9 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019) divulgado para o mês de outubro (Gráfico 2). Este resultado corresponde a uma queda de 10,7% na comparação com a safra de 2018. Em relação à área plantada, o IBGE calcula avanço de 0,6%, na comparação anual, registrando uma extensão de cerca de 3,2 milhões de hectares.

Dentre os principais produtos, destaque para a safra do algodão, cuja produção avançou 19,7% em relação a 2018, alcançando 1,5 milhões de toneladas. A área plantada ficou estimada em 332 mil hectares, o que corresponde a uma expansão de 24,3%, na mesma base de comparação. A safra do feijão também foi significativa, estando projetada em 332 mil toneladas, o que corresponde a uma expansão de 68,8% em relação à anterior (Gráfico 3).

Gráfico 2
Volume físico de produção – Bahia – 2019/2018

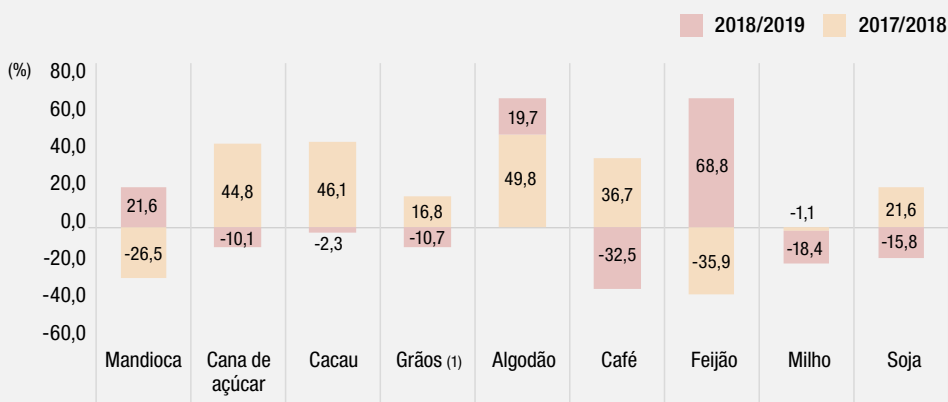


Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Grãos: algodão, café, feijão, milho, soja e sorgo.

Gráfico 3
Variação da produção – 2017/2018 / 2018/2019



Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Grãos: algodão, café, feijão, milho, soja e sorgo.

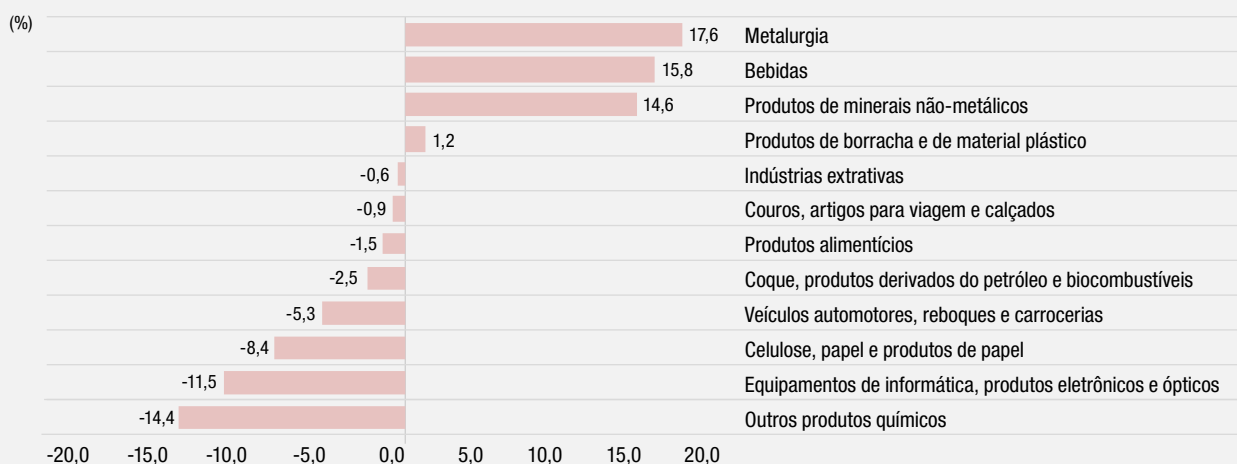
Em que pese a soja ter alcançado níveis recordes de produção na safra 2018, este ano os efeitos do chamado veranico (ausência de chuvas no período esperado) na região oeste durante o mês de janeiro prejudicaram o desempenho da lavoura. A produção da soja ficou estimada em 5,2 milhões de toneladas, em área plantada de 1,6 milhão de hectares, o que representa uma queda de 15,8%, em comparação ao volume produzido na safra anterior.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019) apontou um volume aproximado de 1,6 milhão de toneladas de milho para a atual temporada, correspondendo a uma redução de 18,4% na comparação com a safra anterior, subdividido em 1,3 milhão de toneladas da primeira safra e 276 mil toneladas da segunda safra. A produção de café, por sua vez, ficou estimada em 168 mil toneladas, recuando em 32,5% no ciclo atual.

SETOR INDUSTRIAL

A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (2019), registrou, no período de janeiro a setembro de 2019, queda de 2,9%, sendo que, no ano de 2018, esta atividade caiu em 1,3%. No acumulado do ano de 2019, mais da metade dos segmentos da indústria baiana de transformação registraram recuo na produção, conforme dados ilustrados no Gráfico 4.

Gráfico 4
Gêneros da Indústria de transformação baiana – Variação acumulada no ano (1)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Jan.-set. 2019/Jan.-set. 2018.

O bom desempenho observado no setor metalúrgico reflete as estratégias adotadas pela unidade produtora de cobre nesse período, como a requalificação dos ativos, foco na eficiência operacional e a melhor utilização da capacidade instalada da fábrica de fios e vergalhões. O segmento realizará parada para manutenção por 20 dias no último trimestre do ano (PARAPANEMA, 2019). Nos primeiros nove meses de 2019, a produção física do segmento assinalou expansão de 17,6% em relação ao ano anterior.

O setor Bebidas apresentou crescimento significativo no período (15,8%), com a aceleração na produção para atender à demanda em expansão dos consumidores. E a produção de Minerais não metálicos (14,6%) foi beneficiada pela retomada do setor da Construção, o que aumentou, principalmente, a produção de pré-fabricados em concreto e cimento Portland.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico (1,2%) teve o desempenho alavancado tanto pela produção de embalagens plásticas como pela produção de pneus novos para automóveis, caminhões e ônibus.

Em sentido contrário, a indústria de Produtos químicos, que registrou taxa negativa no período, foi impactada pela redução na produção de insumos para fertilizantes e herbicidas (amônia e ureia) em unidade que encerrou as atividades no último trimestre de 2018. Enquanto, o segmento Derivados de petróleo encerrou os primeiros nove meses com resultado negativo,

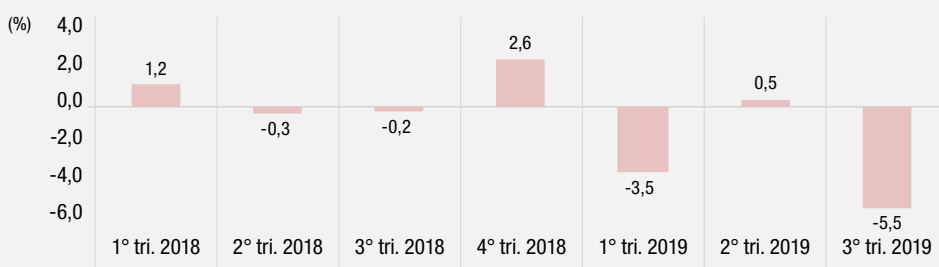
em decorrência do grande volume importado desses produtos, indicando a substituição da produção nacional pela importada. De acordo com os dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a importação baiana de derivados de petróleo alcançou um total de US\$ 1,47 bilhão entre janeiro e outubro de 2019 (BRASIL, 2019a).

A produção de Celulose e papel foi menor em decorrência da decisão de empresa do setor em reduzir gradualmente a fabricação ao longo do ano, uma vez que detinha no período estoques significativamente acima da necessidade operacional para prover o mercado satisfatoriamente. Neste sentido, ocorreram paradas para manutenção programadas em três das principais unidades de produção do segmento ao longo do ano (SUZANO, 2019).

O setor Veículos perdeu o dinamismo na produção, enquanto as vendas mantiveram-se positivas, apesar de estar em desaceleração. No período de janeiro a setembro, enquanto a produção caiu 5,3%, as vendas de automóveis e comerciais leves avançaram 1,8%, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - Fenabrave (2019). Entre os fatores que influenciaram esse desempenho destacam-se, pelo lado da produção, o elevado nível do estoque e a redução das vendas de veículos novos; pelo lado das vendas, taxas de juros menores, crescentes atrativos na concessão de crédito para compra de veículos por pessoas físicas e jurídicas e renovação de frotas por parte das locadoras de automóveis.

Ainda de acordo com o IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2019), a Indústria extrativa decresceu 0,6% no período, principalmente em decorrência da queda na extração de gás natural e óleos brutos de petróleo, com

Gráfico 5
Produção física industrial – Bahia – 1º tri. 2018-3º tri. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

taxas de, respectivamente, -23,1% e -12,0% em relação ao ano anterior, de acordo com os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2019).

As perspectivas para 2019 da indústria baiana estão condicionadas ao movimento da indústria brasileira, que se mostrou apática, especialmente no terceiro trimestre do ano, quando registrou taxa de -1,2%, em relação ao mesmo período anterior. A indústria baiana (transformação e extrativa) apresentou queda mais intensa nesse período, com taxa de -5,5%, após registrar aumento de 0,5% no trimestre anterior (Gráfico 5). Considerando-se os fatores locais, que contribuíram para redução da atividade industrial ao longo do ano, tem-se o encerramento das atividades da indústria do setor químico; paradas para manutenção nas indústrias Metalúrgica e de Papel e celulose, entre outros.

COMÉRCIO EXTERIOR

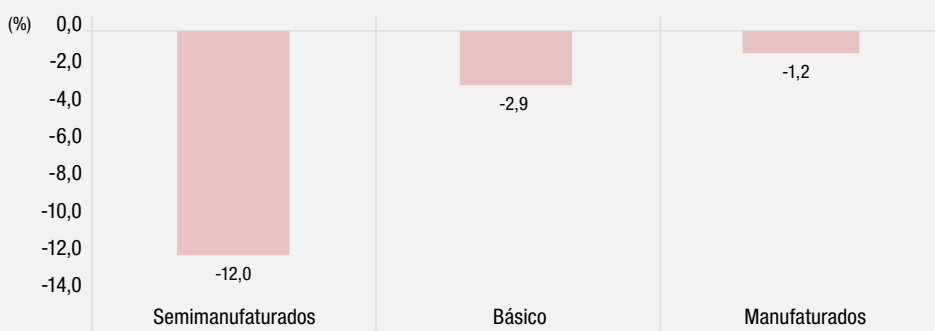
A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$ 656,34 bilhões no período de janeiro a outubro de 2019, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2019) da SEI. As exportações alcançaram US\$ 6,63 bilhões e ficaram 5,5% abaixo das de igual período de 2018, enquanto que as importações somaram US\$ 5,97 bilhões – menores em 6,6% se comparadas com as do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 12,6 bilhões, recuando em 6,3% no resultado em relação a igual período de 2018.

A queda no valor foi puxada principalmente pela retração dos preços nas exportações (-2,2%) e nas importações (-18,0%). Contudo no caso do volume, o comportamento não foi igual, com queda nas exportações (-3,4%) e aumento nas importações (13,1%).

Os segmentos mais impactados pelas quedas nas exportações baianas estão relacionados aos produtos semimanufaturados e produtos básicos, cujas vendas externas registraram, respectivamente, -12,0% e -2,9% no período de janeiro a outubro de 2019, na comparação com o mesmo período de 2018, como ilustrado no Gráfico 6.

Considerando-se os produtos básicos, destaca-se a queda nas vendas de soja e derivados, que no período representou uma perda de 20,0%, cerca de 3,5 milhões de toneladas. As exportações de algodão e subprodutos

Gráfico 6
Exportações baianas por fator agregado (1) – Jan.-out. 2019

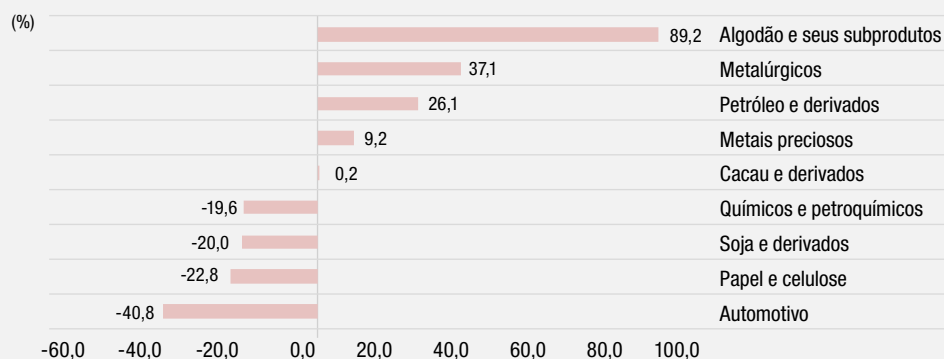


Fonte: Brasil (2019a).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Variação acumulada no período, em relação ao mesmo período do ano anterior. Dados coletados até 20/11/2019.

Gráfico 7
Exportações baianas – Principais segmentos – Jan.-out. 2019



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

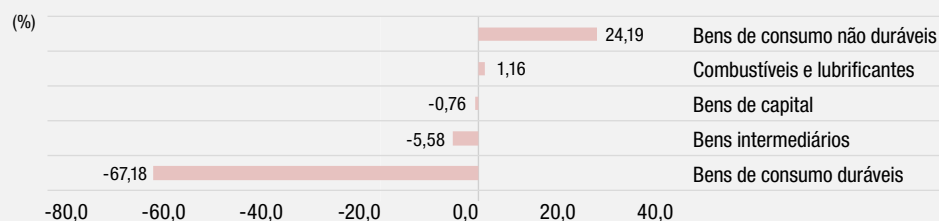
Nota: Dados coletados em 20/11/2019.

no período alcançaram em torno de 237 mil toneladas. O valor das exportações aumentou 89,2% e as quantidades embarcadas cresceram 106,6%.

Entre os produtos semimanufaturados, destacam-se os declínios em Químicos e petroquímicos (-19,6%) e em Papel e celulose (-22,8%). Em sentido contrário, Produtos metalúrgicos, que tiveram um aumento no valor das exportações de 37,1% no período, com um volume de mais de 221 mil toneladas, representando acréscimo de 33,9% nas quantidades embarcadas.

As vendas de produtos manufaturados reduziram 1,2%, comparadas com as do mesmo período de 2018. Considerando-se os segmentos que registraram

Gráfico 8
Importações baianas por categoria de uso – Jan.-out. 2019

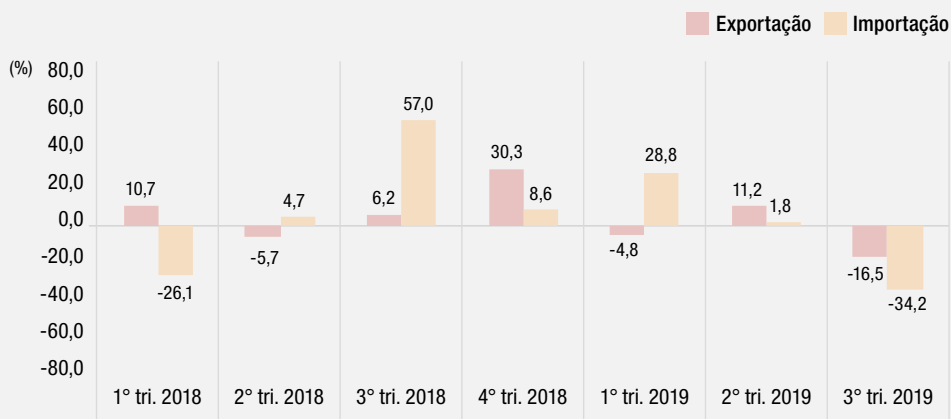


Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Dados coletados até 20/11/2019.

Gráfico 9
Exportações e importações baianas – 1º tri. 2018-3º tri. de 2019



Fonte: Brasil (2019a).

Elaboração: SEI/CAC.

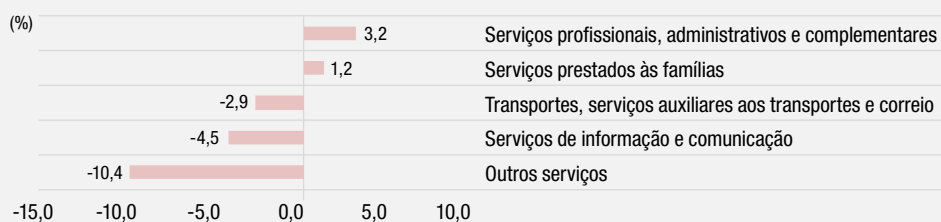
Nota: Dados coletados em 20/11/2019.

recuos no período, conforme ilustrado no Gráfico 7, destaca-se o segmento Automotivo com declínio de 40,8%.

A queda das compras externas no período deveu-se ao declínio nas aquisições de bens duráveis (-67,2%), bens intermediários (-5,6%) e bens de capital (-0,8%). As compras de bens de consumo não duráveis e de combustíveis cresceram, respectivamente, 24,2% e 1,2% (Gráfico 8).

Quando se observa o comportamento das exportações e importações trimestralmente, ilustradas no Gráfico 9, vê-se a intensificação da queda do comércio exterior baiano, principalmente das exportações, que recuaram no terceiro trimestre 34,2% frente ao mesmo período anterior. A piora nas condições do mercado internacional teve um impacto negativo no desempenho exportador baiano, não esperado no início do ano.

Gráfico 10
Volume de serviços – Bahia – Jan.-set. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2019).
Elaboração: SEI/CAC.

SERVIÇOS

Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2019) do IBGE, houve queda de 2,0% no volume de Serviços no período de janeiro a setembro de 2019. Tal resultado foi atribuído à queda em três das cinco atividades do setor, como ilustrado no Gráfico 10, destacando-se Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,9%), Serviços de informação e comunicação (-4,5%) e Outros serviços (-10,4%). Os segmentos que apresentaram resultados positivos foram Serviços profissionais, administrativos e complementares (3,2%) e Serviços prestados às famílias (1,2%).

COMÉRCIO VAREJISTA

As vendas do comércio varejista ampliado na Bahia cresceram 0,4% no acumulado do ano até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2019), divulgada pelo IBGE, comparadas ao mesmo período do ano anterior. As maiores contribuições positivas vieram de alguns segmentos do comércio restrito. Já os segmentos Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, que mostraram alta de 8,4% e 2,2%, respectivamente, no acumulado até setembro de 2018, neste ano registraram queda de 0,4% e 2,3%, respectivamente. Esse comportamento indica que em 2019 os segmentos atrelados à confiança e ao crédito ficaram aquém do desempenho daqueles dependentes da renda. As vendas do comércio varejista restrito baiano apresentaram crescimento de 1,0%, na mesma base de comparação. Dos oito segmentos que compõem o setor seis registraram comportamento positivo (Tabela 1).

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – Jan.-set. 2019⁽¹⁾

ATIVIDADE	%
Comércio varejista	1.0
1 - Combustíveis e lubrificantes	4.9
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.0
2.1 - Hipermercados e supermercados	-0.1
3 - Tecidos, vestuário e calçados	3.2
4 - Móveis e eletrodomésticos	0.8
4.1 – Móveis	2.8
4.2 - Eletrodomésticos	-0.2
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	3.4
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-50.1
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-21.6
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2.4
Comércio Varejista Ampliado (2)	0.4
9 - Veículos, motos, partes e peças	-0.4
10 - Material de construção	-2.3

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

A análise por atividade indica que, em 2019, o segmento de maior destaque no âmbito do Comércio varejista foi o de Combustíveis e lubrificantes (4,9%), seguido por Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (3,4%) e Tecidos, vestuário e calçados (3,2%).

O comportamento de Combustíveis e lubrificantes, segmento de grande representatividade para o setor de comércio varejista, teve sua atividade aquecida a partir do mês de maio de 2019, registrando fortes crescimentos no volume de vendas. Esse resultado foi influenciado pela baixa base de comparação devido à greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018. Nessa ocasião, diante do desabastecimento, alguns postos praticaram preços abusivos, reduzindo as vendas da atividade na Bahia em 18,0%, sendo a atividade mais atingida pelo movimento.

Outro segmento a influenciar as vendas no estado foi o de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, que comercializa produtos de caráter de uso essencial e de estética. Com exceção dos meses de junho e agosto, essa atividade registrou crescimento em todos os meses de 2019. A razão para esse movimento se explica pelo aumento da procura por medicamentos devido às promoções e concorrência no setor.

A trajetória do comércio varejista ao longo do ano de 2019 corrobora a percepção de que a retomada das vendas no setor a taxas de crescimentos mais “robustas” está longe de acontecer

O segmento de Tecidos, vestuário e calçados foi o terceiro a contribuir para o setor. Ao longo do ano de 2019 não se percebe taxas vultosas de crescimento nas suas vendas, muito em razão do comprometimento do nível de confiança quanto ao comportamento da atividade econômica.

O desempenho de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista, registrou um comportamento “tímido” ao longo do ano, resultando num crescimento de 1,0%. Nos meses de agosto e setembro as taxas registradas foram negativas em 1,8% e 3,9%, respectivamente. Quando observado o seu comportamento no ano anterior verifica-se que essa atividade registrou, na Bahia, vendas moderadas, quando não queda, resultando na taxa negativa de 0,5% para o acumulado até setembro. Muito provavelmente, esse comportamento arrefecido das vendas do ramo se deve a mudança do comportamento do consumidor, que preferiu comprar em estabelecimentos de atacado e/ou optaram por realizar suas compras nos mercadinhos de bairro, os quais não fazem parte da amostra da pesquisa.

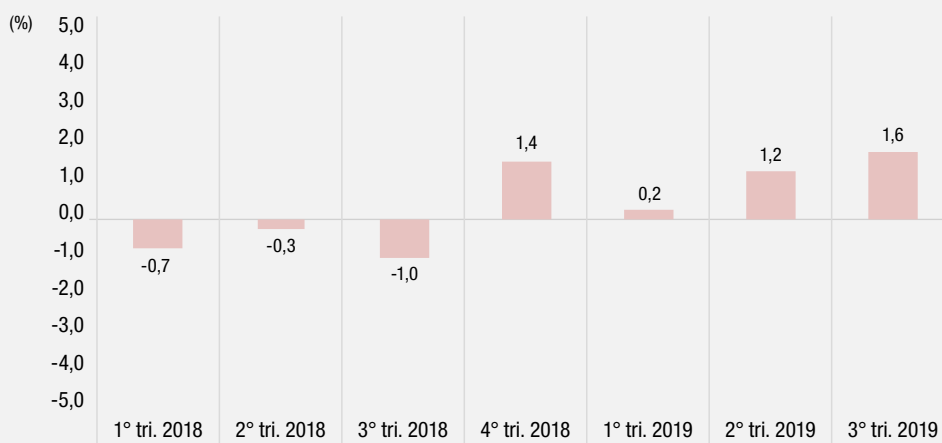
A trajetória do comércio varejista ao longo do ano de 2019 corrobora a percepção de que a retomada das vendas no setor a taxas de crescimentos mais “robustas” está longe de acontecer. Com exceção do segmento de Combustíveis e lubrificantes e Tecidos, vestuário e calçados, os demais segmentos representativos para o setor, como Móveis e eletrodomésticos e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, apresentaram taxas moderadas (Tabela 1).

Na análise do varejo ampliado as taxas negativas dos segmentos de Veículos, motos, partes e peças e Material de construção corroboram essa percepção. O desempenho negativo dos segmentos que compõem o varejo ampliado esteve atrelado ao desaquecimento da atividade econômica, levando em consideração que esses segmentos dependem da taxa de juros praticada às pessoas físicas e da recomposição da massa de rendimentos reais, além do fato das compras serem normalmente realizadas a prazo, visto que comercializam bens de maior valor agregado.

Entretanto, quando se observa o comportamento das vendas no trimestre, percebe-se uma nova perspectiva para o comportamento do setor no próximo ano. Pois o crescimento registrado nesse período revela melhorias na confiança dos consumidores e do mercado de trabalho. Desde o quarto trimestre de 2018, o setor vem registrando comportamento positivo, alcançando o crescimento de 1,6% no terceiro trimestre de 2019.

Gráfico 11

Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – 1º tri. 2018-3º tri. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sistematizadas pela SEI (BOLETIM MENSAL DO CAGED, 2019), a Bahia gerou 4.565 novos empregos em setembro e, no período janeiro a outubro, acumulou 37.989 postos de trabalho. A inflação registrou queda, passando de 4,53% em setembro de 2018 para 2,89% em setembro de 2019, considerando-se taxa acumulada dos últimos 12 meses. E o governo federal autorizou o saque de R\$ 500,00 por conta ativa e inativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e liberou recursos do PIS/PASEP. Essas medidas, juntamente com a possibilidade de os trabalhadores retirarem anualmente um percentual dos recursos do fundo, chamada de “saque aniversário” e de 100% do lucro FGTS, que serão compartilhados com os empregados, ao invés de 50%, deverá produzir efeitos positivos na atividade econômica no prazo de 12 meses.

MERCADO DE TRABALHO

Nos primeiros nove meses de 2019, houve desaceleração da taxa de desemprego no mercado de trabalho baiano e saldo positivo no mercado formal. Esses indicadores podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), do IBGE, e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2019b).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019) do IBGE, passou de 16,2% no terceiro trimestre de 2018 para 16,8% no terceiro trimestre de 2019, registrando aumento de 0,6 p.p. ao longo do período. Porém, ocorreu queda da taxa de desocupação de 0,5 p.p. no terceiro trimestre de 2019 em comparação com o segundo trimestre. E queda de 1,0 p.p. entre o primeiro e segundo trimestres. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2016 pode ser observada no Gráfico 12, no qual se verifica a performance do indicador no período em análise.

Com relação à taxa de participação na força de trabalho para a Bahia, houve pequeno decréscimo na comparação trimestral (3º trimestre-2018/3º trimestre-2019), passando de 58,4% para 58,2%. Do mesmo modo, na comparação do terceiro trimestre de 2019, com o período exatamente anterior, a taxa apresentou decréscimo de 0,2 p.p.

A população ocupada na Bahia caiu 1,0% no terceiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que, na média nacional, houve aumento de 1,6% na mesma comparação (Gráfico 13). No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados destacam, no confronto entre os ocupados do terceiro trimestre de 2018 e de 2019, o desempenho positivo nos segmentos Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (7,7%), Indústria geral (6,1%) e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (2,5%).

Gráfico 12
Taxa de desocupação (1) – Bahia – 1º tri. 2016-3º tri. 2019

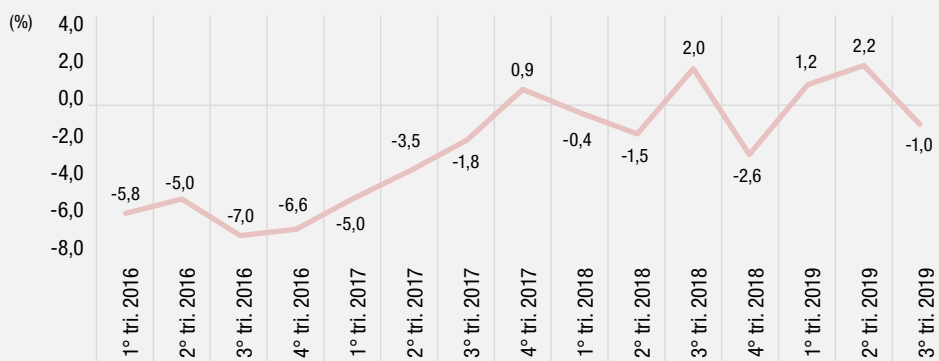


Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Gráfico 13
Pessoas ocupadas (1) (2) – Bahia – 1º tri. 2016-3º tri. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

(2) variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Por sua vez, destaca-se queda em Alojamento e alimentação (-10,6%), Construção (-7,1%), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-5,2%) e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-3,2%).

Na análise da população ocupada assalariada, quanto à posição na ocupação, verificou-se que os empregados do setor privado no estado, sem carteira assinada, registraram variação nula no terceiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empregados do setor privado, com carteira assinada, decresceram em 0,7%.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2019),

a lenta recuperação da economia brasileira tem sido acompanhada de forma persistente por níveis recordes de trabalhadores informais na economia. (...) esse contingente de trabalhadores informais [no país] cresceu quase 11,0% desde 2016. A população ocupada, que soma mais de 90 milhões de pessoas, tem mais de 40% dos seus trabalhadores empregados sem carteira assinada ou como trabalhadores por conta própria sem CNPJ.

Na Bahia, o número de empregados que trabalham no setor privado, público e doméstico sem a carteira assinada chegou a 1,68 milhão de pessoas no trimestre encerrado em setembro, um aumento de 2,0%, na comparação

com o mesmo trimestre do ano anterior. Já os trabalhadores por conta própria somaram 1,7 milhão de pessoas, e registraram queda de 1,2% frente ao mesmo trimestre do ano anterior. Dos trabalhadores por conta própria no trimestre encerrado em setembro de 2019, uma parcela de 87,0% não tinha CNPJ registrado.

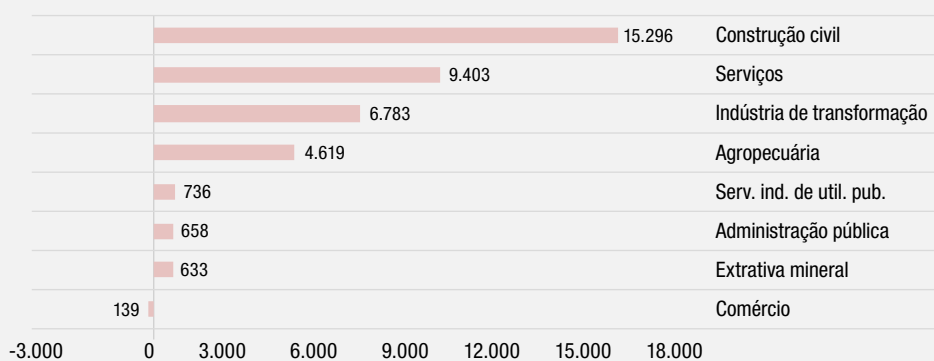
O rendimento habitual médio real (em todos os trabalhos) caiu para os ocupados (-3,1%), na comparação entre o terceiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2018. Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) reduziu-se em 4,0% na comparação entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2018, e reduziu 1,0% na comparação com o quarto trimestre.

Quanto ao emprego formal no período de janeiro a outubro de 2019, a Bahia gerou 37.989 postos de trabalho, de acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2019b) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 2,25%, acima da média nacional (2,19%) e nordestina (1,44%). No país houve aumento de 841.589 postos e no Nordeste foram fechados 90.800 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, dos oito setores de atividade, sete apresentaram saldos positivos, destacando-se Construção civil, com 15.296 postos, e Serviços, com 9.403 postos

Gráfico 14

Saldo de empregos formais por setor de atividade – Bahia – Jan.-out. 2019



Fonte: (BRASIL, 2019b).

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.

(2) inclusive informações fora do prazo até setembro de 2019.

Dados divulgados em novembro de 2019.

de trabalho. O único setor a registrar saldo negativo foi o de Comércio, com perda de 139 postos de trabalho, de acordo com o Gráfico 14.

Os indicadores analisados apontaram relativa melhora do mercado de trabalho baiano em 2019, com leve recuperação dos empregos formais. Ressalta-se que, mesmo com o aumento dos postos de trabalho formal, as taxas de desemprego ainda são consideradas muito elevadas e o rendimento dos trabalhos está em declínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIB brasileiro alcançou crescimento de 1,0% no período de janeiro a setembro de 2019 e os indicadores de atividade recentes seguem apontando para um cenário de baixo crescimento. Na economia baiana, o desempenho não foi diferente do nacional, pois apresentou resultados aquém das expectativas, haja vista os indicadores econômicos detalhados nas seções acima.

As previsões para economia global são de crescimento do PIB em 2019 e 2020, com taxas de 3,0% e 3,4%, respectivamente, segundo o último relatório do FMI, de outubro de 2019. Apesar das previsões positivas para a economia mundial, a expansão global está desacelerando, refletindo a escalada de tensões comerciais EUA-China, a recessão na Argentina, os conflitos geopolíticos e as dificuldades na zona do euro.

Para 2019, as expectativas do mercado financeiro para o PIB nacional são de aumento de 1,1%, segundo o Boletim Focus, divulgado em 9 de dezembro deste ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b). A inflação esperada é de 3,86%, dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. Ainda segundo o Boletim Focus, a taxa Selic deverá manter-se em 4,5% em 2019 – taxa adotada na última reunião do Copom, patamar favorável ao financiamento de despesas de consumo e investimento, desde que associada à melhora na confiança dos agentes.

Na Bahia, a Indústria teve a seu favor a elevada capacidade ociosa e grande demanda por infraestrutura. Porém, o cenário apresentado ao longo do ano, evidenciou a produção industrial impactada, por um lado, pela queda da demanda interna, influenciada pelos piores níveis de confiança e pelo baixo nível de emprego e de renda; por outro, pela queda na demanda externa, principalmente em decorrência da crise na Argentina, que afeta diretamente a indústria automotiva do estado. Somadas a esses fatores, questões locais como o encerramento das unidades de fertilizantes e a privatização da

Apesar das previsões positivas para a economia mundial, a expansão global está desacelerando, refletindo a escalada de tensões comerciais EUA-China, a recessão na Argentina, os conflitos geopolíticos e as dificuldades na zona do euro

Há expectativas de que o recuo na taxa de juros e a redução no custo do crédito favoreçam o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, no último trimestre do ano

unidade de refino prejudicaram o desempenho do setor industrial baiano. A queda no preço da celulose no mercado internacional também prejudicou o segmento no estado, que, estrategicamente, agiu no sentido de reduzir os estoques excedentes. Os resultados dos indicadores recentes mostram que o ritmo de atividade do setor mantém-se lento e que não há certeza quanto à possibilidade de uma aceleração expressiva nos últimos meses do ano. O setor mostra sinais de estar em movimento de espera frente aos níveis ainda elevados de incerteza econômica.

No setor de Serviços, especialmente, o Comércio, respondeu bem à manutenção da inflação dentro da meta e à taxa de juros mais baixa. Há expectativas de que o recuo na taxa de juros e a redução no custo do crédito favoreçam o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, no último trimestre do ano, mas esse aumento do consumo será limitado em face do grau de endividamento das famílias. Assim, os resultados para o período de janeiro a setembro de 2019 indicam um consumo bem abaixo das expectativas, observado no pequeno acréscimo de 0,4% no volume de vendas do comércio varejista ampliado, atribuído, principalmente, à redução de 0,4% nas vendas de automóveis no período. Medidas direcionadas, como a liberação parcial dos saldos de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), podem contribuir para estimular o consumo, mas dificilmente poderão reverter a queda na confiança dos atores econômicos.

Por sua vez, a contribuição da Agropecuária deverá ser pouco significativa, em decorrência da forte estiagem no início do ano, que prejudicou a lavoura, em especial as principais colheitas de grãos: soja e milho. Expectativa corroborada pelos resultados da produção agrícola divulgados pelo IBGE, que apontam queda de 10,7% nas estimativas da safra para este ano (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA, 2019).

Por fim, as expectativas para o ano sugerem um ritmo de crescimento modesto, próximo ao observado em 2018. A perspectiva de crescimento anual está condicionada ao cenário de continuidade das reformas e ajustes necessários ao estímulo da economia brasileira e incorpora expectativa de recuperação da atividade em ritmo crescente no restante do ano. Para o último trimestre do ano, o cenário de baixa inflação, taxa de juros em queda e expansão do crédito cria condições favoráveis para o crescimento do nível de atividade econômica, que deve ser beneficiado pela entrada de recursos com os saques do FGTS. Por sua vez, o desemprego elevado impede o avanço significativo da renda das famílias.

O equilíbrio nas contas públicas, em busca de solidez fiscal, é também o grande desafio para a União, estados e municípios. Na política monetária, o Banco Central deve manter a taxa Selic em 4,5% a.a. com intuito de conter uma inflexão dos preços com o aumento da atividade econômica. Todavia, deve-se estar atento às recentes tensões na economia mundial, que podem se tornar obstáculos ao cenário interno no próximo ano, mormente a continuidade de uma guerra comercial com medidas restritivas adotadas pelos Estados Unidos com relação às importações de alguns produtos nacionais; a desaceleração da economia argentina, que poderá reduzir ainda mais as exportações baianas, principalmente de automóveis, e a instabilidade de determinadas economias da América Sul.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, out. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_out_2019.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*: processamento de petróleo e produção de derivados. Brasília: ANP, set. 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Copom reduz taxa Selic para 4,50% a.a.* Brasília: BCB, 11 dez. 2019a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/16924/nota>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*: relatório de mercado. Brasília: BCB, 9 dez. 2019b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20191213.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas do setor externo. Brasília: BCB, 24 out. 2019c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/notaecon/ni201910sep.zip>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas fiscais. Brasília: BCB, 31 out. 2019d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/notaecon/ni201910pfp.zip>. Acesso em: 2 dez. 2019.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, out. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_out_2019.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

BOLETIM MACRO. São Paulo: FGV-IBRE, nov. 2019. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/58/37/B3/E5/5B7AE610B0BBB6E68904CBA8/BoletimMacrolbre_1911.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

BOLETIM MENSAL DE GERAÇÃO POR ESTADO. Brasília: ONS, set. 2019. Disponível em: http://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/BGE_201909.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, out. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_out.19.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Comex Vis*: visualizações de comércio exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>. Acesso em: 20 dez. 2019a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, out. 2019b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-2019/caged-out-2019>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2019_3tri.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

FENABRAVE. Índices e números dados regionais. Disponível em: <http://www.fenabreve.org.br/portal/conteudo/conteudo/dadosregionais>. Acesso em: 3 dez. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Sondagem da indústria*. Rio de Janeiro: IBRE, out. 2019a. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/0C/96/A7/2F/9D71E610E6F388D68904CBA8/Sondagem%20da%20Industria%20FGV_press%20release_Out19.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Sondagem do consumidor*. Rio de Janeiro: IBRE, out. 2019b. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/23/96/2F/94/75DFD610E6F388D68904CBA8/Sondagem%20do%20Consumidor%20FGV_press%20release_Out19.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>. Acesso em: 21 nov. 2019.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 10, n. 3, jul./set. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2019_3.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook*: global manufacturing downturn, rising trade barriers. Washington, DC: IMF, out. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/10/01/world-economic-outlook-october-2019>. Acesso em: 29 nov. 2019.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2019_out.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

PARAPANEMA. *Divulgação dos resultados do 3º trimestre*. Disponível em: <https://ri.paranapanema.com.br/ShowResultado.aspx?IdResultado=crEOJC0/Xd7XRtiVzbzgOg==>. Acesso em: 29 nov. 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2019_set.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2019_set.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2019_set.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2422/pnact_2019_3tri.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

SUZANO. Fato relevante: Produção de celulose de mercado para 2019. São Paulo: Suzano, 9 maio 2019. Disponível em: http://ri.suzano.com.br/ptb/7567/13986_688847.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.



Pedro Herculano Guimarães
Ferreira de Souza

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

**Pedro Herculano Guimarães
Ferreira de Souza** é

doutor em Sociologia pela
Universidade de Brasília (UnB).

Pesquisador do Instituto
de Pesquisa Econômica
Aplicada (Ipea) na Diretoria
de Políticas e Estudos Sociais.

Em 2017, recebeu o Prêmio
Capes de Melhor Tese em
Sociologia e o Prêmio Anpocs

de Melhor Tese em Ciências
Sociais. É autor do livro *Uma*

História de Desigualdade: A
Concentração de Renda entre

os Ricos no Brasil (1926-
2013), ganhador do Prêmio

Jabuti 2019 nas categorias
Humanidades e Livro do

Ano. Suas áreas de pesquisa
incluem desigualdade de

renda, pobreza, mobilidade
social e políticas sociais.

O entrevistado da edição 197 da Revista *Conjuntura & Planejamento* é Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na Diretoria de Políticas e Estudos Sociais. Atuante nas áreas temáticas de desigualdade de renda, pobreza, mobilidade social e políticas sociais, ele dá a sua contribuição para a publicação trazendo a discussão sobre a questão histórica da desigualdade de renda no Brasil. Na sua avaliação, essa desigualdade nunca foi atingida estruturalmente. Para ele, não é possível atribuir a gravidade do problema apenas ao passado, pois a desigualdade foi sendo reproduzida de novas maneiras ao longo do tempo. O ideal para o Brasil, dentre outras medidas, é massificar gradualmente o Imposto de Renda, como ocorre em outros países, em que a maior parte da população paga o imposto.



SEI – A QUESTÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL É HISTÓRICA, COMO MOSTRA SEU LIVRO, **UMA HISTÓRIA DA DESIGUALDADE**. QUAIS AS RAZÕES PARA A PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE NO BRASIL DE FORMA TÃO PERVERSA?

PS – Motivos não faltam: ninguém é tão desigual por acidente. Nosso ponto de partida no início do século 20 é bem conhecido e já era muito desigual: viemos de séculos de escravidão e colonialismo, marcados pela concentração de terras nas mãos de poucos e sem nenhuma política compensatória após a escravidão. A partir daí, nas últimas décadas, tivemos idas e vindas da desigualdade, mas ela sempre permaneceu muito alta. Nunca atacamos o problema estruturalmente nem ousamos reformas mais profundas. Com as duas ditaduras que tivemos, a concentração piorou ainda mais, melhorando um pouco depois.

SEI – PARA ALGUNS ESTUDIOSOS DO TEMA, A ESCRAVIDÃO AINDA TEM UM PAPEL IMPORTANTE NESSE PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO. O QUE O SENHOR ACHA DESSA VISÃO? EM SUA OPINIÃO QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS FATORES EXPLICATIVOS PARA A REALIDADE DAS NOSSAS DESIGUALDADES SOCIAIS E QUAIS SÃO OS DESAFIOS DIANTE DO AVANÇO TECNOLÓGICO ACELERADO?

PS – Não tenho dúvida de que a escravidão molda o Brasil até hoje e responde por boa parte da nossa desigualdade. Só não podemos atribuir todos os nossos pecados apenas ao passado. Partimos de um patamar muito desigual, mas essa desigualdade foi sendo reproduzida de novas maneiras ao longo do tempo, e permanece assim até hoje.

SEI – DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985) SE DEFENDEU A IDEIA DE CRESCER PARA DISTRIBUIR, PASSADOS MAIS DE 50 ANOS, CRESCEMOS E TEMOS UMA DAS PIORES DISTRIBUIÇÕES DE RENDA. QUAL O ERRO DESSA TESE?

PS – Muitos até hoje têm a expectativa de que o crescimento por si só traz uma melhor distribuição de renda. Outros dizem que a desigualdade em si é irrelevante e só o crescimento importa. Eu discordo das duas teses. Por um lado, a experiência internacional mostra que isso simplesmente não acontece – nada no crescimento provoca necessariamente melhor distribuição. Por outro lado, há evidências de que a própria desigualdade tem consequências negativas sobre muitas dimensões da vida social – seja para o funcionamento da democracia, para a igualdade de oportunidades ou para o próprio crescimento. Não dá para ignorar isso.

SEI – QUAL O ESTADO DA ARTE NA DISCUSSÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL E NO MUNDO ATUALMENTE? QUAIS AS PRINCIPAIS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO NO DEBATE ACADÊMICO NESTA QUESTÃO?

PS – De forma geral, o grande desafio hoje diz respeito à qualidade dos dados de que dispomos. Há um grande esforço para promover a integração de diferentes fontes de dados (pesquisas domiciliares, Imposto de

Renda e outras) e também para captar informações sobre patrimônio. No Brasil, ainda estamos tentando entender o que aconteceu desde a grande recessão da última década.

SEI – O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO E O SISTEMA TRIBUTÁRIO SÃO FORMAS CLÁSSICAS POR MEIOS DAS QUAIS O ESTADO ATUA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. COMO O SENHOR VÊ OS POSSÍVEIS EFEITOS DA RECENTE REFORMA PREVIDENCIÁRIA, JÁ DELIBERADA E PROMULGADA, E DA(S) PROPOSTA(S) DE REFORMA TRIBUTÁRIA EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL, SOBRE ESSA QUESTÃO?

PS – Fizemos simulações apenas para a versão da reforma que foi discutida no governo Temer. Nossos resultados mostraram efeitos bem pequenos sobre a desigualdade. Ou seja, a reforma por si só nem pioraria nem melhoraria muito a distribuição de renda. Como a reforma aprovada no ano passado foi muito parecida, creio que essas conclusões continuam de pé.

SEI – NOS GOVERNOS DE ESQUERDA (LULA E DILMA) HOUE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA AS CAMADAS MAIS POBRES DA POPULAÇÃO E AO MESMO TEMPO UMA ESPÉCIE DE ARROCHO PARA A CLASSE MÉDIA POR MEIO DO CONGELAMENTO DA TABELA DO IRPF. QUAIS OS IMPACTOS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DESSAS MEDIDAS?

PS – As políticas de transferência de renda para os mais pobres são muito bem sucedidas no Brasil. No caso do Imposto de Renda, eu vejo o congelamento da tabela do IRPF com bons olhos. O ideal para o Brasil é massificar gradualmente o Imposto de Renda, como ocorre em outros países, em que a maior parte da população paga o imposto. Hoje, mesmo com o congelamento, apenas os 20% ou 25% mais ricos precisam declarar. Ao mesmo tempo, esse congelamento também faz com que os mais ricos entre os ricos acabem pagando mais imposto, já que as alíquotas são marginais.

SEI – VÁRIOS PAÍSES DE MESMO NÍVEL DE RENDA JÁ SUPERARAM ESSE GRAVE PROBLEMA. POR QUE NAS COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS O BRASIL SEMPRE SE ENCONTRA NAS PRIMEIRAS POSIÇÕES NO RANKING DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA? QUAIS POLÍTICAS QUE ESSES PAÍSES ADOTARAM QUE PODEMOS IMPLEMENTAR NO BRASIL?

PS – Infelizmente, não há receita boa para reduzir a desigualdade. No longo prazo, a maior parte dos países conseguiu melhorar radicalmente só em momentos de catástrofes ou crises profundas, como a Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, não queremos isso para o Brasil. Teremos que inventar nosso próprio caminho, um caminho inédito, se quisermos chegar a níveis europeus de desigualdade.

SEI – ALGUNS GOVERNOS VÊM UTILIZANDO O ÍNDICE DE GINI COMO FORMA DE MOSTRAR A DESCONCENTRAÇÃO DE RENDA, O QUE O SENHOR ACHA DESSE ÍNDICE?

PS – O índice de Gini é a medida de desigualdade mais utilizada por pesquisadores e por governos mundo afora. Ele é fácil de entender, pois varia de 0 (menor desigualdade possível) a 1 (maior desigualdade possível) e possui excelentes propriedades técnicas. Eu mesmo uso o Gini em vários trabalhos. Quando se fala dos mais ricos, no entanto, é mais útil olhar para a fração da renda que fica concentrada no topo porque é uma medida mais transparente e intuitiva.

SEI – O BRASIL CONVIVEU, AO LONGO DO TEMPO, NÃO SÓ COM CONCENTRAÇÃO DE RENDA, COMO TAMBÉM COM PROFUNDAS DESIGUALDADES REGIONAIS. A CONJUNÇÃO DESSES FATORES INTERFERE SOBREMANEIRA EM NOSSO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. COMO O SENHOR ENXERGA ESSA QUESTÃO?

PS – Um traço marcante da desigualdade brasileira é justamente essa sobreposição de desigualdades – somos muito desiguais regionalmente, racialmente, educacionalmente e assim por diante. Qualquer simulação mostra que, de fato, se a renda *per capita* no Nordeste fosse igual à do Sudeste o Brasil, seria muito menos desigual. Infelizmente, nossas políticas de desenvolvimento regional, que já existem há bastante tempo, se mostraram pouco efetivas.

SEI – NO LIVRO CITADO, O SENHOR UTILIZA DADOS DO IMPOSTO DE RENDA. ESSES DADOS MOSTRAM DE FORMA MAIS CLARA A CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DE RIQUEZA NO BRASIL?

PS – Os dados do Imposto de Renda são os melhores para analisarmos a concentração de renda entre os mais ricos – tanto no Brasil quanto no mundo. Outras fontes de dados – como as pesquisas domiciliares – quase sempre subestimam muito a renda dos ricos, porque as pessoas têm medo, vergonha, desconhecimento etc. É assim no mundo todo. Por isso, quando olhamos para o Imposto de Renda, vemos que a concentração no topo é muito maior do que imaginávamos com outros dados.

SEI – EM SUA OPINIÃO, QUAIS POLÍTICAS ECONÔMICAS DE LONGO PRAZO PODEM SER ADOADAS PARA REDUZIR ESSA BRUTAL DESIGUALDADE SOCIAL, EM QUE 1% DOS MAIS RICOS DETÉM MAIS DE 28% DA RENDA? NO QUADRO DE UM ARCA-BOUÇO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS QUE PRECONIZAM A REDUÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA, QUAIS OS MECANISMOS DE ATUAÇÃO ESTATAL QUE PODEM SER UTILIZADOS PARA CORRIGIR AS DISTORÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA?

PS – Há uma série de medidas que poderíamos tomar. Para começar, precisamos de uma reforma tributária que diminua os tributos indiretos e aumente os tributos diretos, especialmente o Imposto de Renda. Há muitas propostas boas para tornar o Imposto de Renda mais amplo e mais redistributivo. Além

disso, deveríamos turbinar programas de transferência como o Bolsa Família e eliminar uma série de subsídios, privilégios e vantagens que beneficiam setores do grande empresariado – desde benefícios tributários até crédito barato, passando por protecionismo e outros obstáculos. Naturalmente, também precisamos avançar mais rápido no acesso e na qualidade da educação, bem como na oferta de serviços públicos. Mas, acima de tudo, precisamos avançar em todas essas direções ao mesmo tempo, sem dar brechas para contrarreformas que perpetuem a desigualdade.

SEI – O CRESCIMENTO DAS DESIGUALDADES GERA TENSÕES SOCIAIS QUE, NO LONGO PRAZO, PODEM TRAZER INSTABILIDADES POLÍTICAS E SOCIAIS IMPORTANTES. O EXEMPLO RECENTE DE PAÍSES COMO O CHILE E A ARGENTINA PARECE TER PROVOCADO EM SETORES DAS ELITES NACIONAIS UM DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL. O SENHOR CONCORDA COM ESTA CONSTATAÇÃO? QUAL O EFEITO DEMONSTRATIVO QUE A EXPERIÊNCIA DOS NOSSOS VIZINHOS PODE TRAZER PARA O DEBATE INTERNO?

PS – É difícil ser taxativo porque a relação entre tensões sociais e desigualdade não é linear. Outros fatores, como o crescimento econômico, influenciam bastante. A literatura também mostra que protestos ocorrem com maior frequência quando há uma quebra de expectativas, ou quando aumenta o descompasso entre as expectativas e a realidade. A desigualdade influi nisso tudo, mas está muito longe de ser o único fator. Dito isso, pelo menos no Chile muitos protestos têm levantado explicitamente bandeiras contra a desigualdade, que também é muito alta por lá.

SEI – NO FÓRUM MUNDIAL DE DAVOS, ESTE ANO, A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO FOI UM DOS TEMAS CENTRAIS. COMO O SENHOR ANALISA ESSA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O TEMA?

PS – A desigualdade vem crescendo em muitos países, embora a desigualdade mundial como um todo esteja diminuindo. Creio que o tema permanecerá central na agenda internacional por muito tempo ainda.



PROGRAMA DE FOMENTO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA: OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

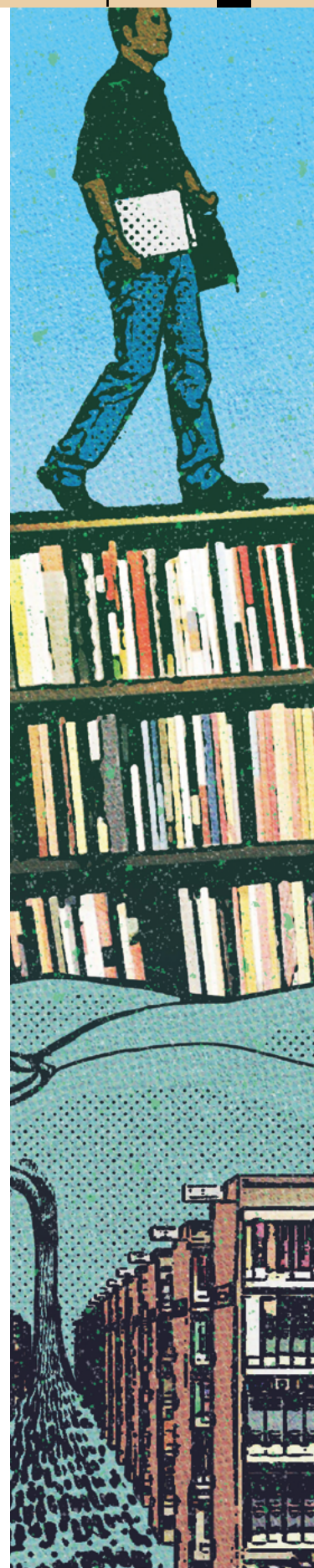
Rosângela Moreira de Oliveira
Mestre e doutoranda em
Desenvolvimento Regional e Urbano,
pela Universidade Salvador (Unifacs).
Professora da Unifacs e da UniFTC.
rosangela.oliveira@unifacs.br

Carolina de Andrade Spinola
Doutora em Geografia, pela
Universidade de Barcelona (UB)
e mestre em Administração, pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Coordenadora do Programa de
Pos-graduação em Desenvolvimento
Regional e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs) e
pesquisadora do Grupo de Estudos
da Economia Regional e Urbana
(GERURB). carolina.spinola@unifacs.br

Laumar Neves de Souza
Doutor em Ciências Sociais e mestre em
Economia, pela Universidade Federal
da Bahia (UFBA). Professor do Programa
de Pos-graduação em Desenvolvimento
Regional e Urbano (PPDRU) e
pesquisador do Grupo de Estudos
da Economia Regional e Urbana
(GERURB). laumar.souza@unifacs.br

José Gileá
Doutor em Desenvolvimento Regional e
Urbano e mestre em Análise Regional,
pela Universidade Salvador (Unifacs).
Coordenador do Mestrado em Direito,
Governança e Políticas Públicas da
Unifacs. Professor da Universidade
do Estado da Bahia (Uneb) e
pesquisador do do Grupo de Estudos
da Economia Regional e Urbana
(GERURB). jose.gilea@unifacs.br

DENTRE AS premissas que norteiam a economia do conhecimento, o desenvolvimento de uma nação somente pode ser alcançado quando ela investe no desenvolvimento científico e tecnológico e na inovação, sendo que ambos os elementos dependem exclusivamente da educação. Neste contexto, em que a ciência ocupa um papel cada vez mais destacado, a iniciação científica (IC) se constitui no primeiro estímulo à formação dos pesquisadores, através de programas governamentais que objetivam despertar jovens talentos para a ciência.



De uma iniciativa federal que surgiu com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951, os programas de fomento a esta modalidade de produção de conhecimento passaram a ser apoiados também nas esferas estaduais através da atuação das fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs), que aderiram ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), já existente no plano nacional, aportando orçamentos específicos para o financiamento da formação de capital humano qualificado nas diversas regiões do país.

Partindo-se do pressuposto da existência de uma relação direta entre a produção de conhecimento científico, a inovação e o desenvolvimento, a formação e a fixação de pesquisadores nas universidades se converte em uma política pública prioritária que busca através do PIBIC: 1) contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores; 2) colaborar para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; 3) estimular uma maior articulação entre a graduação e a pós-graduação e 4) auxiliar na formação de recursos humanos para a pesquisa (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2019a).

Dito isso, cabe também salientar que existem ainda poucas pesquisas que abordem os resultados do PIBIC no plano mais geral. O que se têm muitas vezes nesse particular são iniciativas pontuais levadas a termo por certas instituições de ensino que procuram constatar os resultados de tal programa dentro dos seus próprios limites¹.

É, pois, em função da existência dessa lacuna que o presente artigo tem como objetivos identificar quais são as bases que sustentam e dão sentido ao PIBIC fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), assim como procurar avaliar a sua eficácia por meio dos resultados por ele alcançados.

Vale pontuar que uma iniciativa dessa natureza não se justifica apenas pela escassez de estudos que discutam a eficácia de programas congêneres no Brasil, tal como indicado anteriormente, mas, sobretudo, pelo fato do PIBIC/Fapesb ser uma política pública que teve solução de continuidade e por ter sido, inclusive em termos quantitativos, incrementada ao longo dos últimos anos, oferecendo, no triênio 2017-2019, cerca de 4.054 bolsas²,

1 A bem da verdade, na década de 1990, conforme pontuam Massi e Queiroz (2010), o CNPq encomendou duas pesquisas sobre o seu próprio programa de IC: uma elaborada por Marcuschi, em 1996, de abordagem mais qualitativa, tratando de questões conceituais, bem como da visão dos coordenadores que estavam à frente do aludido programa nas suas respectivas instituições de ensino, e outra conduzida por Aragón, Martins e Velloso (1999), de natureza quantitativa, dedicada fundamentalmente à investigação da atuação dos alunos que viveram a experiência da IC tanto no campo laboral quanto no acadêmico.

2 Informação disponibilizada em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/iniciacao-cientifica/>.

número esse que é 17,2% superior ao contingente de bolsistas do período 2003-2010, que foi da ordem de 3.459.

Esclarecidos esses pontos, resta mencionar nesta parte do trabalho que, além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo é composto de três seções. Na primeira, investe-se na exposição dos elementos que permitem compreender a maneira como se deu a expansão do fomento à pesquisa no âmbito das FAPs, dando ênfase especial ao caso baiano. Na segunda, por sua vez, são feitas algumas colocações acerca de como foi delineado o percurso metodológico da pesquisa. Já na quarta, faz-se o escrutínio dos números do PIBIC/ Fapesb, atentando de maneira especial para a leitura dos resultados que ele, enquanto política pública, conseguiu alcançar, confrontando-os com aquilo que está estabelecido como sendo os seus maiores propósitos.

EXPANSÃO DO FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA NAS ESFERAS ESTADUAIS: O CASO DA BAHIA

Buscando-se evidenciar as iniciativas que resultaram na criação das chamadas FAPs, pode-se dizer que os esforços pioneiros nesse campo surgiram ainda na primeira metade da década de 1960, com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

Outras iniciativas congêneres só voltam a aparecer 16 anos depois, com o surgimento, em 1980, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Saindo do eixo Sul-Sudeste, é criada, em 1987, a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as FAPs passam a se disseminar por todo o território nacional. Contribui enormemente para essa ocorrência o reconhecimento explícito do Estado brasileiro, uma vez que o artigo 128 desta Carta Magna estabelece que:

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Buscando-se evidenciar as iniciativas que resultaram na criação das chamadas FAPs, pode-se dizer que os esforços pioneiros nesse campo surgiram ainda na primeira metade da década de 1960, com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, 1990).

A existência dessa normativa legal fez com que, nos dias que correm, o Brasil passasse a dispor de um conjunto de 26 (vinte e seis) FAPs (presentes em 25 estados e no Distrito Federal)³. Cabe assinalar aqui que elas capitaneiam ações de incentivo à pesquisa, ao empreendedorismo, à inovação e à formação de capital humano e estão diretamente ligadas às secretarias de ciência e tecnologia dos seus respectivos estados, fato esse que favorece o desenvolvimento regional, já que tais ações são de interesse dos diferentes governos estaduais. Enfatize-se também que outro ponto positivo nesta sinergia é que o aporte a certas forças regionais acaba por ser atendido, já que os requisitos locacionais são conhecidos. Como muito bem pontua Schultz (1987, p. 65),

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são, naturalmente, grandes nos países de alta renda. Mas o que é deixado de lado, frequentemente, até mesmo por aqueles que veem o valor da pesquisa, é que os países de baixa renda (ou regiões) precisam também adquirir substancial capacidade de pesquisa. Precisam ter condições não somente de tirar proveito dos avanços nas pesquisas em outros lugares, como também de atenderem às exigências específicas de suas próprias economias (ou regiões).

Seguindo esse entendimento, as FAPs possuem, portanto, o papel de fechar as lacunas da pesquisa para o desenvolvimento, focando nas suas dificuldades e oportunidades regionais, buscando junto com as instituições de ensino e as empresas promoverem o desenvolvimento regional.

3 O único estado da Federação que não dispõe de uma estrutura dessa natureza é Roraima.

Depois de vistos esses aspectos em relação às FAPs, é preciso fazer uma ressalva ao referido espraiamento delas pelo território nacional. Isso porque, embora esse seja um movimento benfazejo, ele se dá num contexto que, por assim dizer, pereniza as enormes disparidades regionais, uma vez que entre elas tais desigualdades também se manifestam, sobretudo quando se leva em conta, respectivamente, seu poderio econômico e financeiro. Só para se ter uma ideia precisa dessa realidade, a Fapesp operou, em 2017, com um orçamento que se situava no patamar de, aproximadamente, R\$ 1,111 bilhão, recursos esses originados exclusivamente do Tesouro do estado (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Voltando o olhar especificamente para a FAP baiana (Fapesb), se sabe que ela foi criada 41 anos após o surgimento da primeira FAP, no caso a Fapesp. Essa é mais uma informação que serve para comprovar o quadro de discrepância do ponto de vista das oportunidades de desenvolvimento que foram franqueadas aos estados que integram a Federação, revelando, por conseguinte, as disparidades entre as regiões Sul/Sudeste e o Nordeste.

A bem da verdade, nessa última região a primeira experiência que se teve em termos do fomento à pesquisa por um governo estadual se deu com a instituição da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), em 1989. Logo na sequência, em 1990, vieram a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal).

Nem mesmo a promulgação da Constituição de 1988 foi capaz de suscitar no plano da maior economia do Nordeste tramas políticas que permitissem o surgimento de uma instituição com as feições e funções das que, ao longo das duas últimas décadas, passaram a ser exercidas pela Fapesb. Decerto que esse *delay* se constituiu em um verdadeiro óbice para a superação das conhecidas e históricas fragilidades do estado da Bahia, onde grassa a pobreza, a reduzida escolaridade da sua população, poucas oportunidades no mercado de trabalho e níveis diminutos de rendimento.

Apenas com o surgimento da Fapesb, em 2001, a Bahia começa a priorizar ações de políticas públicas em prol do seu desenvolvimento regional, com o viés de fomentar a expansão das atividades científicas, tecnológicas, de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Vale notar que, curiosamente, o surgimento da fundação estadual se dá antes mesmo da criação de uma secretaria de estado específica para tratar das questões relativas à política de ciência, tecnologia e inovação, fato que somente ocorreu em 2003, com a Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) por meio do Decreto nº 8.874. Esse foi um marco que ratificou o reconhecimento

Apenas com o surgimento da Fapesb, em 2001, a Bahia começa a priorizar ações de políticas públicas em prol do seu desenvolvimento regional, com o viés de fomentar a expansão das atividades científicas, tecnológicas, de ensino, pesquisa, extensão e inovação

Foi aprovada, em 9 de dezembro de 2008, a Lei 11.174, também conhecida como Lei de Inovação Baiana, a qual dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no estado da Bahia

da importância da ciência e tecnologia no desenvolvimento local (BAHIA, 2004), e que, posteriormente, logo em 2004, deu lugar a uma política própria nesse campo, no caso a Lei de Inovação Tecnológica nº 10.973, resultante de discussões com diversos atores da sociedade baiana (BRASIL, 2004).

Em linhas gerais, esse documento traçava os desafios do estado no âmbito econômico, social e ambiental, considerando o estímulo a ciência, tecnologia e inovação como requisito crucial para diminuir as desigualdades e contribuir para o seu desenvolvimento. Àquela altura, tal política tinha como principais diretrizes a criação e o fortalecimento de redes de pesquisa, de informação e de aprendizado entre múltiplos atores e instituições, numa perspectiva de potencializar e fomentar uma distribuição espacialmente mais equilibrada da capacidade de inovação do estado da Bahia (BAHIA, 2004). De maneira mais pormenorizada, pode-se dizer que os desafios da aludida política estavam voltados para quatro dimensões: 1) econômica; 2) socioambiental; 3) científica e tecnológica e 4) tecnologia da informação.

Na esteira dessas movimentações foi aprovada, em 9 de dezembro de 2008, a Lei 11.174, também conhecida como Lei de Inovação Baiana, a qual dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no estado da Bahia. Para tanto, ela sugere que o estado estimule a cooperação entre instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e empresas e determina a criação dos núcleos de inovação tecnológica (NITs) em universidades e centros de pesquisa, ao passo que também incentiva a participação dos pesquisadores das ICTs em projetos de inovação. Adicionalmente, ela ainda propõe a subvenção econômica como modalidade de financiamento à pesquisa nas empresas baianas com recursos não reembolsáveis (BAHIA, 2008).

Dentro do rol de ações levadas a termo pela Fapesb no sentido de estimular a ciência, tecnologia e inovação, uma que se destaca é a concessão de bolsas de IC. Prova disso é que se saiu de uma realidade em 2003, na qual tal instituição concedia 349 bolsas de IC a estudantes de graduação de universidades públicas (federais e estaduais) e privadas, para outra, em 2010, em que essa concessão atingiu o patamar de 975 bolsas, movimentação que representou um crescimento da ordem 279,36%.

No período em tela houve o incremento da participação do quinhão das instituições de ensino superior (IESs) públicas no processo de rateio das cotas do PIBIC. Isso porque, em 2003, elas se beneficiaram com cerca de 68,76% de todas as bolsas concedidas, ao passo que, em 2010, essa proporção saltou para o patamar de 77,94%. Quem também ampliou sua participação neste cenário foram as IES privadas, porém de forma mais tímida, haja vista

que para elas eram, em 2003, destinadas 6,30% do conjunto das bolsas de IC e, em 2010, passaram a deter 12,82%. Situação diametralmente oposta se deu com aquilo que a Fapesb designa de outras instituições⁴. Para este grupo constatou-se uma queda de representatividade bastante significativa, posto que reuniam 24,92% das bolsas concedidas e passaram ficar com 9,23% delas (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2018, 2019b).

A instituição de ensino superior que mais se beneficiou proporcionalmente com o crescimento do número de bolsas não foi natureza pública e sim a Universidade Salvador (Unifacs), que possui caráter privado. Em termos precisos, tal instituição incrementou sua cota de bolsas de IC, entre 2003 e 2010, de 10 para 40, o que significou um crescimento relativo de 300% (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2018, 2019b). Curiosamente, resultado rigorosamente idêntico foi observado para a Fiocruz.

Movimento semelhante, porém de menor intensidade, também foi experimentado pelo conjunto das universidades estaduais, posto que cada uma individualmente fazia jus a 35 bolsas de IC e passaram a ser agraciadas com 115, o que expressou, portanto, uma ampliação percentual de 228,57%. A UFBA, que individualmente era, em 2003, a instituição que mais recebia bolsas de IC, não perdeu essa prerrogativa de liderança, uma vez que, em 2010, recebeu uma cota de 200 bolsas, conformando, desse modo, uma elevação relativa de 100% (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2018, 2019b).

Dito isso, vale também mencionar que, no decorrer do período em foco, a Fapesb distribuiu um total de 6.129 bolsas de IC. Deste volume de bolsas, 4.657 foram dirigidas para as universidades, sejam elas de natureza pública ou privada. Ou seja, em termos percentuais, cerca de 76% das aludidas bolsas foram canalizadas para tais instituições.

Quando se contabiliza como se deu essa distribuição segundo a finalidade jurídica de cada uma delas, observa-se que as de natureza pública (federal e estadual) amealharam 4 mil bolsas, o que corresponde a 85,9% das bolsas. A outra fração (657 bolsas, ou 14,1%) naturalmente destinou-se às instituições privadas (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2018, 2019b).

A instituição de ensino superior que mais se beneficiou proporcionalmente com o crescimento do número de bolsas não foi natureza pública e sim a Universidade Salvador (Unifacs), que possui caráter privado

4 Fazem parte desse grupo instituições como a Fiocruz e a Embrapa, as quais desenvolvem atividades de pesquisa, mas não de ensino de graduação.

DELINEAMENTO DO PERCURSO METODOLÓGICO

Feitas essas ponderações, cabe delinear agora os aspectos metodológicos que foram aplicados nesta investigação. Neste sentido, importa dizer que do ponto de vista dos dados que subsidiam as análises que se empreendeu, eles foram obtidos por meio de pesquisa documental, estruturada a partir da análise dos cadastros dos bolsistas de IC fornecidos pelas universidades⁵ que foram apoiadas desde a criação por parte da Fapesb, do seu PIBIC, em 2003, até o ano de 2010.

A razão de se ter lançado mão desse recorte temporal era assegurar que grande parte dos referidos bolsistas já tivessem concluído seus respectivos cursos de graduação e dado continuidade à sua formação acadêmica, bem como terem ingressado no mercado de trabalho, desenvolvendo suas carreiras profissionais. Para identificar se essas possíveis ocorrências de fato se manifestaram na trajetória dos egressos da IC, patrocinada pela Fapesb, se lançou mão da estratégia de analisar os seus respectivos currículos, disponíveis no banco de dados da Plataforma Lattes, do CNPq.

Em função do acesso a tais documentos, foi possível levantar o seguinte leque de informações: 1) a área do conhecimento do ex-bolsista; 2) se realizou curso de pós-graduação *stricto sensu*; 3) o tempo de permanência no programa de pós-graduação *stricto sensu*; 4) a sua área de atuação profissional e 5) a localização geográfica desta atuação.

Com efeito, foram consultados os currículos Lattes de 3.459 indivíduos que no período 2003-2010 faziam cursos de graduação nas universidades baianas e que viveram a experiência da IC⁶. Importante dizer aqui que, como se verá na sequência, tal contingente diverge do número de bolsas canalizadas pela Fapesb para cada uma das instituições universitárias. Tal diferença se deve tão somente ao fato de que eventualmente as unidades de ensino são obrigadas a substituir um dado bolsista, seja porque este desistiu da IC motivado por questões de ordem pessoal e/ou profissional, seja porque não atendeu às exigências requeridas pela atividade de pesquisa⁷.

5 Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Salvador (Unifacs), e Universidade Católica do Salvador (UCSal).

6 A rigor deveriam ter sido consultados 3.724 currículos Lattes, pois este foi o número de bolsistas informados pelas universidades. Não obstante, 265 egressos da IC não possuíam registros cadastrados na Plataforma Lattes. Parte dessa discrepância pode ser justificada em função da não obrigatoriedade, nos idos de 2003, do aluno bolsista de IC possuir o referido currículo.

7 Cabe comentar que as instituições são compelidas a processarem tais movimentações, sob de pena de sofrerem redução da cota de bolsas que para elas são dirigidas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: O PIBIC/FAPESB EM NÚMEROS

Esboçado esse quadro, passa-se agora a descortinar as informações obtidas no levantamento que se processou nos 3.459 currículos Lattes dos indivíduos que foram contemplados com bolsas de IC no período 2003-2010. Uma das primeiras ações que devem ser encaminhadas no sentido de dar conta dessa tarefa é avaliar a distribuição de alunos por IES. Quando se faz esse exercício, constata-se que a parte mais expressiva (31,2%) deles era oriunda da única instituição federal de ensino, no caso a UFBA. A instituição estadual que mais se destacava nesse particular era a UESC, posto que congregou 14,1% dos estudantes que receberam bolsas dessa natureza.

Verdade seja dita, a UESB, a UEFS e a Uneb não se distanciaram muito da realidade vivenciada pela UESC, uma vez que acolheram, respectivamente, 13,8%, 13,2% e 12,7% dos estudantes beneficiados com bolsas de IC no período em tela. A configuração desse quadro fez com que as instituições estaduais fossem aquelas que mais se beneficiaram com as referidas bolsas disponibilizadas pela Fapesb. No conjunto, elas se apropriaram de pouco mais da metade das referidas bolsas, dado que concentraram 53,8% delas.

Uma análise mais pormenorizada das informações contidas na referida distribuição revela um aspecto muito benfazejo dessa política pública de concessão de bolsas, que é precisamente o fato dela não privilegiar tão somente as instituições de cunho estatal, beneficiando, também, aquelas de natureza privada, seja com ou sem fins lucrativos. É digno de nota esclarecer que tais instituições se tornaram alvo da referida política precisamente porque atendem completamente os critérios que são exigidos pela Fapesb, que são: 1) ter, pelo menos, 1 (um) curso de pós-graduação *stricto sensu*; acadêmico recomendado pela CAPES; 2) ter, no mínimo, 10% de professores doutores com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas ou dedicação exclusiva; 3) ter grupos de pesquisa cadastrados e ativos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; e 4) possuir programa de iniciação científica, oferecendo bolsas próprias (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2019a).

De modo preciso, tem-se que as instituições privadas em conjunto responderam por 15% de todas as bolsas de IC que foram concedidas pela Fapesb. Tal percentual foi atingido porque a Unifacs, isoladamente, recebeu 8,8% dessas bolsas, ao passo que para a UCSal afluíram os 6,2% restante delas.

Um dado interessante, que salta aos olhos quando se analisa o conjunto dos 3.459 currículos Lattes dos estudantes que viveram a experiência da

Instituições privadas em conjunto responderam por 15% de todas as bolsas de IC que foram concedidas pela Fapesb. Tal percentual foi atingido porque a Unifacs, isoladamente, recebeu 8,8% dessas bolsas, ao passo que para a UCSal afluíram os 6,2% restante delas

Em outras duas áreas do conhecimento (Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes) a participação feminina superava 2/3 dos bolsistas. As duas únicas áreas em que as mulheres não predominavam foram aquelas em que, historicamente, sua participação sempre foi mais diminuta

IC no período 2003-2010, é que 2.022 deles eram do sexo feminino (58,5%) e 1.437 do sexo oposto (41,54%). É importante notar que o registro dessa ocorrência se encontra em perfeito alinhamento com uma outra estatística, que diz respeito ao número de matrículas nos cursos de graduação presenciais no Brasil. Isso porque, de acordo com levantamento feito em 2012 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), cerca de 55,5% das matrículas nesse nível de ensino eram de pessoas que integravam o público feminino, contra 44,5% do masculino (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012).

Uma vez esboçado esse breve panorama, cabe agora descrever as informações que permitem que se vislumbre, como anunciado anteriormente, os resultados que foram alcançados pelo programa de IC fomentado Fapesb no período em tela. Ao realizar esse exercício impõe-se de saída a observação de como foram distribuídas as referidas bolsas do ponto de vista das diferentes áreas do conhecimento científico.

As informações analisadas dão conta de que os egressos do aludido programa eram vinculados a 107 cursos de graduação existentes no conjunto das IES por ele contempladas. Importa dizer que tais cursos estavam agrupados em oito áreas do conhecimento reconhecidas pelo CNPq, de um total de dez. Individualmente, a área que mais foi beneficiada entre 2003 e 2010 com a concessão de bolsas foi a de Ciências da Saúde, posto que concentrou 17% das bolsas. Quem se colocava na segunda e terceira posições nesse ranking eram, respectivamente, as Ciências Humanas (com 15% dos bolsistas de IC) e as Ciências Sociais e Aplicadas (que reunia 14% de todos os bolsistas)⁸.

É interessante notar que das oito áreas do conhecimento nas quais se registrou movimentação de bolsistas de IC, em seis delas houve o predomínio da participação das mulheres. A área em que essa participação foi mais destacada (71%) foi precisamente a de Ciências da Saúde. Muito provavelmente essa realidade é explicada nos planos da Sociologia e da Economia pela existência de uma divisão de papéis para os indivíduos dos dois sexos na sociedade, de uma forma geral. Tradicionalmente, as mulheres são relacionadas às atividades do cuidar, que naturalmente são típicas de quem exerce funções no campo das Ciências da Saúde.

Em outras duas áreas do conhecimento (Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes) a participação feminina superava 2/3 dos bolsistas. As duas únicas áreas em que as mulheres não predominavam foram aquelas em

8 Foram desconsideradas as situações em que os bolsistas não tinham registrado no Lattes o curso de graduação que frequentavam.

que, historicamente, sua participação sempre foi mais diminuta, ou seja, nas engenharias e nas Ciências Exatas e da Terra, nas quais o predomínio masculino atingia, respectivamente, 69% e 63%, fenômeno esse igualmente relacionado à divisão de papéis que se fez menção.

Avançando um pouco mais no detalhamento das informações dos bolsistas de IC, impõe-se registrar o quão assertiva foi essa política pública de concessão de bolsas por parte da Fapesb, especialmente quando se tem em mente a perspectiva de criação de uma massa crítica de pesquisadores em um estado em que as credenciais educacionais da população em geral não são elevadas. Segundo o Censo Demográfico de 2010 (2011), 6,8% da população baiana frequentava curso superior de graduação, percentual esse abaixo daqueles que foram registrados para o conjunto da região Nordeste (7,3%) e o Brasil (10,4%).

Outra informação que também se presta a confirmar a fragilidade da Bahia nesse particular diz respeito à proporção de alunos matriculados e titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que, também, em 2010, situou-se no patamar de 3%, o que significa dizer que de cada 100 desses alunos no Brasil, apenas três estavam na Boa Terra. Duas reflexões devem ser feitas em relação a esse dado: 1) ele se encontrava em completo desalinho com a representatividade da Bahia em termos populacionais no cenário nacional (7,3%); 2) era pouco inferior ao contabilizado para Pernambuco (3,9%-estado que abrigava àquela altura cerca de 4,6% da população brasileira) e bastante abaixo dos encontrados para os estados de São Paulo (31,4%), Rio de Janeiro (13,7%) e Minas Gerais (9,7%), realidades essas que eram mais compatíveis com o peso das suas respectivas populações no espectro nacional (BRASIL, 2019).

Ao descrever esse cenário, não se pode deixar de pontuar que a ampliação das credenciais educacionais da população assume a condição de elemento basilar para qualquer sociedade que precise dar passos mais significativos na direção do desenvolvimento socioeconômico, como é o caso da brasileira, de um modo geral, e da baiana, de forma particular, cabendo ao poder público um papel de protagonismo para lhe dar substância, “estartá-lo” e fazer com que tenha solução de continuidade. Este entendimento é muito bem expresso por Oliveira e outros (2016, p. 1) quando asseveram que:

Para a efetivação de desenvolvimento, seja em sua concepção mais tradicional, seja o da linha do desenvolvimento sustentável, um dos pontos comuns é que a educação é um elemento sempre presente, seja como um dos resultados dos progressos advindos do desenvolvimento, seja como pressuposto de novos ciclos.

A Fapesb, enquanto órgão do poder público, assume para si parte da responsabilidade estatal de promover iniciativas que caminhem na direção e tenham o total sentido de elevar o nível de educação de parte da população baiana

Para os que adotam a linha do desenvolvimento humano sustentado, uma das consequências da educação nas pessoas é o aumento do capital humano, que é tão ou mais importante quanto o capital físico ou financeiro e, por isso, deve haver investimentos direcionados ao oferecimento, ao aperfeiçoamento da educação e, como resultado derivado, do capital humano.

A educação, além de promover os novos ciclos de desenvolvimento econômico, também é essencial para a compreensão e aceitação dos novos modelos de desenvolvimento que visam a redução das desigualdades, a solidariedade e a adoção de ações econômicas e sociais que reduzam ou não ampliem os impactos ambientais.

Este investimento no capital social deve ser feito, preferencialmente, por iniciativa do Estado, pois como se trata de estratégia de governo na promoção do desenvolvimento, tem que ser assumida e desenvolvida por este, a fim de direcionar aos objetivos que deverão ser obtidos no futuro e não apenas aos interesses do mercado de trabalho.

Inequivocamente, a Fapesb, enquanto órgão do poder público, assume para si parte da responsabilidade estatal de promover iniciativas que caminhem na direção e tenham o total sentido de elevar o nível de educação de parte da população baiana, situação essa que, por via de consequência, reverbera no padrão de desenvolvimento aferido em termos estaduais. Seu programa de IC é prova incontestante desse propósito ao assumir explicitamente como seu objetivo fulcral “despertar no aluno do ensino superior a vocação pela pesquisa, bem como o estímulo do pensar científico e da criatividade” (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2019a, p. 1).

Com efeito, como se comprovará na sequência, há boas evidências de que tal instituição vem sendo razoavelmente bem sucedida nesse seu intento. Um achado desta investigação que corrobora e/ou dá sustentação a essa perspectiva analítica foi encontrado ao se aferir que quanto mais tempo os seus bolsistas de IC passaram envolvidos com o ambiente de pesquisa, mais se elevou a propensão deles para investirem na elevação de suas credenciais educacionais, situação essa que era, diga-se de passagem, com toda a certeza, mais do que esperada pelos formuladores do PIBIC/Fapesb.

Identificou-se, lançando-se mão da análise dos currículos Lattes, que entre os bolsistas que permaneceram no programa de IC por um ano, uma proporção bastante significativa deles (44%) deu continuidade aos estudos no plano

de pós-graduação. Esse percentual só fez aumentar à medida que eles permaneceram como alunos de IC, chegando a atingir 71%, entre aqueles que tiveram essa experiência prolongada por um período de quatro anos⁹.

Ao se esmiuçar um pouco mais esse aspecto da elevação das credenciais educacionais dos alunos que vivenciaram a experiência da IC no período 2003-2010, verificou-se que, em 2019, 1.396 deles tinham concluído o mestrado, 50 eram mestrandos e 95, por razões que não se conhece, tiveram que interromper os estudos que realizavam em programas de pós-graduação *stricto sensu* correspondente a esse nível de ensino.

Convém ponderar neste ponto que um dos objetivos secundários do PIBIC é possibilitar ao egresso a condição de cumprir o mestrado em menor tempo ou mesmo no tempo regulamentar, já que, em tese, por conta da atividade de IC, ele já possui certa familiaridade com a pesquisa acadêmica. Daí não causar nenhuma surpresa que entre aqueles bolsistas que integram o universo da presente investigação nada menos que aproximadamente 90% deles concluíram seus respectivos mestrados no tempo máximo de 24 meses, que é exatamente o período de extensão considerado adequado pela CAPES para a conclusão de um curso dessa natureza.

É digno de nota que para muitos desses estudantes a passagem da graduação para a pós-graduação só foi possível devido ao fato deles continuarem tendo o apoio do poder público por meio da concessão de bolsas de estudo. Enfatize-se aqui que muitos deles (21%) nesse novo estágio educacional continuaram a ser apoiados pela Fapesb, situação essa que se revela muito benfazeja para fomentar as iniciativas que promovem o avanço da ciência e tecnologia no estado da Bahia. Papel muito importante realizado no plano dessa seara coube também às agências federais de fomento à pesquisa, no caso a CAPES e o CNPq, posto que concederam, respectivamente, 55% e 18% das bolsas de mestrado que os aludidos alunos tiveram acesso.

Outra informação que se presta a revelar a assertividade da política de estímulo à IC levada a cabo pela Fapesb no período 2003-2010 é encontrada quando busca-se mensurar o número de bolsistas que atingiram, por assim dizer, o ápice do processo de formação educacional formal, posto que ingressam em cursos de doutorado situados tanto na Bahia quanto em outros locais. Ao se fazer esse exercício, constatou-se que 19,3% dos 3.459 egressos do PIBIC/Fapesb ingressaram no doutorado, percentual esse que corresponde a praticamente metade (48%) dos que concluíram o mestrado.

19,3% dos 3.459 egressos do PIBIC/Fapesb ingressaram no doutorado, percentual esse que corresponde a praticamente metade (48%) dos que concluíram o mestrado

9 Para se calcular esses percentuais foi levado em conta apenas o contingente de 3.379 bolsistas e não de 3.459. Tal diferença se deveu ao fato de que para 80 deles a informação referente ao tempo de permanência da bolsa não constava nem do cadastro fornecido pelas IES investigadas, nem nos seus respectivos Lattes.

Também aqui se faz necessário enfatizar a importância para esses estudantes de continuarem contando com o apoio do poder público para seguirem nos seus processos formativos educacionais. Prova disso é que daquele grupo de 19,3% (668 em números absolutos) de alunos que ingressaram em cursos de doutorado, 79% (526) receberam bolsas, sendo a maior parte delas proveniente da CAPES (55%) e a outra parte complementada pelo CNPq (21%), pela Fapesb (11%), por outras FAP's espalhadas pelo território nacional (10%), bem como por outras instituições nacionais, entre as quais a Fiocruz, Petrobras, Embrapa, e internacionais, que respondem pelas bolsas residuais (3%).

Do referido grupo de 668 estudantes, cerca de 448 (67%) já concluíram o doutorado, 199 (30%) estavam cursando e 21 (3%) interromperam seus estudos. Vale notar que esses concluintes também tiveram uma performance bastante positiva em relação ao tempo que levaram para concluir seus respectivos doutoramentos, mimetizando assim, via de regra, o mesmo padrão de comportamento verificado quando da realização dos seus mestrados. Isso porque 21% (92) deles findaram suas atividades doutorais em um intervalo de tempo inferior àquele que é considerado ideal pela CAPES (48 meses), ao passo que 62% (276) o fizeram exatamente nesse tempo regulamentar. Essa é indubitavelmente mais uma evidência efetiva de que o PIBIC/Fapesb é de fato uma política pública que capacita os estudantes para a pesquisa científica, familiarizando-os com os rigores metodológicos por ela exigidos, bem como ajudando-os a reunir as ferramentas conceituais para que possam seguir com segurança na vida acadêmica.

É bom que se diga que os efeitos dessa formação mais gabaritada em termos acadêmicos desse grupo de pessoas não se restringem e/ou circunscrevem aos limites e/ou muros das universidades. Ao invés disso, extrapola-os na medida em que se fazem sentir também, por óbvio, como assinalam Zanluchi e Gonçalo (2007), na transferência de conhecimento através de contratação de parte desse grupo de pessoas pelo mundo empresarial.

Quando se apontou a lente da análise para a questão da atuação profissional dos egressos do PIBIC/Fapesb, registrada nos seus respectivos currículos Lattes, encontra-se uma situação inusitada, qual seja de que um número substantivo deles (1.684) não possui qualquer tipo de informação dessa natureza. Uma leitura apressada desse dado pode levar à falsa conclusão de que essas pessoas não se encontram engajadas a nenhuma atividade produtiva, sendo, portanto, consideradas desempregadas e ou desalentadas. Porém, uma leitura mais atenta e parcimoniosa desse quadro obriga a ponderar que preponderantemente quem se interessa por atualizar de maneira correta e mais precisa possível as informações que podem ser fornecidas à base de

dados do currículo Lattes são as pessoas que desempenham papéis no campo educacional, seja na condição de profissional e/ou de estudante.

Em face desse panorama, a única opção possível que se tinha para conhecer a atuação profissional dos referidos egressos era concentrando-se justamente nas informações presentes no conjunto de currículos nos quais podia-se aferi-la. Destarte, ao realizar esse exercício, percebeu-se que do grupo de 1.775 pessoas, cerca de 51% desempenhavam funções docentes, seja em IES públicas e privadas, bem como nos níveis de ensino basilares, que contemplava desde o ensino infantil ao ensino médio. Aproximadamente 5% se intitulavam profissionalmente como pesquisadores, situação que guarda naturalmente estreita relação com o tipo de atividade que em foram treinados/capacitados enquanto estudantes de IC. Um grupo individualmente relevante nesse contexto diz respeito às pessoas que atuam como funcionários públicos (14%), porém em funções outras não vinculadas ao campo da docência.

Outro dado importante que se conseguiu captar com esta investigação foi que dos egressos do PIBIC/Fapesb que atuam como docentes nos mais variados níveis de ensino (623 indivíduos), quase que 80% deles permaneceram residindo em terras baianas. Situação congênere foi encontrada também entre aqueles que trabalham como pesquisadores, posto que 70% desenvolvem suas atividades profissionais no estado Bahia. Tais informações são fortes indícios da real eficácia do PIBIC/Fapesb em criar uma massa crítica de indivíduos que possam contribuir para o desenvolvimento do estado da Bahia. Por certo, a efetivação dessa política educacional pelas diferentes esferas do poder público revela-se absolutamente indispensável para amenizar as assimetrias regionais que insistem em se fazer presentes no contexto nacional, especialmente quando se pensa em termos do acesso à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que foi descrito anteriormente apontou, em linhas gerais, que o PIBIC/Fapesb contribuiu não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente para a formação de capital humano no território baiano. Seus reflexos, efetivamente, se fizeram sentir com muito mais intensidade, como seria natural esperar, no âmbito das IES nas quais ele, enquanto política pública, se fez presente.

Isso se deu, naturalmente, em primeiro lugar, em função da elevada propensão daqueles seus egressos que manifestamente optaram, de

Dos egressos do PIBIC/Fapesb que atuam como docentes nos mais variados níveis de ensino (623 indivíduos), quase que 80% deles permaneceram residindo em terras baianas

maneira espontânea ou não, em prosseguir com seus estudos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, situação essa que está, como já se disse, em plena consonância com o objetivo precípua de tal programa, mas de modo complementar por também acabar dando origem a uma espécie de ciclo virtuoso em termos da absorção desses egressos, já pós-graduados, pelas referidas IES, contexto esse que obviamente favorece a fixação de uma massa crítica de professores e pesquisadores especializados em diversas áreas do conhecimento, ocorrência que com toda a certeza repercute nas possibilidades presentes e futuras de desenvolvimento do estado da Bahia.

Assim sendo, torna-se bastante plausível considerar que o PIBIC/Fapesb deu, no período coberto por esta investigação, passos razoavelmente consistentes no sentido de incrementar o estoque de capital humano residente na Boa Terra, indo ao encontro, por via de consequência, em boa medida, daquilo que é preconizado na Teoria do Capital Humano em relação à participação do poder público como agente gerador do processo de desenvolvimento, posto que possui a autoridade necessária para provocar um planejamento educacional que atenda a esse fim (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016).

Leitura igualmente positiva e possível de ser feita no que tange aos resultados obtidos pelo PIBIC/Fapesb se faz pertinente justamente porque tal política pública, no período privilegiado por esta investigação, foi satisfatoriamente bem sucedida no sentido de contribuir para que aqueles que lhe foram alvo, uma vez dando passos mais largos do ponto de vista da formação acadêmica, ingressando em cursos de mestrado e doutorado, pudessem concluí-los absolutamente dentro dos prazos regulamentares que são determinados/estabelecidos pela CAPES.

Como se viu, em muitas situações esses prazos não apenas foram atendidos, mas também encurtados, resultados esses que, muito provavelmente, estão associados ao desenvolvimento de *expertise* no campo da pesquisa científica, que são resultantes do trabalho de pesquisa que muitos bolsitas do PIBIC/Fapesb vivenciaram por ocasião das experiências que tiveram com a IC.

Destaque-se que a configuração desse quadro guarda uma sintonia fina com aquele que foi descrito por Aragón, Martins e Velloso (1999, p.34-36) ao se debruçarem sobre as informações dos egressos do programa de IC patrocinado pela CNPq. Isso porque, neste estudo eles se depararam com o maior pendor de tais egressos para seguirem na vida acadêmica, uma vez que “o prazo médio de transição entre a conclusão da graduação e o ingresso no mestrado, para esses mesmos ex-bolsitas, é de 1,2 ano, enquanto os não bolsistas chegam a 6,8 anos em média”.

Em que pese o fato dos achados aqui expostos resultarem de um esforço de pesquisa que assumiu, por assim dizer, um caráter censitário na medida em que procurou levantar as informações de todos os egressos do PIBIC/Fapesb, no período 2003-2010, e, de uma forma geral, apontarem para uma realidade que sinaliza que tal política pública foi bem sucedida no atingimento dos seus propósitos, faz-se necessário que outras iniciativas investigativas possam ser levadas a termo com vistas a validar, a relativizar e/ou até mesmo refutar alguns dos entendimentos/leituras que aqui se chegou.

É crucial que sejam feitas, nesse estágio de investigação, ressalvas e/ou considerações dessa ordem. Isto porque as inferências que foram feitas no tocante aos desígnios da política pública em foco não puderam ser edificadas a partir da avaliação da situação do conjunto dos indivíduos que integrava seu público-alvo no intervalo que cobre os anos de 2003 a 2010, seja porque simplesmente não havia como acessar o Lattes de alguns dos egressos do PIBIC/ Fapesb, ou então porque em existindo tais documentos o seu preenchimento não se deu da forma mais adequada, situação essa motivada tanto por questões de não lançamento de informações importantes quanto por razões relativas à sua não atualização.

Ademais, não se deve, também aqui, deixar de ponderar que uma outra vertente de estudos, que pode complementar a análise ora apresentada, refere-se à avaliação da eficiência desse programa. Uma vez que a sua eficácia foi comprovada, resta saber se ele tem sido eficiente. Nessa mesma direção, impõe-se também algum estudo que se proponha a investigar se a aplicação dos recursos destinados a tal política pública vem, de alguma sorte, sendo dirigida para aquelas áreas do conhecimento científico em que o estado da Bahia se revela mais frágil, situação essa que se constitui, por assim dizer, em um óbice ao seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, V. A.; MARTINS, C. B.; VELLOSO, J. R. *O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica: Pibic e sua relação com a formação de cientistas: relatório final*. Brasília: UnB, 1999.

BAHIA. Decreto nº 8.874, de 12 de janeiro de 2004. Aprova o Regimento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, 13 jan. 2004. Disponível em: http://www.secti.ba.gov.br/arquivos/File/DECRETOS_E_LEIS/DECRETO8874.pdf. Acesso em: 1 jan. 2014.

BAHIA. Lei nº 11.174, de 09 de dezembro de 2008. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, 10 dez. 2008. Disponível em:

http://www.secti.ba.gov.br/arquivos/File/DECRETOS_E_LEIS/LEI11174.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de gestão do exercício de 2017*. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/banners/18092018_Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_CAPES_2017.pdf. Acesso em: 7 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *GEOCAPES*: sistema de informações georreferenciadas. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CABRAL, A.; SILVA, C. L. M.; SILVA, L. F. L. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. *Revista Principia*, João Pessoa, n. 32, p. 35-41, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1070/575>. Acesso em: 8 mar. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Brasil: características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). *Relatório de gestão: exercício 2017*. Brasília: CNPq, 2018. Disponível em: <http://cnpq.br/documents/10157/6152175/Rel+Gest%C3%A3o+2017.pdf/209f5d96-66b0-4bf2-8bd8-2f9e9f40336f>. Acesso em: 7 fev. 2019.

DIAS, M. *10 anos da Lei de Inovação*: Parque Tecnológico da Bahia fomenta inovação e pesquisa científica. Salvador, 20 fev. 2014. Disponível em: <http://www2.secti.ba.gov.br/parque/noticias/10-anos-da-lei-de-inovacao-parque-tecnologico-da-bahia-fomenta-inovacao-e-pesquisa-cientifica/>. Acesso em: 28 mar. 2014.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (BA). *Normas gerais IC - 2019*. Salvador: Fapesb, 2019a. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/download/normas-gerais-para-iniciacao-cientifica-2019/?wpdmdl=13556/>. Acesso em: 7 ago. 2019.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (BA). *Relatório anual de atividades de 2014 a 2017*. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 8 fev. 2019b.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (BA). *Relatório de gestão: prestação de contas 2017*. Salvador: Fapesb, 2018. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Relatorio-de-Gestao-TCE-2018.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP). *Relatório da Administração 2017. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: seção 1: Poder Executivo, São Paulo, 26 abr. 2018. Disponível em: http://www.fapesp.br/estatisticas/balancos/balanco_publicado_DOE_26042018_pg34.pdf. Acesso em: 8 fev. 2019.

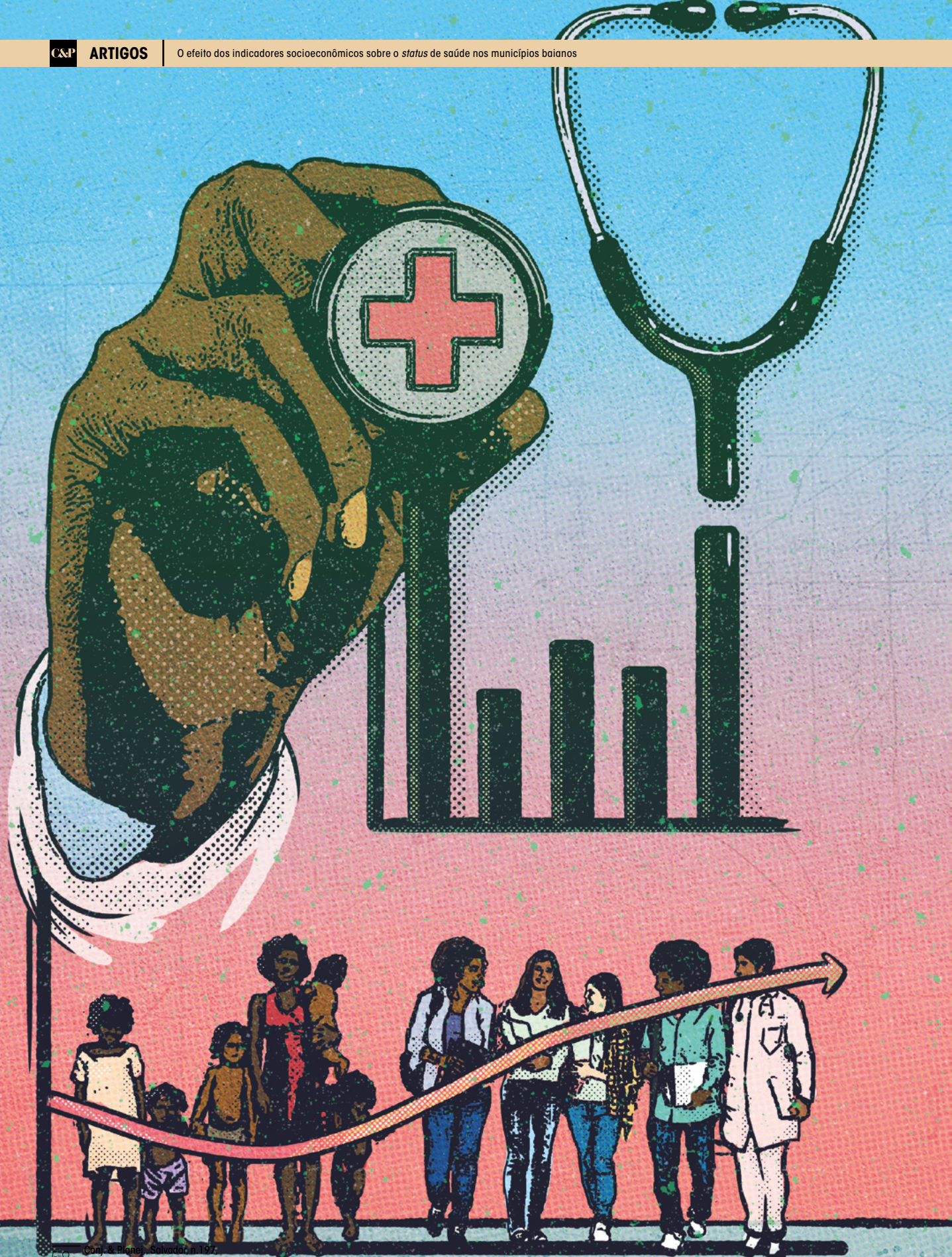
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses estatísticas da educação superior: graduação*. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior. Acesso em: 16 mar. 2020.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 139, p.173-197, jan./abr. 2010.

OLIVEIRA, M. L. *et al.* A relação entre desenvolvimento e educação. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO*, 5., 2016, Taubaté. *Anais [...]*. Taubaté: CICTED, 2016. v. 1. p. 1-15.

SCHULTZ, T. W. *Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1987.

ZANLUCHI, J. B.; GONÇALO, C. O estágio de desenvolvimento da pesquisa aplicada através da relação universidade-empresa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 27., 2007, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: ABEPRO, 2007. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2007_TR640474_0272.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.



O EFEITO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS SOBRE O *STATUS* DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Andressa Lemes Proque
Doutora em Economia, pela
Universidade Federal de Juiz
de Fora (UFJF) e mestre em
Economia, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
alemesproque@gmail.com

UM TEMA recorrente no campo da economia da saúde nos últimos anos tem sido o estudo dos indicadores socioeconômicos e seus efeitos sobre a qualidade e equidade das condições de saúde da população. A importância de uma maior escolaridade, menor desigualdade de renda, maior expectativa de vida ao nascer e menor criminalidade para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade é de conhecimento geral em economia e se constitui objeto de estudo. Os dados recentes para o estado da Bahia mostram que a expectativa de anos de estudo cresceu em 8% de 2000 para 2010. No mesmo período, o Índice de Gini, conceito tradicional de concentração de renda, foi de 0,66 para 0,62 e a expectativa de vida foi de 65,80 anos para 71,97 no estado. De um modo geral, houve uma significativa melhora nos indicadores socioeconômicos do estado da Bahia, apesar do aumento da taxa média de homicídios por 100 mil habitantes na última década. Esse progresso se deu em função de um conjunto de fatores, tais como os programas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF), e um cenário econômico mais favorável. Esse quadro vai ao encontro dos melhores resultados dos indicadores de saúde, cujo avanço tem sido devido ao desenvolvimento socioeconômico e local, progresso científico, acesso aos serviços de saúde e a melhores condições sanitárias, dentre outros.



O campo de estudos da economia da saúde tem como principal representante Grossman (1972a) e seu modelo de demanda por “boa saúde”. No modelo, os consumidores demandam saúde devido a dois pontos: como um bem de consumo e também como bem de investimento. A saúde gera bem-estar e aumento na produtividade do trabalho

O *status* de saúde da população é de interesse na análise do padrão de desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. O campo de estudos da economia da saúde tem como principal representante Grossman (1972a) e seu modelo de demanda por “boa saúde”. No modelo, os consumidores demandam saúde devido a dois pontos: como um bem de consumo e também como bem de investimento. A saúde gera bem-estar e aumento na produtividade do trabalho. A saúde também afeta os ganhos monetários ao elevar o tempo disponível dos indivíduos, alocado entre trabalho e lazer, diminuindo o tempo perdido desses indivíduos devido aos problemas de saúde.

Dada a notoriedade dos indicadores socioeconômicos sobre a condição de saúde da população, a relação entre esse conjunto de dados pode ser estudada para que no futuro sejam colocadas em prática políticas públicas com o intuito de melhorar esse serviço. O aumento da criminalidade e os melhores resultados de outros indicadores sociais no estado da Bahia sugerem a maior necessidade de estudos nessa linha de pesquisa. Desse modo, o problema de pesquisa que se coloca é: os indicadores socioeconômicos afetam o *status* de saúde do estado da Bahia? A partir deste problema, o objetivo do artigo é analisar a relação entre os indicadores socioeconômicos e a qualidade da saúde para a população residente nos 417 municípios do estado da Bahia. Para a obtenção dos resultados, serão utilizados os dados socioeconômicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Sistema de Informação do Ministério da Saúde (Datasus), e será feita uma análise de correlação canônica.

Além desta breve introdução, o artigo é composto de mais cinco seções. A segunda seção apresenta o contexto no qual está inserida a relação entre os indicadores socioeconômicos e a saúde no Brasil e no estado da Bahia. A terceira seção mostra o referencial teórico sobre o tema proposto, centrado na economia da saúde. A seção seguinte descreve a metodologia do trabalho, enquanto a quinta seção reporta os resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SAÚDE NO ESTADO DA BAHIA

O estado da Bahia é o maior da Região Nordeste e o quinto estado maior do Brasil em termos de extensão territorial, correspondendo a 36,3% da área total da região nordestina e 6,64% da área do país. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2015), do total da área do estado, de 564.692,67 km², cerca de 69% corresponde a região

semiárida, que possui grandes desigualdades sociais. Dos 417 municípios baianos, 265 estão dentro dessa região, o que explica alguns dos baixos indicadores sociais. O Produto Interno Bruto (PIB) foi maior que R\$ 154.340 milhões no estado em 2010, sendo equivalente a 4,3% de todas as riquezas produzidas no país. Esses fatores fazem com que o estado seja um interessante objeto de investigação e estudo.

Entre outros fatores, o acesso ao emprego, à educação, à moradia, à rede de esgoto e à água potável tem influência direta sobre a qualidade de vida e saúde da população. Esses fatores, denotados determinantes sociais da saúde, são imprescindíveis para uma sociedade. A provisão de políticas públicas de emprego, educação, moradia e saneamento básico, em conjunto com políticas de saúde, são de interesse para o alcance de um sistema de saúde eficiente.

Grande parte dos estudos sobre o tema aborda os efeitos da educação e da desigualdade de renda sobre a saúde individual. Melhorias nas condições de vida da população e, portanto, melhorias dos indicadores socioeconômicos, conduzem a uma melhor qualidade de vida e saúde da população. A educação, por exemplo, se faz necessária para o desenvolvimento de uma sociedade. Dados recentes do PNUD mostram a diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil, caindo de 20,07% para 9,61% o número médio de pessoas com mais de quinze anos não alfabetizadas, no período de 1991 a 2010. O estado da Bahia também apresentou uma queda na sua taxa de analfabetismo em 53% entre 1991 e 2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015). Dentre os benefícios que a educação pode proporcionar à sociedade, o seu efeito sobre a saúde individual pode gerar uma melhora no bem-estar da população e, consequentemente, na utilidade das famílias.

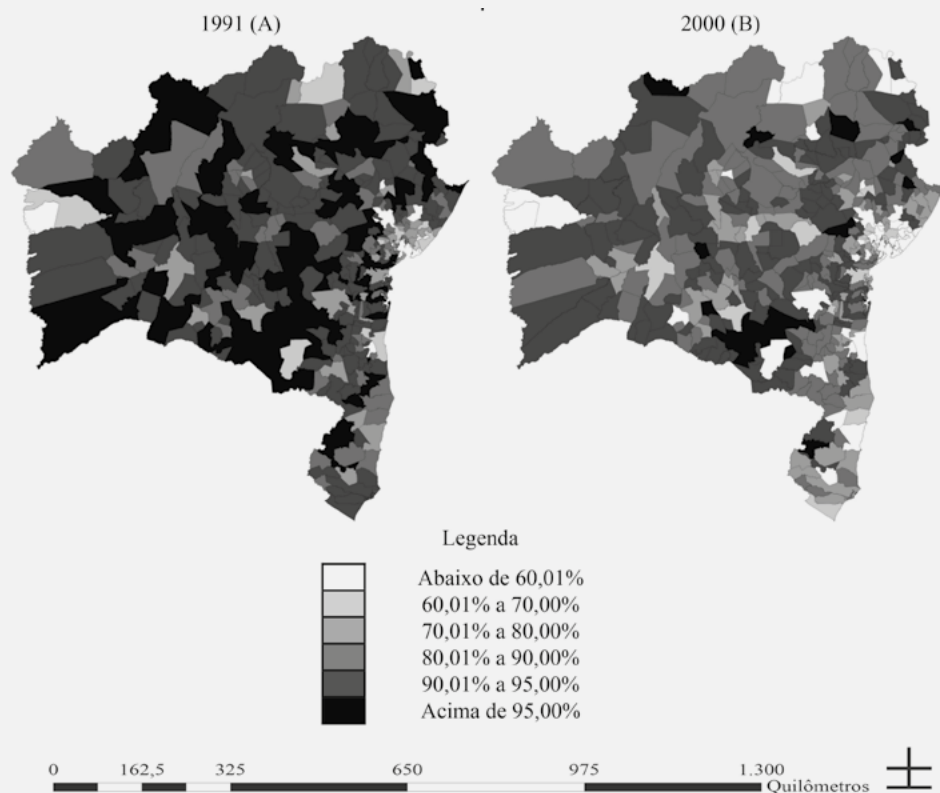
Um maior nível de escolaridade pode estar relacionado à condição de saúde individual. Embora, a World Health Organization (1947) informe que os dados existentes de saúde não levam à mensuração dos elementos que definem um ótimo estado de saúde individual, é possível relacionar educação e condição de saúde. Uma criança, por exemplo, nas primeiras séries da escola, ao aprender a lavar as mãos, já está evitando a contaminação e isso contribui futuramente para uma condição melhor de saúde. Observa-se nos últimos anos uma melhora dos indicadores de educação no Brasil e no estado da Bahia. Dados do PNUD mostram que 7,03% da população brasileira entre 18 a 24 anos ainda estavam cursando o ensino fundamental em 1991. No mesmo ano, no estado da Bahia, tinha-se 11,50% desta população. Em 2010, este índice caiu para 3,41% no Brasil e 6,30% no estado da Bahia (PROGRAMA

O acesso ao emprego, à educação, à moradia, à rede de esgoto e à água potável tem influência direta sobre a qualidade de vida e saúde da população. Esses fatores, denotados determinantes sociais da saúde, são imprescindíveis para uma sociedade. A provisão de políticas públicas de emprego, educação, moradia e saneamento básico, em conjunto com políticas de saúde, são de interesse para o alcance de um sistema de saúde eficiente

DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015). Com isso, a expectativa de anos de estudo vem aumentando ao longo do tempo.

O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial do percentual da população com 25 anos ou mais de idade com menos de oito anos de estudo para os municípios baianos nos anos de 1991 e 2000. Cabe destacar que neste estudo optou-se por apresentar os mapas de distribuição espacial para a década 1991-2000 devido ao período importante para história econômica do Brasil e, principalmente, porque os indicadores usados apresentaram maior disparidade nesse período do que mais recentemente (2000-2010). Pode-se observar no período analisado uma melhora significativa na expectativa de anos de estudo e um menor percentual de indivíduos com menos de oito anos de estudo nos municípios próximos à faixa litorânea do estado.

Mapa 1
Distribuição espacial do % de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo dos municípios baianos – 1991/2000



Fonte: Elaboração própria (2019).

Além dos indicadores educacionais, a renda é outro fator determinante para o acesso à saúde. A literatura aponta uma relação bidirecional entre saúde e renda. Os indivíduos que vivem nas regiões mais desiguais em termos de distribuição de renda são os mais propícios a terem doenças. Desse modo, o nível de renda de uma determinada região tem ligação com a saúde, e as condições de saúde refletem diretamente na produtividade dos trabalhadores e no aumento da renda dos indivíduos (NORONHA; ANDRADE, 2005; SIMÕES, 2002).

A maioria dos estudos realizados no Brasil sobre o *status* de saúde utiliza variáveis socioeconômicas como educação, renda, índice de desenvolvimento, taxa de homicídios, dentre outras. O desenvolvimento local, mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mostrou uma melhora na qualidade de vida no Brasil e no estado da Bahia. Esse índice é baseado em outros índices, tais como renda, educação e longevidade. Do mesmo modo que o IDH, o IDHM varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento da localidade em questão. Entre 1991 e 2010, o IDHM nacional saltou de 0,493 para 0,727. Já o estado da Bahia passou de 0,386 para 0,660 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015).

Além do avanço no desenvolvimento local, houve também uma melhora na desigualdade da distribuição de renda da população. A desigualdade de renda é comumente mensurada pelo Índice de Gini. Este índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. Conforme os dados do PNUD, entre 1991 e 2000, o Índice de Gini saltou de 0,67 para 0,66 no estado da Bahia, sendo maior que a média nacional. Já no Brasil passou de 0,63 para 0,64. Essa queda da desigualdade pode ter sido devido aos programas de transferência de renda existentes, tais como o Programa Bolsa Família (PBF), instituído em 2004. As famílias beneficiadas pelo PBF passaram de 0,84 milhões para 1,81 milhão entre 2004 e 2012 no estado da Bahia. E o valor anual repassado saltou de R\$ 0,5 bilhão para R\$ 2,7 bilhões no mesmo período. De acordo com Silveira Neto e Azzoni (2011), o fortalecimento do salário mínimo juntamente com o efeito significativo do PBF contribuem para a redução das disparidades regionais.

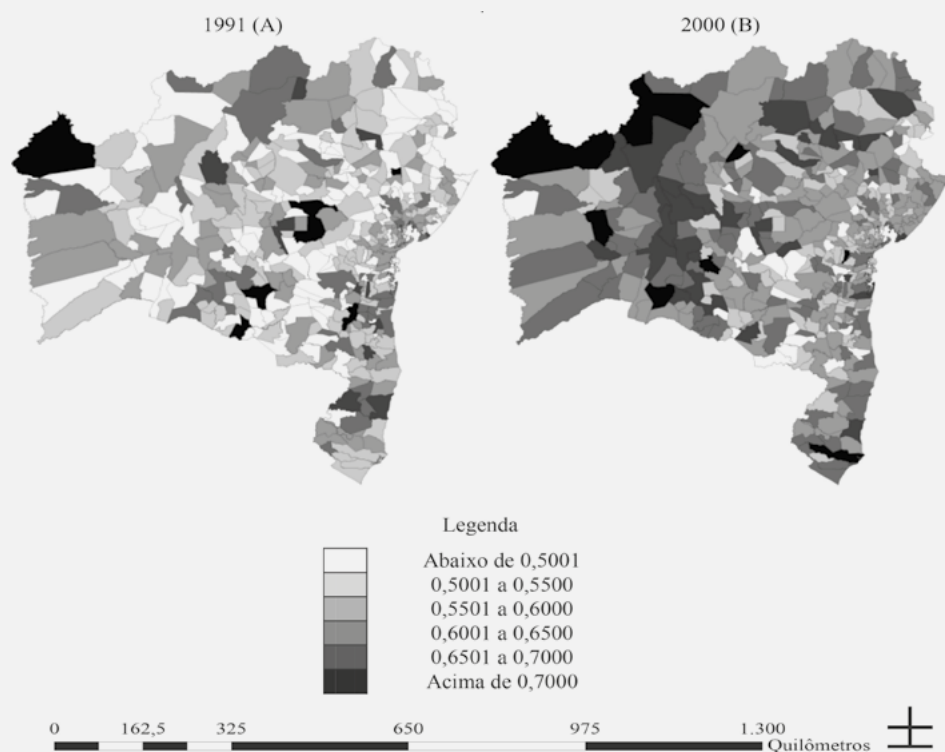
O Mapa 2 reporta a distribuição espacial do Índice de Gini dos municípios do estado nos anos 1991 e 2000. É possível observar que neste período não houve uma melhora significativa do Índice de Gini nos municípios baianos. Alguns municípios até apresentaram índices maiores, implicando um maior nível de desigualdade. No entanto, entre 2000 e 2010, o Índice de Gini caiu de 0,66 para 0,62 no estado da Bahia, enquanto no Brasil o mesmo passou de 0,64 para 0,60. O que houve foi uma diminuição no valor do Índice de Gini para aqueles municípios com maiores níveis de desigualdade.

As famílias beneficiadas pelo PBF passaram de 0,84 milhões para 1,81 milhão entre 2004 e 2012 no estado da Bahia. E o valor anual repassado saltou de R\$ 0,5 bilhão para R\$ 2,7 bilhões no mesmo período

A renda *per capita* observada no estado da Bahia aumentou de R\$ 234,57 para R\$ 496,73 entre 1991 e 2010. A título de comparação, a renda *per capita* brasileira passou de R\$ 447,56 para R\$ 793,87 no mesmo período analisado. Por um lado, em 2010, a renda *per capita* foi menor nos estados do Maranhão, Piauí, Alagoas, Pará, Ceará, Paraíba e Bahia; por outro, os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal apresentaram maior renda *per capita*. Este cenário mostra que os estados do Nordeste e do Norte ainda apresentam uma diferença significativa em termos de renda em relação aos demais estados brasileiros. Associando este indicador com o *status* de saúde, Alves e Belluzzo (2004) mostraram que um maior nível de renda *per capita*, e também mais escolaridade, levam a menores índices de mortalidade infantil.

Outra informação para o entendimento da qualidade de vida e saúde da população está relacionada à criminalidade. A taxa média de homicídios

Mapa 2
Distribuição espacial do Índice de Gini nos municípios baianos – 1991/2000



Fonte: Elaboração própria (2019).

por 100 mil habitantes passou de 9,4 para 37,7 no estado da Bahia, entre 2000 e 2010. Isso reflete um crescimento do índice de homicídios no estado, levando o mesmo ao posto de sétimo lugar no *ranking* da violência nacional. As taxas no interior e na Região Metropolitana de Salvador (RMS) eram 11,6 e 9,2, respectivamente, em 2000, atingindo 60,1 e 30,5 em 2010. Pode-se observar que estes índices atingiram valores acima da média nacional, de 26,2 (WASELFSZ, 2011). Por um lado, foi verificada uma considerável melhora dos indicadores socioeconômicos do estado da Bahia; por outro, as taxas de homicídio cresceram muito na última década.

Os indicadores de saúde também vêm apresentando melhores resultados no país e no estado da Bahia nos últimos anos. No Brasil, a mortalidade infantil, que em 1991 era de 55,74 mortes até 5 anos de idade por mil crianças nascidas vivas, chega com a taxa de 18,83 mortes por mil nascimentos em 2010. No estado da Bahia, o mesmo índice passou de 90,74 para 23,49 entre 1991 e 2010. A taxa de fecundidade nacional caiu, no mesmo período analisado, de 2,88 para 1,89, enquanto no estado da Bahia, a taxa passou de 3,66 para 2,05. Já o percentual da população habitando em domicílios com água encanada saltou de 71,31 para 92,72 entre 1991 e 2010 no Brasil. No estado da Bahia, este percentual passou de 45,06 para 85,66 no mesmo período (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015). Essa melhora nas condições sanitárias tem impacto direto sobre a qualidade de saúde da população, o que faz elevar os indicadores de saúde. Este progresso dos indicadores de saúde tem sido relacionado a vários fatores, como o desenvolvimento socioeconômico e local, progresso científico, acesso aos serviços de saúde e a melhores condições de vida, dentre outros.

ECONOMIA DA SAÚDE

O campo de estudos da economia da saúde tem como principal representante Grossman (1972a) e seu modelo de demanda por “boa saúde”. Tal modelo baseia-se na teoria do capital humano. Segundo esta teoria, a saúde é observada como estoque de capital durável, sendo entendida como um dos componentes do capital humano, do mesmo modo que a educação, a qual produz um rendimento maior com aumento da produtividade do trabalho. Em outras palavras, os aumentos no estoque pessoal de conhecimento ou capital humano produzem resultados sobre a produtividade pessoal. Com o intuito de ampliar os ganhos salariais, via produtividade do trabalho, é necessário que os indivíduos aumentem o investimento no nível educacional e, nesse sentido, os indivíduos apresentariam incentivos para melhorar a saúde.

A saúde é observada como estoque de capital durável, sendo entendida como um dos componentes do capital humano, do mesmo modo que a educação, a qual produz um rendimento maior com aumento da produtividade do trabalho

No modelo de Grossman (1972a), os consumidores demandam saúde devido a dois pontos: como um bem de consumo e como bem de investimento. A saúde gera bem-estar e aumento na produtividade do trabalho. Por outro lado, uma condição ruim de saúde resulta em diminuição da produtividade do trabalho. Por isso, a saúde é importante para o bem-estar e para melhorar a produtividade, o que resulta em ganhos monetários. Logo, a saúde afeta os ganhos monetários ao elevar o tempo disponível dos indivíduos alocado entre trabalho e lazer e diminuindo o tempo perdido desses indivíduos devido aos problemas de saúde. Assim, tem-se a seguinte função de utilidade de um indivíduo:

$$U = U(H, B) \quad (1)$$

Na equação (1), H é o estoque de saúde e B é o consumo de outros bens. O modelo de Grossman (1972) pode ser representado como se segue:

$$H = H(T_H, M, E, A),, \partial H / \partial M > 0 \text{ e } \partial H / \partial T_H > 0 \quad (2)$$

Na equação (2), T_H é o tempo gasto para produzir saúde, M representa os fatores produtivos adquiridos no mercado, como medicamentos e consultas, E é a escolaridade e A é a idade dos indivíduos. Além da produção de saúde (H), os indivíduos produzem outros bens e serviços (B), como se segue:

$$B = B(T_B, X, E), \partial B / \partial X > 0 \text{ e } \partial B / \partial T_B > 0 \quad (3)$$

Na equação (3), X representa os fatores produtivos como matéria-prima. Desse modo, o modelo de demanda de Grossman (1972a) implica em um conjunto de decisões simultâneas, como o indivíduo alocar tempo entre trabalho e lazer, alocar o restante do tempo para produção de saúde e produção de outros bens e serviços, dividir os ganhos monetários entre bens intermediários na produção de saúde (medicamentos) e dos demais bens.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E BANCO DE DADOS

BASE DE DADOS

A base de dados principal utilizada para o estudo dos 417 municípios baianos foi extraída do PNUD para o ano de 2010. Além do banco de

dados do PNUD, foram utilizados dados sobre o crime e a taxa de desemprego, extraídos do Datasus. A descrição do conjunto de variáveis para a análise de correlação canônica se encontra no Quadro 1. Este conjunto de variáveis tem sido amplamente usado em estudos socioeconômicos e da economia da saúde. A taxa de mortalidade infantil tem sido um dos indicadores mais usados para analisar as condições de vida e o *status* de saúde dos indivíduos (ANAND, 2006; BARUFI, 2009; DEVARAJAN; MILLER; SWANSON, 2002; QUIROGA; REZENDE, 2002; RUGER, 2004; SIMÕES, 2002). Outros estudos têm investigado a relação entre a desigualdade de renda e as condições de saúde (SCWARCWALD *et al.*, 1999; NORONHA; ANDRADE, 2005; SANTOS, 2010). As contribuições sobre a relação entre indicadores socioeconômicos e saúde são desenvolvidas e revisitadas por vários autores (BHARGAVA, 2003; LAVY *et al.*, 1996; MEJIA *et al.*, 2003; SANTOS; MOURA, 1998). Nesse estudo, utilizaram-se dez variáveis capazes de analisar a relação entre os indicadores socioeconômicos e a qualidade da saúde para a população residente nos 417 municípios do estado da Bahia.

Quadro 1
Variáveis utilizadas para a análise de correlação canônica – 2010

Variável	Descrição	Fonte
Indicadores de saúde		
1. Taxa de mortalidade infantil	Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos	PNUD
2. Taxa de fecundidade	Número médio de filhos de uma mulher ao completar o período reprodutivo	PNUD
3. Água encanada	% da população vivendo em domicílios com água encanada	PNUD
4. Expectativa de vida	Número médio de anos de vida das pessoas	PNUD
Indicadores socioeconômicos		
1. Taxa de analfabetismo	% de pessoas com mais de 15 anos não alfabetizadas	PNUD
2. Renda per capita	Razão entre o somatório da renda de toda a população e o número de habitantes	PNUD
3. Índice de Gini	Desigualdade na distribuição de renda da população	PNUD
4. Expectativa de anos de estudo	Número médio de anos de estudo das pessoas ao atingir 18 anos	PNUD
5. Taxa de homicídios	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	SIM-DATASUS
6. Taxa de desemprego	% da população economicamente ativa (PEA), de 16 anos e mais, desocupada	DATASUS

Fonte: Elaboração própria (2019).

ANÁLISE DE CORRELAÇÃO CANÔNICA

A análise de correlação canônica é uma técnica de estatística multivariada proposta por Hotelling (1935) para a identificação e quantificação da associação entre dois conjuntos de variáveis de naturezas diferentes. O objetivo desta técnica é desenvolver combinações lineares que expressem bem as correlações entre os dois conjuntos de variáveis, de modo que haja a maximização da correlação entre essas combinações. Em outras palavras, determinam-se os pares de combinações lineares $U = a'X$ e $V = b'X$ que possuem a maior correlação possível. Essas combinações lineares construídas são as variáveis canônicas e suas associações são denotadas correlações canônicas (JOHNSON; WICHERN, 2002; MINGOTI, 2005).

A formalização teórica a seguir segue a estruturação apresentada por Johnson e Wichern (2002). Consideram-se dois vetores aleatórios $X^{(1)}$ e $X^{(2)}$ de dimensões $p \times 1$ e $q \times 1$ respectivamente, e $p \leq q$. Para os vetores aleatórios $X^{(1)}$ e $X^{(2)}$, tem-se que:

$$E(X^{(1)}) = \mu^{(1)} \quad \text{Cov}(X^{(1)}) = \Sigma_{11}$$

$$E(X^{(2)}) = \mu^{(2)} \quad \text{Cov}(X^{(2)}) = \Sigma_{22}$$

$$\text{Cov}(X^{(1)}, X^{(2)}) = \Sigma_{12} = \Sigma_{21}' \quad (4)$$

Considerando $X^{(1)}$ e $X^{(2)}$ conjuntamente, o vetor aleatório é dado por:

$$X_{(p+q) \times 1} = \begin{bmatrix} X^{(1)} \\ X^{(2)} \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} X_1^{(1)} \\ X_2^{(1)} \\ \vdots \\ X_p^{(1)} \\ \dots \\ X_1^{(2)} \\ X_2^{(2)} \\ \vdots \\ X_q^{(2)} \end{bmatrix} \quad (5)$$

E com o vetor de médias sendo:

$$\underset{(p+q) \times 1}{\mu} = E(X) = \begin{bmatrix} E(X^{(1)}) \\ \dots\dots\dots \\ E(X^{(2)}) \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \mu^{(1)} \\ \dots\dots\dots \\ \mu^{(2)} \end{bmatrix} \quad (6)$$

E matriz de covariância, como segue:

$$\begin{aligned} \sum_{(p+q) \times (p+q)} &= E(X - \mu)(X - \mu)' = \begin{bmatrix} E(X^{(1)} - \mu^{(1)})(X^{(1)} - \mu^{(1)})' & E(X^{(1)} - \mu^{(1)})(X^{(2)} - \mu^{(2)})' \\ E(X^{(2)} - \mu^{(2)})(X^{(1)} - \mu^{(1)})' & E(X^{(2)} - \mu^{(2)})(X^{(2)} - \mu^{(2)})' \end{bmatrix} \\ &= \begin{bmatrix} \sum_{11} & \sum_{12} \\ \sum_{21} & \sum_{22} \end{bmatrix} \end{aligned} \quad (7)$$

A matriz $\sum_{12}$ mede a associação entre os dois conjuntos de variáveis, de dimensão $p \times q$. A interpretação dos elementos desta matriz torna-se difícil se os valores de p e q são relativamente grandes. Por isso, conforme Johnson e Wichern (2002), são definidas as combinações lineares entre as variáveis de cada conjunto de modo a tornar possível a interpretação, como:

$$\begin{aligned} U &= a'X^{(1)} \\ V &= b'X^{(2)} \end{aligned} \quad (8)$$

Onde:

$$\begin{aligned} Var(U) &= a'Cov(X^{(1)})a = a'\sum_{11}a \\ Var(V) &= b'Cov(X^{(2)})b = b'\sum_{22}b \\ Cov(U, V) &= a'Cov(X^{(1)}, X^{(2)})b = a'\sum_{12}b \end{aligned} \quad (9)$$

O método encontra os vetores a e b , de modo que $Corr(U, V)$ seja a maior possível:

$$Corr(U, V) = \frac{a'\sum_{12}b}{\sqrt{a'\sum_{11}a} \sqrt{b'\sum_{22}b}} \quad (10)$$

A equação (10) implica que cada par de variáveis canônicas (U_k, V_k) , com variância unitária, maximiza a $\text{Corr}(U_k, V_k) = \rho_k^*$ de maneira que o par formado não seja correlacionado com os anteriores $k - 1$ primeiros pares de variáveis canônicas definidos. Assim, o primeiro par de variáveis canônicas (U_1, V_1) é computado de modo que se alcança a máxima correlação possível entre os conjuntos de variáveis do estudo, enquanto o segundo par de variáveis canônicas (U_2, V_2) mostra a maior correlação possível entre os conjuntos de variáveis não explicadas pelo primeiro par. A partir da solução do problema de maximização (10), o k -ésimo par de variáveis canônicas é dado por:

$$U_k = e'_k \sum_{11}^{-\frac{1}{2}} X^{(1)} \quad V_k = f'_k \sum_{22}^{-\frac{1}{2}} X^{(2)} \quad (11)$$

que maximiza

$$\text{Corr}(U_k, V_k) = \rho_k^* \quad (12)$$

Por conseguinte, considera-se $\rho_1^{*2} \geq \rho_2^{*2} \geq \dots \geq \rho_p^{*2}$ como os autovalores da matriz $\sum_{11}^{-\frac{1}{2}} \sum_{12} \sum_{22}^{-1} \sum_{21} \sum_{11}^{-\frac{1}{2}}$ e $e_1, e_2, \dots, e_p$ como seus autovetores associados (JOHNSON; WICHERN, 2002). Ademais, as variáveis canônicas possuem as propriedades a seguir:

$$\text{Var}(U_k) = \text{Var}(V_k) = 1$$

$$\text{Cov}(U_k, U_l) = \text{Corr}(U_k, U_l) = 0, k \neq l$$

$$\text{Cov}(V_k, V_l) = \text{Corr}(V_k, V_l) = 0, k \neq l$$

$$\text{Cov}(U_k, V_l) = \text{Corr}(U_k, V_l) = 0, k \neq l \quad (13)$$

Sabe-se também que ao utilizar uma amostra da população, as matrizes de covariância podem ser substituídas por matrizes de correlação e, assim, as correlações e variáveis canônicas são obtidas do mesmo modo descritas anteriormente. Além disso, como discutido por Johnson e Wichern (2002), de um modo geral, as variáveis canônicas são artificiais e sua interpretação pode ser realizada por meio das correlações amostrais entre variáveis canônicas e variáveis nos conjuntos $X^{(1)}$ e $X^{(2)}$.

Para verificar a aplicabilidade da técnica de correlação canônica ao conjunto de dados, deve-se apresentar um teste estatístico para verificar se os vetores $X^{(1)}$ e $X^{(2)}$ são correlacionados entre si (MINGOTI, 2005). Por isso, é necessário fazer uma análise da matriz de covariâncias ou de correlações com o objetivo de verificar se elas são próximas ou não da matriz nula, isto é, o teste de hipótese é dado por:

$$H_0 : \sum_{(pq)} 12 = 0 \text{ contra } H_1 : \sum_{(pq)} 12 \neq 0 \quad (14)$$

ou, equivalentemente, $H_0 : P_{12} = 0$ contra $H_1 : P_{12} \neq 0$, e a estatística do teste é dada por:

$$-2 \ln(\Lambda) = - \left(n - 1 - \frac{1}{2}(p + q + 1) \right) \ln \left(\prod_{i=1}^p (1 - \lambda_i) \right) \quad (15)$$

em que n é o tamanho da amostra. Este teste é associado a uma distribuição qui-quadrado com pq graus de liberdade, para o nível de significância escolhido. Se o valor numérico da estatística for maior ou igual ao valor crítico da distribuição, ao nível de significância escolhido, deve-se rejeitar a hipótese nula. Isto é, a matriz de covariâncias é diferente de zero (MINGOTI, 2005). Dentre as vantagens deste tipo de técnica, enfatiza-se a possibilidade de utilizar alguns indicadores multidimensionais a fim de captar as inter-relações entre os conjuntos de dados viabilizando um maior realismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise preliminar da matriz de correlação e, portanto, dos coeficientes de correlação das variáveis demonstrou que a renda *per capita* teve a maior correlação com as variáveis de saúde, o que reforça a grande importância da renda *per capita* em afetar a saúde da população corroborando Alves e Andrade (2003), Alves e Beluzzo (2004), Chen (2008), Kassouf (1994), Reis e Crespo (2009) e Sala-i-Martin (2005). Além disso, como era de se esperar, o coeficiente de correlação entre as variáveis de saúde e a principal variável que representa a escolaridade (taxa de analfabetismo) também foi considerado expressivo. Nesse segmento, Oliveira e Silva (2012) mostraram que o crescimento da renda é acompanhado por melhorias na saúde, educação e bem-estar social, visando a uma melhor qualidade de vida para a população

Tabela 1
Testes de significância das correlações canônicas

	Lambda de Wilks	Traço de Pilai	Traço de Hotelling	Gcr de Roy
Estatística	0,400678	0,702668	1,2457	1,01435
Estatística F	17,7482	14,562	21,0471	69,3141
Probabilidade	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria (2019).

e ao desenvolvimento econômico municipal. Em seguida, procedeu-se uma análise da significância estatística das correlações canônicas, cujos resultados são descritos na Tabela 1.

Com o objetivo de entender a relação multivariada da associação dos indicadores socioeconômicos e da saúde, a técnica de correlação canônica resultou em quatro coeficientes de correlação canônica, a saber: $\rho_1 = 0,7096$, $\rho_2 = 0,4025$, $\rho_3 = 0,1697$, $\rho_4 = 0,0912$, correspondentes ao mesmo número de variáveis de saúde utilizadas. Pela Tabela 1, é possível inferir que os testes de significância multivariados, tais como Lambda de Wilks, Traço de Pilai, Traço de Hotelling e Grc de Roy, mostraram nível de significância de 1% das correlações canônicas quando avaliadas conjuntamente e, do mesmo modo, alguns resultados similares quando avaliadas individualmente.

Esses resultados apontam uma relação linear entre as variáveis que compõem os indicadores socioeconômicos (taxa de analfabetismo, renda *per capita*, Índice de Gini, expectativa de anos de estudo, taxa de homicídios e taxa de desemprego) e as variáveis que compõem os indicadores de saúde (taxa de mortalidade infantil, taxa de fecundidade, água encanada e expectativa de vida).

Quando se avalia individualmente as correlações canônicas, toma-se como base o Lambda de Wilks. A partir dos testes específicos para cada função canônica, as duas primeiras dimensões canônicas foram estatisticamente significantes a 0,01. A terceira dimensão demonstra significância estatística ao nível de 0,1, enquanto a quarta dimensão não demonstrou significância ($\text{Prob} > F = 0,3298$). Deve-se observar que quando a $\text{Prob} > F$ é menor que 0,05, então a dimensão canônica é estatisticamente significativa. Os resultados, portanto, confirmam a hipótese de existência de correlação entre o conjunto de dados representados pelos indicadores socioeconômicos e o conjunto de dados representados pelos indicadores de saúde. A Tabela 2 mostra os coeficientes calculados para o conjunto de dados dos indicadores de saúde e para os indicadores socioeconômicos.

Tabela 2
Coeficientes para as variáveis canônicas

Conjuntos de dados	Variáveis	Combinações Lineares			
		1	2	3	4
Indicadores de Saúde	Taxa de mortalidade infantil	-0,2551	-0,5917	1,2861	-0,3595
	Taxa de fecundidade	-0,3713	0,9926	-0,0518	-0,1503
	Água encanada	0,6819	0,0474	0,1337	-0,7491
	Expectativa de vida	0,2324	0,0894	1,3036	0,4391
Indicadores Socioeconômicos	Taxa de analfabetismo	-0,4319	-0,0821	0,8885	0,2156
	Renda per capita	0,643	-0,3808	0,56	0,688
	Índice de Gini	-0,1882	0,5793	-0,263	0,3937
	Expectativa de anos de estudo	0,0396	-0,4675	0,2383	-0,4507
	Taxa de homicídios	-0,0133	0,6001	-0,0552	-0,9341
	Taxa de desemprego	0,17	0,2477	0,8422	0,0911

Fonte: Elaboração própria (2019).

Uma vez verificada a existência de relação linear entre as variáveis que compõem os indicadores socioeconômicos (taxa de analfabetismo, renda *per capita*, Índice de Gini, expectativa de anos de estudo, taxa de homicídios e taxa de desemprego) e as variáveis que compõem os indicadores de saúde (taxa de mortalidade infantil, taxa de fecundidade, água encanada e expectativa de vida), torna-se imprescindível avaliar em que grau os dois conjuntos de variáveis estão correlacionados. Para tanto, utiliza-se as raízes canônicas (R^2), também conhecidas como autovalores. Como já explicitado anteriormente, as correlações canônicas foram de 0,7097 para a primeira função canônica; 0,4025 para a segunda função; 0,1697 para a terceira função e 0,0912 para a quarta função. Embora as quatro funções canônicas apresentem significância estatística em conjunto, nos testes individuais somente as duas primeiras foram significativas a 0,01 e, além disso, apenas a primeira função teve considerável coeficiente de correlação, com uma raiz canônica de 50,35%.

Diante do cenário exposto acima, pode-se concluir que as variáveis que compõem os indicadores socioeconômicos e os indicadores de saúde compartilham 50,35% de variância entre si. A segunda, terceira e quarta funções canônicas tiveram graus de correlação mais baixos, com raízes canônicas de 16,20%; 2,88% e 0,83%, respectivamente. Assim, as análises enfatizam a primeira dimensão canônica, já que esta maximiza a correlação entre os conjuntos de dados relacionados aos indicadores socioeconômicos e à saúde. Cabe ressaltar que as demais dimensões canônicas também maximizam as correlações, porém são decrescentes.

A fim de que a relação linear entre as variáveis seja validada, além da alta correlação canônica é importante ter outros indicadores para confirmar a predição. Optou-se neste estudo por usar um índice que vem sendo utilizado na literatura internacional e nacional, o índice de Stewart- Love de redundância. Segundo Hair Jr. e outros (2005), o índice de redundância denota a quantidade de variância em um conjunto de variáveis que pode ser explicado por outro conjunto de variáveis, sendo portanto uma medida mais realista de predição da função canônica. Este é mensurado pelo produto do quadrado das cargas canônicas médias e autovalores (raiz canônica).

Na Tabela 3, localizam-se os índices de redundância obtidos para a primeira dimensão canônica para os conjuntos de dados relativos à saúde e aos indicadores socioeconômicos. Alcançou-se um índice de redundância para o conjunto de variáveis relacionadas aos indicadores socioeconômicos de 0,16246. Isto implica que 16,25% da variância nos indicadores socioeconômicos são explicados pela variância dos indicadores de saúde. Dessa maneira, pode-se considerar que a saúde é um importante componente dos indicadores socioeconômicos. Já para variável canônica relativa à saúde, o índice de redundância também foi expressivo, sendo da ordem de 0,19958, indicando que as variáveis dos indicadores socioeconômicos explicam 19,96% da variância da saúde. Logo, os indicadores socioeconômicos são importantes nas questões relativas à saúde dos municípios baianos.

Em seguida, apresentam-se as correlações entre as variáveis originais com as variáveis canônicas, chamadas de *canonical loadings*. Isto é, correlações entre as variáveis X_1, X_2, X_3, X_4 e U e depois entre $X_5, X_6, X_7, X_8, X_9, X_{10}$ e V . Ademais, são apresentadas também as cargas canônicas. Estes são os coeficientes de correlação entre as variáveis originais e as variáveis canônicas, sendo usados para calcular a variância total explicada pelas variáveis canônicas (Tabela 4). As cargas canônicas são igualmente usadas para avaliar a contribuição relativa que cada variável fornece à função canônica. Quanto maior for a carga canônica, mais importante será a variável na avaliação da natureza das relações canônicas dadas.

Conforme Tabela 4, a proporção da variância total explicada para U_1 é de 39,64% e para V_1 é de 32,27%, isto é, a variável U_1 representa 39,64% da variação total dos indicadores de saúde e a variável V_1 representa 32,27% da variação total dos indicadores socioeconômicos. É importante observar também que, a partir da Tabela 3, exposta anteriormente, a variável renda *per capita* compartilhou a maior variância com o conjunto de variáveis de saúde (0,9079) seguida, por ordem de importância, pelas variáveis taxa de analfabetismo (0,8761), taxa de homicídio (0,4212), taxa de desemprego (0,3105), expectativa de anos de estudo (0,2451) e Índice de Gini (0,1014). Por outro

Tabela 3
Índice de Redundância – Primeira variável canônica

Variável Estatística	Carga Canônica	Carga Canônica ao quadrado	Carga quadrada média	R ² Canônico	Índice de Redundância
Indicadores de Saúde			0,39638	0,5035	0,19958
Taxa de mortalidade infantil	-0,6743	0,45468			
Taxa de fecundidade	-0,4882	0,23834			
Água encanada	0,7546	0,56942			
Expectativa de vida	0,5684	0,32308			
Indicadores Socioeconômicos			0,32267	0,5035	0,16246
Taxa de analfabetismo	-0,8761	0,76755			
Renda per capita	0,9079	0,82428			
Índice de Gini	0,1014	0,01028			
Expectativa de anos de estudo	0,2451	0,06007			
Taxa de homicídios	0,4212	0,17741			
Taxa de desemprego	0,3105	0,09641			

Fonte: Elaboração própria (2019).

Tabela 4
Proporção de variância total explicada pelas variáveis canônicas

Variável	Canonical Loadings			
	U1	U2	U3	U4
Taxa de mortalidade infantil (X1)	-0,6743	-0,321	0,3356	-0,5742
Taxa de fecundidade (X2)	-0,4882	0,7759	0,1575	-0,3672
Água encanada (X3)	0,7546	0,1906	0,0628	-0,6247
Expectativa de vida (X4)	0,5684	0,328	0,4358	0,6159
Prop. Variância Total Explicada	39,64%	21,22%	8,28%	30,85%
	V1	V2	V3	V4
Taxa de analfabetismo (X5)	-0,8761	-0,0449	0,3635	0,0549
Renda per capita (X6)	0,9079	0,0917	-0,022	0,1586
Índice de Gini (X7)	0,1014	0,586	-0,2405	0,4068
Expectativa de anos de estudo (X8)	0,2451	-0,5279	0,0555	-0,3721
Taxa de homicídios (X9)	0,4212	0,5938	0,0106	-0,5871
Taxa de desemprego (X10)	0,3105	0,3577	0,7284	0,0305
Prop. Variância Total Explicada	32,27%	18,55%	12,07%	11,29%

Fonte: Elaboração própria, 2019 com base nos dados gerados pelo software STATA 12.0.

lado, a variável água encanada compartilhou maior variância com o conjunto canônico relativo à saúde (0,7546), seguido pela variável taxa de mortalidade infantil (0,6743), sendo essas consideradas expressivas para o modelo proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de correlação canônica entre as variáveis que compõem os indicadores socioeconômicos e as variáveis que compõem os indicadores de saúde foi significativa e demonstrou existir uma relação linear entre os dois conjuntos de variáveis. Os resultados apontaram

que as variáveis que compõem os indicadores socioeconômicos e os indicadores de saúde compartilham 50,35% de variância entre si. A segunda,

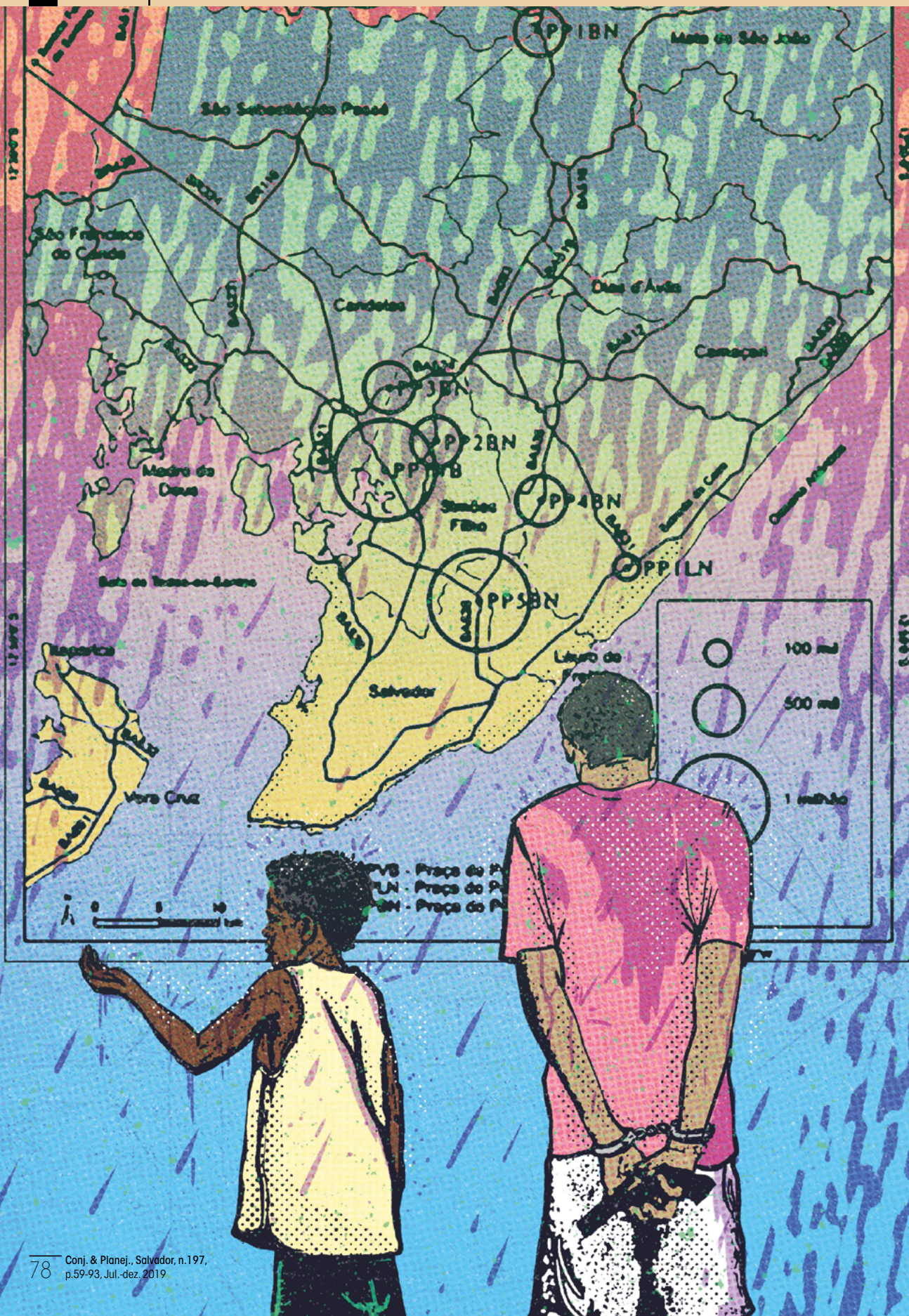
terceira e quarta funções canônicas tiveram graus de correlação mais baixos, com raízes canônicas de 16,20%; 2,88% e 0,83%, respectivamente. Assim, as análises enfatizam a primeira dimensão canônica, já que esta maximiza a correlação entre os conjuntos de dados relacionados aos indicadores socioeconômicos e à saúde. Chega-se à conclusão de que os indicadores socioeconômicos são importantes nas questões relativas à saúde dos municípios baianos. Ou seja, os resultados confirmaram, em grande parte, que os indicadores socioeconômicos estão associados à saúde nos 417 municípios do estado da Bahia.

O que se recomenda ao final deste trabalho é que as políticas públicas considerem o efeito dos indicadores socioeconômicos sobre o *status* de saúde nos municípios baianos e que tais políticas possam no futuro melhorar a condição de saúde da população do estado da Bahia. Espera-se com esse trabalho que estudos futuros possam continuar nessa linha de pesquisa ao longo dos anos. Recomendam-se avanços na relação entre os indicadores socioeconômicos e a qualidade da saúde para o estado da Bahia, como verificar se a representação política, a questão espacial, dentre outros fatores, influenciam essa relação. Outra extensão possível seria em relação à modelagem. Podem-se estimar as cargas canônicas cruzadas para analisar a correlação de cada variável observada com sua respectiva variável canônica oposta.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D.; BELUZZO, W. Infant mortality and child health in Brazil. *Economics and Human Biology*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 391-410, 2004.
- ALVES, L. F. E.; ANDRADE, M. V. Impactos da saúde nos rendimentos individuais no Brasil. *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 359-388, 2003.
- ANAND, S. The concern for equity in health. In: ANAND, S.; PETER, F.; SEN, A. (ed.). *Public health, ethics, and equity*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 15-20.
- BARUFI, A. M. B. *Dimensões regionais da mortalidade infantil no Brasil*. 2009. 86 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BHARGAVA, A. Family planning, gender differences and infant mortality: evidence from Uttar Pradesh, India. *Journal of Econometrics*, [s. l.], v. 112, n. 1, p. 225-240, Feb. 2003.
- CHEN, W. *Three essays on the health and wealth of nations*. 2008. 162 f. PhD dissertation (Doctor of Philosophy) - University of Victoria, Victoria, CA, 2008. Disponível em: <https://central.bac-lac.gc.ca/.item?id=TC-BVIV-973&op=pdf&app=Library>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- DEVARAJAN, S.; MILLER, M.; SWANSON, E. *Goals for development: history, prospects and costs*. Washington, D. C.: World Bank, Apr. 2002. (Policy research paper, 2819). Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/650841468764137949/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- GROSSMAN, M. On the concept of health capital and the demand for health. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 80, n. 2, p. 223-255, Mar./Apr. 1972a. Disponível em: <https://mgrossman.ws.gc.cuny.edu/files/2017/06/conceptofhealthcap.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- GROSSMAN, M. *The demand for health: a theoretical and empirical investigation*. New York: NBER, 1972b. (Occasional paper, 119).

- HAIR JR., J. *et al.* *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 593 p.
- HOTELLING, H. The most predictable criterion. *Journal of Educational Psychology*, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 139-142, 1935.
- JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. *Applied multivariate statistical analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 2002.
- KASSOUF, A. L. A demanda de saúde infantil no Brasil por região e setor. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 235-260, dez. 1994.
- LAVY, V. *et al.* Quality of health care, survival and health outcomes in Ghana. *Journal of Health Economics*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 333-357, June 1996.
- MEJIA, A. *et al.* Água, redução de pobreza e desenvolvimento sustentável. Brasília: Banco Mundial, 2003. 52 p. (Série Água Brasil, 4).
- MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 297 p.
- NORONHA, K. V. M.; ANDRADE, M. V. O efeito da distribuição de renda sobre o estado de saúde individual no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A161.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.
- OLIVEIRA, M. J.; SILVA, E. A. Eficiência na gestão fiscal pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da microrregião de Cataguases - MG. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 5., 2012, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: EnApg, 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EnAPG446.pdf. Acesso em: 1 jun. 2019
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 30 maio 2015.
- QUIROGA, J.; REZENDE, S. A mortalidade infantil por causas de morte no Vale do Jequitinhonha- MG. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais [...]*. Diamantina: Cedeplar, 2002. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D55.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.
- REIS, M.; CRESPO, A. *O impacto da renda domiciliar sobre a saúde infantil no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. 22 p. (Texto para discussão, 1397).
- RUGER, J. P. Ethics of the social determinants of health. *The Lancet*, [s. l.], v. 364, p. 1092-1097, Sept. 2004.
- SALA-I-MARTIN, X. On the health-poverty trap. In: LÓPEZ-CASANOVA, G.; RIVERA, B.; CURRAIS, L. (ed.). *Health and economic growth: findings and policy implications*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- SANTOS, A. M. A. *Causalidade entre renda e saúde: uma análise através da abordagem de dados em painel com os estados e os municípios brasileiros*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.
- SANTOS, T. F.; MOURA, F. A. *Os determinantes da mortalidade infantil no Nordeste: aplicação de modelos hierárquicos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
- SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Non-spatial government policies and regional income inequality in Brazil. *Regional Studies*, [s. l.], v. 45, n. 4, p. 453-461, Apr. 2011.
- SIMÕES, C. C. S. *Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos*. Brasília: OPAS, 2002.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatísticas dos municípios baianos: território de identidade Sisal*. Salvador: SEI, 2011. v. 23, 378 p.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Banco de dados*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 1 jun. 2015.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Constitution of the WHO: chronicle of the WHO*. Geneva: WHO, 1947.



VULNERABILIDADE SOCIAL E CRIMINALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: UMA ABORDAGEM COM MÉTODOS QUANTITATIVOS¹

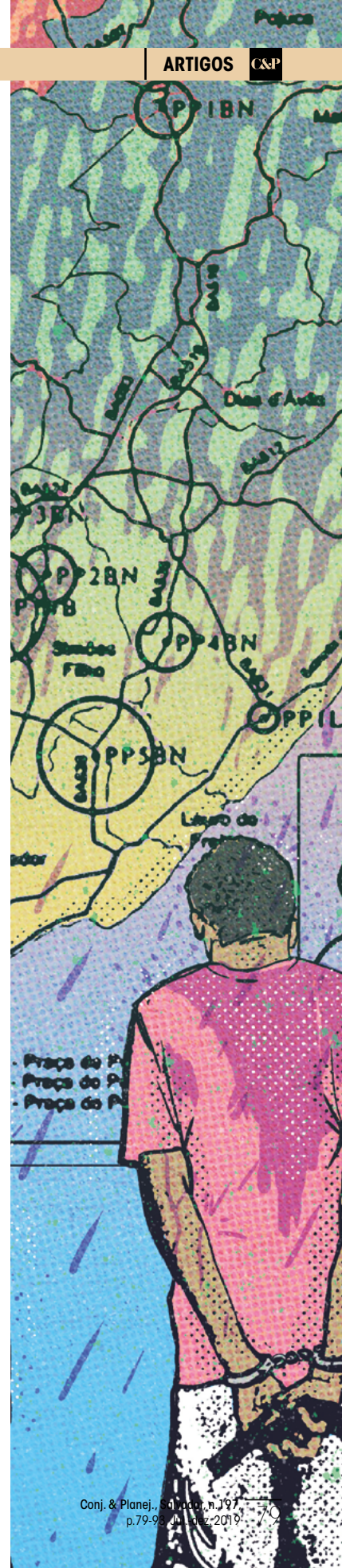
Sueli das Graças
Silva de Oliveira
Especialista em Estatística
Aplicada, pelo Centro
Universitário Jorge Amado
(Unijorge) e especialista
em Gestão Ambiental e
Auditoria, pela Faculdade de
Engenharia de Agrimensura
de Pirassununga (FEAP).
suelinaty@gmail.com

Everaldo Freitas Guedes
Doutor e mestre em
Modelagem Computacional
e Tecnologia Industrial, pelo
Senai Cimatec. Professor
substituto do Departamento
de Estatística da Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
efgestatistico@gmail.com

Gilney Figueira Zebende
Pós-doutor em Física, pela
Universidade Federal do Rio
de Janeiro (UFRJ) e doutor
em Física, pela Universidade
Federal Fluminense
(UFF). Professor titular do
Departamento de Física da
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
gfzebende@hotmail.com

A VIOLÊNCIA² e a criminalidade³ são fenômenos sociais que vêm crescendo progressivamente no Brasil, tornando-se uma das principais preocupações da sociedade e afetando diretamente a qualidade de vida da população. Além destes fenômenos, o país atravessou um dos momentos mais caóticos da sua história com o desenrolar da crise econômica iniciada em 2014, apresentando, dentre outros acontecimentos, elevados índices de desemprego e de violência (BARBOSA FILHO, 2017).

- 1 Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb (Grant BOL 0976/2016), ao Centro Universitário Unijorge e à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia pelo apoio.
- 2 A palavra violência do latim *violentia*, que significa veemência, impetuosidade, tem como raiz a palavra vis, que quer dizer força, vigor, potência (SILVA FILHO, 2009).
- 3 A criminalidade é uma infração das normas legais estabelecidas em Toledo (1994), sendo, quase sempre, conciliada com muita violência. Para Michaud (1989), existe violência quando, em uma situação de interação ou conflito, um ou mais indivíduos agem de forma direta ou indireta, maciça ou esparsa, proporcionando danos a uma ou a diversas pessoas em níveis variados, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.



Faz-se mister relatar que as mudanças no contexto econômico, juntamente com a crise fiscal, impuseram fortes restrições ao Estado para reduzir a violência por meio do estímulo ao desenvolvimento socioeconômico e à expansão do mercado de trabalho, o que afetou as populações urbanas, sobretudo os mais pobres.

A violência está presente praticamente em todas as classes sociais, sendo mais evidenciada nas populações marginalizadas e excluídas (FIGUEIREDO; FAUSTINO, 2018). Nessa perspectiva, autores como, por exemplo, Ruotti, Massa e Peres (2011) explicam que a deterioração das condições econômicas, combinada com fatores intimamente ligados à vulnerabilidade social⁴, tais como níveis de desemprego, pobreza, baixos níveis de oportunidades econômicas, más condições de habitação, falta de acesso aos serviços públicos, maior restrição às políticas sociais e exclusão socioeconômica, promoveram um aumento expressivo dos registros policiais nos últimos anos.

Na Bahia, mais precisamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), este cenário não é muito diferente daquele vivenciado em todo o país. O crescimento acentuado da violência na RMS tem alcançado proporção nunca vista antes, necessitando ser controlado urgentemente, pois é a região mais populosa da Bahia, com aproximadamente 3,93 milhões de habitantes, equivalente a 26,4% da população total do estado (CARRERA-FERNANDEZ; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019; PEREIRA, 2001).

Neste artigo, investigamos a associação entre indicadores de vulnerabilidade social (taxa de desemprego) e de violência e criminalidade (crimes contra o patrimônio) da Região Metropolitana de Salvador. O presente artigo está estruturado em cinco seções, a saber: Introdução, Revisão da literatura, Metodologia, Resultados e, por fim, as conclusões que o encerra.

BREVE REVISÃO DA LITERATURA

A temática deste artigo tem sido alvo de intensas discussões na literatura, ver, por exemplo, os trabalhos de: Abramovay e Pinheiro (2003), Carvalho e outros (2017), Castro e Abramovay (2002), Cramer (2010), Lima (2017), Nóbrega Junior (2015), Nordin e Almem (2017), Odon (2018) e Silva e Pereira (2008). No entanto, a maioria deles se limita a reflexões puramente teóricas.

4 O termo vulnerabilidade social pode ser definido como uma condição social de instabilidade, turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional (CASTEL, 1998).

A teoria da desorganização social, por exemplo, relaciona o crime com fatores externos e internos, como, por exemplo, tráfico e consumo de drogas e violência doméstica, respectivamente (SHAW; MACKAY, 1942). No início, referia-se à ausência de organização entre as pessoas em unidades ecológicas relativamente pequenas (bairros, setores censitários, comunidades), mas tem sido usada para explicar as variações da criminalidade entre as unidades maiores (por exemplo, municípios, estados e nações), bem como as variações ao longo do tempo (NÓBREGA JUNIOR, 2015).

A teoria da associação diferencial, idealizada por Sutherland (1939), considera o crime como um comportamento aprendido na socialização de comportamentos específicos baseados da interação entre pares que adotam modelos culturais relacionados à delinquência social.

A teoria do controle social elaborada por Lemert (1972) objetiva entender por que algumas pessoas se abstêm de praticar delitos. A ideia básica é de que quanto maior o envolvimento do cidadão no sistema social e maiores forem os seus elos com a sociedade, menores são as chances de esse ator se tornar um criminoso.

Por fim, a teoria do autocontrole, proposta por Gottfredson e Hirschi (1990), afirma que os indivíduos desviantes se comportam assim por não terem desenvolvido mecanismos psicológicos de autocontrole na fase entre os 2 ou 3 anos de idade até a pré-adolescência. O comportamento desviante seria explicado pelas deformações no processo de socialização da infância e seria desencadeado pela ineficácia na conduta educacional ministrada pelos responsáveis da criança.

Estes teriam falhado em não impor limites, seja em consequência da falta de uma supervisão mais aproximada, seja por negligência quanto ao mau comportamento eventual da criança. Assim, a falta de punições a tornaria egoísta e insolente.

O comportamento desviante seria explicado pelas deformações no processo de socialização da infância e seria desencadeado pela ineficácia na conduta educacional ministrada pelos responsáveis da criança

METODOLOGIA

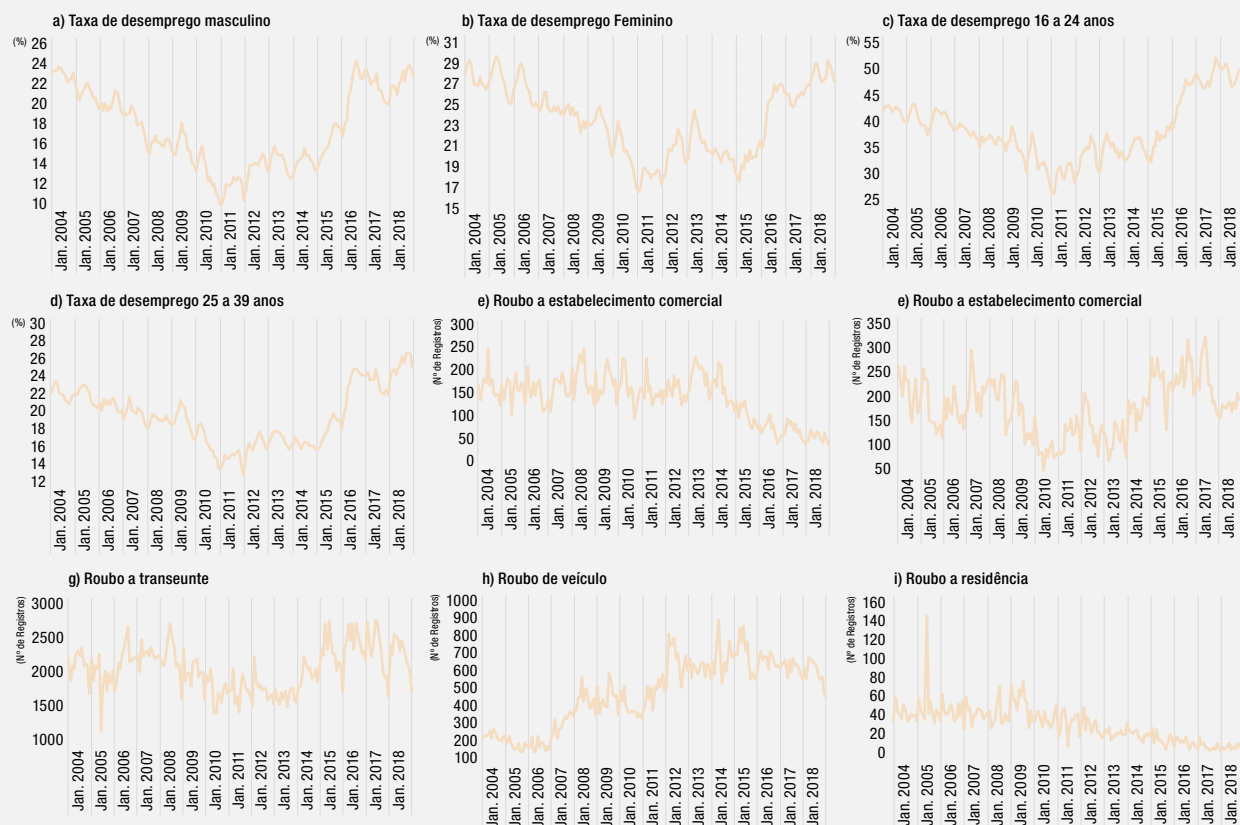
A RMS é composta pelos municípios Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz ocupa área de 4,35 mil km² e sua população estimada para o ano 2019 foi de 3,93 milhões de habitantes (26,4% do total Bahia) e seu Produto Interno Bruto participou com 45% do total Bahia em 2016(veja a Tabela 1).

Tabela 1
Indicadores de população, PIB e área da RMS

Município	População estimada - 2019		PIB - 2016		Área (km²)
	Unidade	(% BA)	R\$ 1,00	(% BA)	
Salvador	2.872.347	19,3	61.102.373	23,6	692.82
Camaçari	299.132	2,0	21.935.897	8,5	784.66
Lauro de Freitas	198.440	1,3	6.104.081	2,4	57.66
Simões Filho	134.377	0,9	4.988.848	1,9	201.58
Candeias	87.076	0,6	3.444.178	1,3	251.63
Dias d'Ávila	81.089	0,5	3.346.132	1,3	184.23
Mata de São João	46.583	0,3	1.043.734	0,4	633.2
São Sebastião do Passé	44.300	0,3	560.528	0,2	538.3
Vera Cruz	43.223	0,3	521.784	0,2	299.73
São Francisco do Conde	39.802	0,3	11.796.118	4,6	269.61
Pojuca	39.519	0,3	800.661	0,3	290.12
Itaparica	22.228	0,1	209.875	0,1	118.04
Madre de Deus	21.093	0,1	455.520	0,2	32.2
RMS	3929.209	26,4	116.309.728	45,0	4.353.78
Bahia	14.873.064	100,0	258.649.049	100,0	564.733.24

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018, 2019). Elaboração própria.

Figura 1
Indicadores de vulnerabilidade social e de criminalidade – Jan. 2004/Dez. 2018



Fonte: Elaboração própria.

Utilizou-se base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2019a, 2019b) e do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia. No entanto, optou-se por utilizar apenas os registros de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP), que é composto pelos seguintes delitos: roubo a transeunte, a veículo, a ônibus, a residência, a estabelecimento comercial e extorsão mediante sequestro (vide Figura 1 e Quadro 1).

De posse das séries temporais, verificamos a associação entre vulnerabilidade social e criminalidade por meio do coeficiente ρ_{DCCA} (ZEBENDE, 2011). Este coeficiente é um método computacional que visa quantificar o nível de correlação cruzada entre séries temporais⁵, baseando-se nos métodos *Detrended Fluctuation Analysis* - DFA (PENG *et al.*, 1994) e *Detrended Cross-Correlation Analysis* - DCCA (PODOBNIK; STANLEY, 2008) a partir da razão entre a função de covariância sem tendência F^2_{DCCA} e a função de variância sem tendência F_{DFA} , isto é,

$$\rho_{DCCA}(n) = \frac{F^2_{DCCA[xy]}(n)}{F_{DFA[xx]}(n)F_{DFA[yy]}(n)} \quad (1)$$

De acordo com Zebende (2011) e Silva, Castro e Silva Filho (2014), a modelagem via ρ_{DCCA} obedece aos seguintes passos:

Passo 1 – Considere duas séries temporais de mesmo tamanho, em regime não estacionário $\{x_t, t=1,2,\dots,N\}$ e $\{y_t, t=1,2,\dots,N\}$, onde N é o número total de pontos. Em seguida, obtêm-se as séries temporais integradas de x_t e y_t obtendo duas novas séries,

$$xx_k = \sum_{t=1}^k (x_t - \bar{x}) \text{ e } yy_k = \sum_{t=1}^k (y_t - \bar{y}); k = 1,2,\dots,N \quad (2)$$

Em que $\bar{x}$ e $\bar{y}$ são as respectivas médias de todos os dados das séries x_t e y_t .

⁵ Uma série temporal é definida como qualquer conjunto de observações ordenadas no tempo (MORETTIN; TOLOI, 2006).

Passo 2 – Divide-se as duas séries integradas $\{xx_k\}$ e $\{yy_k\}$ em $N_n \equiv \text{int}\left(\frac{N}{n}\right)$ segmentos sobrepostos de igual comprimento n . Assim, $2N_n$ segmentos são obtidos conjuntamente. Consideramos $4 \leq n \leq \frac{N}{4}$.

Passo 3 – Calcula-se a tendência local de cada um dos segmentos por um ajuste dos mínimos quadrados de cada série. Neste passo, se determina a covariância sem tendência.

$$F_{xy}(n, \lambda) = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n (xx_{(\lambda-1)n+j} - xP_{\lambda}(j))(yy_{(\lambda-1)n+j} - yP_{\lambda}(j)) \quad (3)$$

Para $\lambda = 1, 2, \dots, N_n$ e

$$F_{xy}(n, \lambda) = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n (xx_{Nn-(\lambda-N_n)n+j} - xP_{\lambda}(j))(yy_{Nn-(\lambda-N_n)n+j} - yP_{\lambda}(j)) \quad (4)$$

Para $\lambda = N_s + 1, N_s + 2, \dots, 2N_s$, Aqui, $xP_{\lambda}(j)$ e yP_{λ} são os ajustes polinomiais com ordem $m = 1$ no segmento λ de $\{xx_k\}$ e $\{yy_k\}$, respectivamente.

Passo 4 – Define-se a média sobre todos os segmentos para obter a função covariância sem tendência.

$$F_{xy}(n) = \left[\frac{1}{2N_n} \sum_{\lambda=1}^{2N_n} F_{xy}(n, \lambda) \right]^{1/2} \quad (5)$$

Passo 5 – Por fim, calcula-se o coeficiente de correlação cruzada ρ_{DCCA} , (ver a equação 1).

De maneira análoga ao coeficiente de correlação linear de Pearson, o coeficiente ρ_{DCCA} é adimensional com campo de variação entre $-1 \geq \rho_{DCCA} \leq 1$, onde $\rho_{DCCA} = -1$ (anticorrelação cruzada perfeita), $\rho_{DCCA} = 1$ (correlação cruzada perfeita) e $\rho_{DCCA} = 0$ (correlação cruzada inexistente). Entretanto, a análise foi realizada considerando as condições propostas por (SILVA *et al.*, 2015).

Tabela 2
Coeficiente ρ_{DCCA} - Condição de análise

Fraco	Médio	Forte
0,000 $\rightarrow$ 0,333	0,333 $\rightarrow$ 0,666	0,666 $\rightarrow$ 0,999

Fonte: Silva e outros (2015). Adaptado pelo autor.

O coeficiente ρ_{DCCA} foi aplicado em diversas áreas do conhecimento, a exemplo de economia (GUEDES; ZEBENDE; LIMA, 2017; GUEDES, ZEBENDE, MACHADO, 2015), climatologia (VASSOLER; ZEBENDE, 2012) e outros.

Adicionalmente, investigamos a causalidade por meio do teste de Granger (1969). Considere-se a seguinte representação de uma autoregressão envolvendo as duas variáveis x_t e y_t :

$$x_t = a + \sum_{i=1}^m b_i x_{t-i} + \sum_{j=1}^n c_j y_{t-j} + u_t \quad (6)$$

$$y_t = \alpha + \sum_{i=1}^r \beta_i y_{t-i} + \sum_{j=1}^s \Gamma_j x_{t-j} + v_t \quad (7)$$

em que a e α são constantes, u_t e v_t são distúrbios aleatórios, com média zero e variância constante, e onde se supõe que as séries x_t e y_t têm covariâncias estacionárias.

O teste visa determinar se os n coeficientes c_j na equação (6) e os s coeficientes Γ_j na equação (7) são conjuntamente diferentes de zero. Sob a hipótese nula H_0 : y_t não é causado por x_t , todos os coeficientes c_j na equação (6) serão iguais a zero. De forma análoga, a hipótese nula H_0 : x_t não é causado por y_t pode ser testada (todos os coeficientes Γ_j na equação (7) serão iguais a zero). Quando ambas as hipóteses nulas são rejeitadas, diz-se que existe causalidade em ambas as direções (causalidade bidirecional), enquanto as variáveis são tidas como independentes quando ambas as hipóteses nulas são aceitas.

O costumeiro teste F pode ser utilizado para determinar a significância conjunta de cada grupo de coeficientes, sendo denotado por:

$$F = [(Q_r - Q_{nr})/n]/[Q_{nr}/(T-k)] \quad (8)$$

em que Q_{nr} é a soma dos quadrados dos resíduos na forma não restrita, Q_r é a soma dos quadrados dos resíduos na forma restrita, isto é, sem o termo $\sum_{j=1}^n c_j y_{t-j}$ ou $\sum_{j=1}^s \Gamma_j x_{t-j}$, T é o tamanho da amostra utilizada e k é o número de parâmetros na versão não restrita da equação. Os modelos restrito e irrestrito são obtidos por Mínimos Quadrados Ordinários. Se o valor de F obtido acima for superior ao valor da estatística $F_{(n,T-k)}$ ao nível de significância escolhido, a hipótese nula é rejeitada.

RESULTADOS

Nesta seção, expomos os resultados da análise exploratória, que inclui a análise de estatísticas descritivas, a verificação da suposição de normalidade através do teste JB (JARQUE; BERA, 1980) e da estacionariedade por meio do teste Dickey-Fuller Aumentado (FULLER, 1996), conforme exibimos na Tabela 2.

Observamos que as séries das taxas de desemprego juntamente com as séries roubo a transeunte e roubo de veículo apresentaram distribuição não gaussiana (JB p-valor < 0,05). Assim, a Tabela 2 resume a mediana como medida de centralidade e o intervalo interquartil como medida de dispersão dos dados. Basicamente, este intervalo mostra que 50% dos dados estão concentrados entre o 3º e o 1º quartil.

Através dos resultados do teste Dickey-Fuller Aumentado (modelos com constante e com constante e tendência), refutamos a hipótese nula nas séries de roubo a estabelecimento comercial, roubo a transporte coletivo e roubo de veículo (p-valor < 0,05).

Por conseguinte, os níveis de correlação cruzada obtidos pelo ρ_{DCCA} são mostrados na Figura 2. Claramente, observamos que todos os valores de ρ_{DCCA} estão situados entre fraco e moderado em grandes escalas temporais ($n \geq 40$ meses). Assim, identificamos correlação cruzada positiva significativa entre a taxa de desemprego do sexo masculino (Figura 2a) e os indicadores de roubo a transporte coletivo e roubo a transeunte em grandes escalas de tempo. Além disso, existe correlação cruzada negativa significativa com os registros de roubo a estabelecimento comercial. Na Figura 2b, a relação entre a

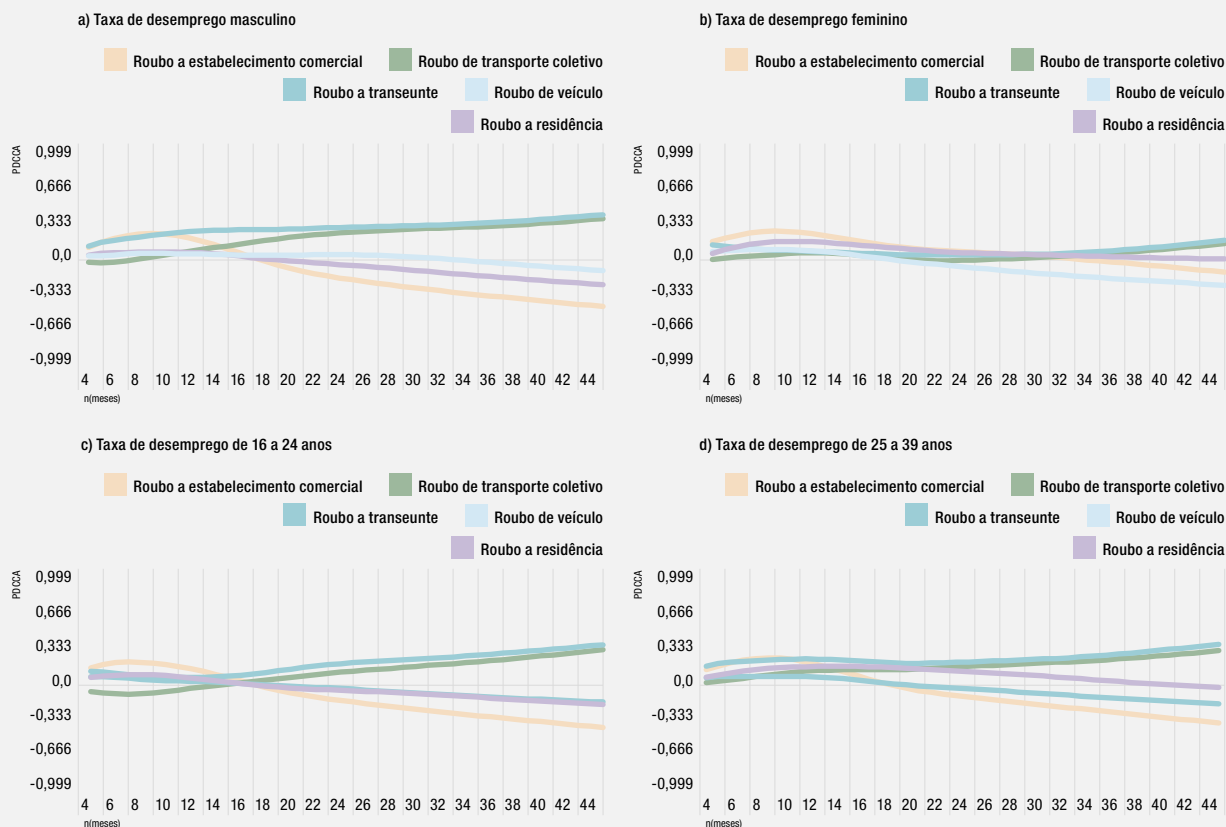
Tabela 2
Resumo descritivo das séries utilizadas

Série / Estatística	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	Intervalo interquartil	Teste JarqueBera (p-valor)	Teste ADF com constante (p-valor)	Teste ADF com constante e tendência (p-valor)
Taxa de desemp. masculino	14,8	17,3	21,7	6,9	0,00(1)	0,18	0,19
Taxa de desemp. feminino	21,0	24,5	26,9	5,9	0,01(1)	0,14	0,24
Taxa de desemp. entre 16 a 24	35,4	38,4	43,2	7,8	0,03(1)	0,32	0,15
Taxa de desemp. entre 25 a 39	17,1	19,9	22,4	5,3	0,04(1)	0,21	0,18
Roubo a estab. comercial	118,5	158,0	185,0	66,5	0,07	0,02(1)	0,00(1)
Roubo a transporte coletivo	145,5	184,5	231,0	85,5	0,28	0,00(1)	0,00(1)
Roubo a residência	1839,0	2145,0	2325,0	486,0	0,37	0,00(1)	0,00(1)
Roubo a transeunte	360,2	535,0	664,5	304,3	0,01(1)	0,15	0,26
Roubo de veículo	20,0	35,5	46,0	26,0	0,00(1)	0,20	0,00(1)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (1) Significativo ao nível de 5% de significância.

Figura 2
Níveis de correlação cruzada entre taxa de desemprego e indicadores de criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

taxa de desemprego do sexo feminino e os indicadores de criminalidade foi considerada fraca. Na Figura 2c, notamos correlação cruzada, em grandes escalas de tempo, entre a taxa de desemprego entre 16 e 24 anos e os indicadores de roubo a transporte coletivo e roubo a transeunte enquanto os registros de roubo a estabelecimento comercial é negativamente correlacionado. Por fim, na Figura 2d, ressaltamos o mesmo comportamento apresentado na Figura 2c.

Os resultados encontrados pelo coeficiente ρ_{DCCA} sinalizam que a vulnerabilidade socioeconômica indicada pelo desemprego afeta de maneira mais efetiva a população do sexo masculino na faixa de 16 a 39 anos.

Visando testar a causalidade, aplicamos o teste de Granger na primeira diferença das séries supracitadas, sendo os resultados exibidos na Tabela 3.

Claramente, de acordo com a Tabela 3, é possível concluir causalidade ao nível de 10% de significância nas séries roubo a estabelecimento comercial com todas as séries de desemprego testadas. Por outro lado, a série roubo a transporte coletivo exibiu causalidade com as séries desemprego do sexo masculino e desemprego na idade de 16 a 24 anos. Por fim, a série roubo

Tabela 3

Teste de causalidade de Granger – Hipótese nula: A criminalidade (y_t) é causada (no sentido de Granger) pela variável vulnerabilidade social (x_t)

y_t	x_t	Lags	F	Probabilidade	Causalidade
Roubo a estabelecimento comercial	Taxa de desemprego masculino	5	3,19	0,00 ₍₁₎	Sim
	Taxa de desemprego feminino	1	4,29	0,03 ₍₁₎	Sim
	Taxa de desemprego 16 a 24	7	2,42	0,02 ₍₁₎	Sim
	Taxa de desemprego 25 a 39	1	4,65	0,03 ₍₁₎	Sim
Roubo a transporte coletivo	Taxa de desemprego masculino	27	1,60	0,05 ₍₁₎	Sim
	Taxa de desemprego feminino	12	1,04	0,41	Não
	Taxa de desemprego 16 a 24	31	1,49	0,07 ₍₁₎	Sim
	Taxa de desemprego 25 a 39	6	1,55	0,16	Não
Roubo a transeunte	Taxa de desemprego masculino	6	1,89	0,08 ₍₁₎	Sim
	Taxa de desemprego feminino	2	1,72	0,18	Não
	Taxa de desemprego 16 a 24	3	1,98	0,11	Não
	Taxa de desemprego 25 a 39	6	1,82	0,09 ₍₁₎	Sim

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (1) Significa que a hipótese nula é rejeitada ao nível de significância de 10%.

a transeunte apresentou causalidade com as séries desemprego do sexo masculino e desemprego na idade de 25 a 39 anos.

Estes resultados corroboram os trabalhos de Budal e Guimaraes (2016) e de Carvalho e outros (2017), que analisaram a relação entre vulnerabilidade econômica e criminalidade. Enquanto Budal e Guimarães (2016) se preocuparam com a construção de um Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) para associar a vulnerabilidade econômica à elevação dos indicadores de homicídios e de tráfico de drogas em Curitiba-PR, Carvalho e outros (2017) mensuram o impacto das admissões e demissões do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) no aumento de roubos e de furtos no município Santarém-PA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, medimos a associação e causalidade entre indicadores de vulnerabilidade social e de violência da Região Metropolitana de Salvador entre janeiro de 2004 e dezembro de 2018.

De maneira geral, identificamos associação positiva e causalidade entre a vulnerabilidade social (taxa de desemprego) e a criminalidade (roubo de transporte coletivo e roubo a transeunte). Os resultados das análises desta pesquisa corroboram estudos similares realizados em outras regiões do Brasil, a exemplo de Budal e Guimarães (2016) e Carvalho e outros (2017).

Acreditamos que o entendimento do crescimento da criminalidade face ao aumento da vulnerabilidade socioeconômica na RMS poderá fornecer subsídios para a formulação de políticas e programas de governo apropriados para a segurança pública. Além disso, esperamos que este trabalho possa contribuir com futuros estudos sobre a temática no país, principalmente com métodos quantitativos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; PINHEIRO, L. C. Violência e vulnerabilidade social. In: FRAERMAN, A. (ed.). *Inclusión social y desarrollo: presente y futuro de La Comunidad Iberoamericana*. Madrid: Comunica, 2003.

ARAUJO JR., A.; FAJNZYLBBER, P. *Violência e criminalidade*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2001. (Texto de discussão, 167). Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20167.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. *Revista Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132416/128550>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BUDAL, V. K.; GUIMARÃES, R. R. M. A relação entre vulnerabilidade socioeconômica e criminalidade: uma análise dos homicídios e do tráfico de drogas no município de Curitiba em 2011. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: ABEP, 2016. Disponível em: <http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/666-513.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARRERA-FERNANDEZ, J.; PEREIRA, R. Diagnóstico da criminalidade na Bahia: uma análise a partir da teoria econômica do crime. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. especial, p. 792-806, 2001.

CARVALHO, B. N. *et al.* Relação da criminalidade com os índices de desemprego: um estudo de caso. *Enciclopédia Biosfera*: Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 14, n. 25, p. 1804-1817, 2017. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2017a/soc/relacao.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à La désaffiliation. *Cahiers de Recherche Sociologique*, Quebec, n. 22, p. 11-27, 1994.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 143-176, jul. 2002.

CERQUEIRA, D. R. C.; LOBÃO, W. A. J. L. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.

CRAMER, C. *World development report 2011: unemployment and participation in violence*. Washington, DC: The World Bank, 2010. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/191661468176944774/pdf/620620WP0Unemp0BOX0361475B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Taxa de desemprego, por tipo de desemprego e sexo*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/serve/serie.do?method=setupTabela&id=1272311747500>. Acesso em: 20 ago. 2019a.

- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Taxa de desemprego total, por idade*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/serve/serie.do?method=setupTabela&id=1272312818175>. Acesso em: 20 ago. 2019b.
- FIGUEIREDO, G. C.; FAUSTINO, H. H. Violência e vulnerabilidade social: impacto da intervenção psicossocioeducativa na garantia de direitos. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 4, n. 3, p. 225-239, 2018.
- FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. *Estatística aplicada*. São Paulo: Atlas, 1985.
- FULLER, W. A. *Introduction to statistical time series*. 2. ed. EUA: John Wiley & Sons, 1996.
- GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- GRANGER, C. Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods. *Econometrica*, New York, v. 37, n. 3, p. 424-438, Aug. 1969.
- GUEDES, E. F.; ZEBENDE, G. F.; LIMA, I. C. C. Quantificação dos efeitos do câmbio na produção da indústria de transformação baiana: uma abordagem via coeficiente de correlação cruzada pDCCA. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 192, p. 75-89, jan./jun. 2017.
- GUEDES, E. F.; ZEBENDE, G. F.; MACHADO, A. Análise temporal dos indicadores da indústria de transformação da Bahia: uma abordagem com métodos da mecânica estatística. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 186, p. 34-43, jan./mar. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas populacionais*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PIB dos municípios*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- JARQUE, C. M.; BERA, A. K. Efficient tests for normality, homoscedasticity and serial independence of regression residuals. *Economics Letters*, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 255-259, 1980.
- LEMERT, E. M. *Human deviance, social problems, and social control*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972.
- LIMA, J. A. Teorias sociológicas sobre a criminalidade: análise comparativa de três teorias complementares. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 38, n. 2, p. 215-232, jul./dez. 2017.
- MENDONÇA, M.; LOUREIRO, P.; SACHSIDA, A. *Criminalidade e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 967).

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. *Análise de séries temporais*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

NÓBREGA JUNIOR, J. M. P. Teorias do crime e da violência: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 77, p. 69-89, 2015.

NÓBREGA JUNIOR, J. M. P.; ZAVERUCHA, J.; ROCHA, E. Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 67, p. 75-94, 2009.

NORDIN, M.; ALMEM, D. Long-term unemployment and violent crime. *Empirical Economics*, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 1-29, 2017.

ODON, T. I. Segurança pública e análise econômica do crime: o desenho de uma estratégia para a redução da criminalidade no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 55, n. 218, p. 33-61, 2018. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/218/ril_v55_n218_p33. Acesso em: 25 ago. 2019

PENG, C. *et al.* Mosaic organization of DNA nucleotides. *Physical Review E*, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 1685-1689, Feb. 1994. Disponível em: https://dbiom.org/files/publications/Peng_MosaicOrganizationDNANucleotides.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

PIMENTEL-GOMES, F. *Curso de estatística experimental*. São Paulo: Nobel, 1985.

PODOBNIK, B.; STANLEY, H. E. Detrended cross-correlation analysis: a new method for analyzing two nonstationary time series. *Physical Review Letters*, [s. l.], v. 100, p. 84-102, 2008.

RUOTTI, C.; MASSA, V. C.; PERES, M. F. T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 377-389, 2011.

SHAW, C.; MCKAY, H. D. *Juvenile delinquency and urban areas*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA FILHO, A. M. *Correlação de longo alcance em indicadores de criminalidade de Salvador-BA: DFA E DCCA*. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial) - Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, Salvador, 2009.

SILVA, M. A.; PEREIRA, B. O. A violência como fator de vulnerabilidade na ótica de adolescentes escolares. In: BONITO, J. (org.). *Educação para a saúde no século XXI: teorias, modelos e práticas*. Évora: CIEP, 2008.

SILVA, M. F. *et al.* Quantifying cross-correlation between Ibovespa and brazilian blue-chips: the DCCA approach. *Physica A*, [s. l.], n. 424, p. 124–129, 2015.

SILVA, M. F.; CASTRO, A. P. N.; SILVA FILHO, A. M. Quantificando a influência do mercado de câmbio nos preços do milho e da soja no município de Barreiras. *Revista Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 182, p. 42-49, 2014.

SUTHERLAND, E. H. *Principles of criminology*. Philadelphia: J.B. Lippincott, 1939.

TERTILIT, M.; VAN DEN BERG, G. J. The association between own unemployment and violence victimization among female youths. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik: Journal of Economics and Statistics*, [s. l.], v. 235, p. 499–516, 2015.

VASSOLER, R.; ZEBENDE, G. DCCA cross-correlation coefficient apply in time series of air temperature and air relative humidity. *Physica A*, [s. l.], v. 391, n. 7, p. 2438-2443, Apr. 2012.

ZEBENDE, G. F. DCCA cross-correlation coefficient: quantifying level of cross-correlation. *Physica A*, [s. l.], v. 390, n. 2, p. 614-618, Feb. 2011.



Julieta Maria Cardoso Palmeira
Médica geriatra e secretária de
Políticas para as Mulheres (SPM-BA).

A INCESSANTE LUTA DA MULHER BRASILEIRA

Na atualidade, as políticas para mulheres estão em retrocesso e as brasileiras resistem, para garantir as suas conquistas. A retirada do porte de ministério da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres significa não somente impacto na disponibilidade de área técnica e de gestão para formular e implementar políticas, mas principalmente nos recursos orçamentários para investir nessas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e de combate à desigualdade de gênero.

A supressão de recursos é uma forma de desativar projetos e programas e revela a falta de prioridade para as políticas para mulheres. Nesse sentido, citamos a paralisação do projeto da Casa da Mulher Brasileira da Bahia, que promove a integração, em um único espaço, dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e outros serviços de cidadania. A Casa da Mulher Brasileira da Bahia, que seria gerenciada pelo governo do estado, estava projetada para ser uma das primeiras no Brasil. As viradas políticas atropelaram o projeto, embora persistamos no pleito.

Não há recursos para as unidades móveis que percorrem localidades distantes com uma equipe multidisciplinar formada por advogada, psicóloga e assistente social. São regiões em que há dificuldade de acesso aos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, existindo até mesmo dificuldade de fazer uma denúncia de violência de gênero.

No âmbito da responsabilidade dos municípios, são poucos os que possuem casas para acolher mulheres em situação de violência e núcleos onde elas possam ser referenciadas para uma equipe técnica realizar o acompanhamento. A falta de recursos decorrente

da necessidade de equacionar, com um novo pacto federativo, o repasse de recursos aos municípios, aprofundada pela crise econômica, e tudo isso embalado por definições de prioridade, faz com que essa responsabilidade municipal não se efetive, promovendo rupturas na proteção efetiva às mulheres.

Sem destinação de recursos por meio de programas, essa brecha continuará. E mais: a medida recente do governo federal de suprimir recursos do programa Bolsa Família na Região Nordeste afeta decisivamente a vida das mulheres e de suas filhas e filhos. Esses são somente alguns casos que comprovem o retrocesso, que se dá diante dos índices alarmantes de vários tipos de violência contra as mulheres e crescimento das taxas de feminicídio, a violência letal que acontece pelo fato de a pessoa ser uma mulher.

Resta aos estados buscar suprir os recursos para uma proteção mais efetiva e incentivar a autonomia econômica e social das mulheres, passando a arcar com os programas. Não se enfrenta a violência contra as mulheres somente com o fortalecimento do sistema de segurança. O desafio é bem maior.

Urge a necessidade de programas educativos de forma sistemática e de ações de sensibilização, uma vez que o enfrentamento à violência contra as mulheres passa por desconstruir uma cultura machista, sexista, baseada no poder de mando do homem sobre a mulher, que naturaliza muitas vezes a violência sobre ela, quando o homem se sente questionado na sua autoridade. Em âmbito federal, ao invés, busca-se proibir que essas questões sejam discutidas nas escolas, para que não mais possamos ter homens agressores e mulheres agredidas. A violência contra as mulheres é uma urgência pública que afeta a vida das mulheres quando não lhes tira a vida pelo feminicídio.

O mês de março celebra a luta e a resistência das mulheres. O reconhecimento do protagonismo feminino nos vários campos de atividade em nossa sociedade e a busca da superação da sub-representação feminina na democracia brasileira são fatores que podem dar celeridade histórica para uma sociedade mais civilizada, com relações mais humanas entre as pessoas, em que a desigualdade social, o racismo estrutural e o machismo interligados não possam continuar afetando a vida das mulheres, em especial as mulheres negras. A Bahia é resistência a retrocessos nas políticas para mulheres. O desafio da equidade de gênero deve unir todos e todas que querem um mundo onde homens e mulheres possam ter uma vida plena.

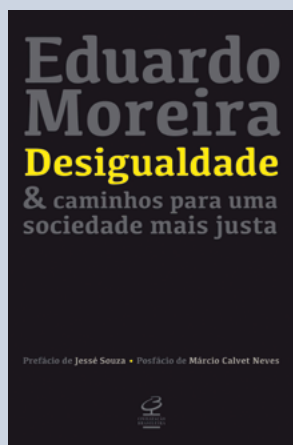


MARX E A CRÍTICA DO MODO DE REPRESENTAÇÃO CAPITALISTA

Jorge Grespan

O tema geral de Marx e a crítica do modo de representação capitalista é a relação entre o conceito bem conhecido de Modo de Produção Capitalista e o conceito menos conhecido de Modo de Representação Capitalista.

Jorge Grespan realiza um mergulho erudito no conceito de “modo de representação” em Marx e fornece uma interpretação original e instigante de sua crítica à sociedade capitalista. As contradições do sistema, os impasses que colocam em risco sua existência e a da vida em geral no planeta são mascarados por um conjunto articulado de formas de representação. Os aspectos negativos são aceitos como naturais, inevitáveis, e até vistos como algo positivo. O modo como esse conjunto se articula, o que o autor chama de “Modo de Representação Capitalista”, é justamente o que ele busca explicar no livro.

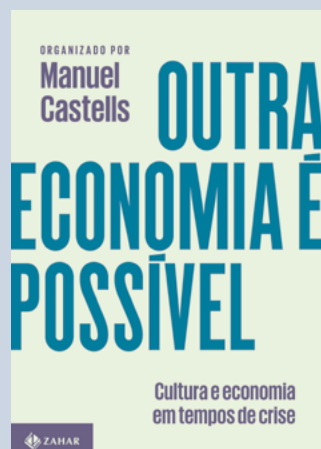


DESIGUALDADE E CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

Eduardo Moreira

O livro analisa o real significado de “riqueza”, seu processo de criação e distribuição e suas consequências na vida das pessoas. Para Eduardo Moreira, “O maior problema do mundo é a desigualdade. Simples assim. Todo o resto – corrupção, violência, carência de saúde e educação e o que mais vier à mente – é apenas consequência desse problema inicial”.

O autor aponta que existem mecanismos que atuam para amortecer os efeitos da concentração de riqueza. Numa sociedade democrática, na qual o sistema político representa os interesses do conjunto da sociedade, o Estado pode atuar para redistribuir renda pela implantação de políticas sociais e pela adoção de sistema tributário que incida proporcionalmente mais sobre a renda, os lucros, o patrimônio e a herança dos mais ricos (como fazem alguns países da Europa).



OUTRA ECONOMIA É POSSÍVEL: CULTURA E ECONOMIA EM TEMPOS DE CRISE

Manuel Castells

Após a crise de 2008, várias práticas econômicas surgiram em muitas partes do planeta, encarnando valores alternativos. Práticas que pavimentaram o caminho para uma economia compartilhada e em rápido desenvolvimento em todos os domínios de atividades orientadas para a satisfação das necessidades humanas.

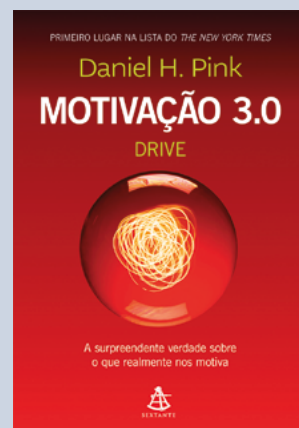
Esse livro analisa casos reais de economia compartilhada, uma alternativa ao futuro padronizado do capitalismo financeiro. Organizado pelo sociólogo catalão Manuel Castells, um dos pensadores mais influentes atualmente, ele reúne artigos sobre iniciativas como redes de troca, cooperativas, moedas comunitárias, criptomoedas, bancos de tempo e bancos para pessoas de baixa renda, compartilhamento de bens, entre outros. Um livro plural e urgente, que desenvolve dois importantes argumentos teóricos: a economia, sendo uma prática humana, é moldada pela cultura, e a diversidade de culturas implica a possibilidade de diferentes economias – como se revela em tempos de crise.

MOTIVAÇÃO 3.0

Daniel H. Pink

A maioria das pessoas acredita que a melhor maneira de motivar alguém é oferecer algum tipo de recompensa, como prêmios, promoções ou dinheiro. Segundo o autor Daniel Pink, “esta visão está errada”. O segredo da alta performance e da satisfação está ligado à necessidade essencialmente humana de ter autonomia, aprender e criar coisas novas e melhorar o mundo para nós e para os outros.

Com base em décadas de pesquisas científicas, Daniel Pink expõe neste livro o descompasso entre a ciência da motivação e as práticas corporativas e explica como a motivação afeta todos os aspectos de nossa vida. Apresenta estratégias inovadoras para motivar funcionários e empregadores que vêm trilhando caminhos alternativos na busca da realização e do alto desempenho.



TERRA INABITÁVEL: UMA HISTÓRIA DO FUTURO

David Wallace-Wells

O livro mostra uma avaliação do que poderíamos esperar como resultado da mudança climática se não mudarmos o curso do consumismo num cenário de crescimento econômico e populacional. O resultado é um texto convincente que apresenta a questão: diante da ameaça real do aquecimento global e da degradação ambiental, que papel a narrativa ambientalista deve desempenhar? Se não revolucionarmos por completo o modo como vivem bilhões de seres humanos, partes extensas do planeta se tornarão inabitáveis e outras serão inóspitas ao fim deste século em que vivemos.

Nesta visão do nosso futuro próximo, David Wallace-Wells joga luz sobre os problemas climáticos que nos aguardam: falta de alimentos, emergências em campos de refugiados, enchentes, destruição de florestas e desertificação do solo. O autor também fala de mudanças políticas e culturais que afetarão o mundo ainda neste século — uma mudança radical na forma como entendemos a vida.



O FIM DA IDADE MÉDIA E O INÍCIO DA IDADE MÍDIA

Walter Longo

O fim da Idade Média está acontecendo somente agora, neste século e em nossa geração. E por que essa afirmação? Até hoje tudo era avaliado e orientado pela média da população. Em qualquer área do comportamento humano, nossas decisões eram definidas pelo resultado médio daquele fato na população, e não individualmente, por cada um de nós. Éramos tratados como grupos ou massas, e nunca como pessoas. Este é o mundo que conhecemos e no qual vivemos até hoje. Mas um novo mundo está surgindo com o fim deste período. E isso é uma gigantesca mudança. Estamos entrando na era da Idade Mídia.

Para Longo, daqui por diante cada um se destaca da grande massa e se torna um agente de mídia, formador de opinião e gerador de conhecimento compartilhado. A Idade Mídia tem como premissa tratar desigualmente pessoas aparentemente iguais. “Nós, como pessoas e consumidores, não somos nem estamos sempre iguais. É com o suporte de inovações como o Big Data Analytics, Inteligência Artificial e Internet das Coisas (IoT) que estamos deixando de lado a *masscustomization* para entrar, de fato, no *trueindividualism*”, destaca Walter.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

A desaceleração das exportações baianas e da indústria entre janeiro e setembro de 2019, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, não segue a mesma tendência das atividades de Comércio varejista e Serviços. Com a geração de empregos em alta e a inflação controlada, as perspectivas de expansão do nível de atividade econômica para o ano de 2019 são favoráveis.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a produção industrial baiana acumulou, entre janeiro e setembro de 2019, em comparação com o mesmo período do ano anterior, queda de 2,9%. Dos 12 segmentos da Indústria de transformação, oito contribuíram negativamente no período, com destaque para *Produtos químicos*, que declinou 14,4%, principalmente por causa da menor fabricação de amoníaco, ureia e etileno não saturado. Importante ressaltar também os resultados negativos assinalados por *Veículos* (-5,3%), *Celulose, papel e produtos de papel* (-8,4%), *Derivados de petróleo* (-2,5%) e *Produtos alimentícios* (-1,5%). Positivamente, destacaram-se *Metalurgia* (17,6%), impactado, principalmente, pela maior fabricação de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre e ouro em formas brutas. Vale citar ainda os avanços em *Minerais não metálicos* (14,6%) e *Bebidas* (15,8%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o comércio varejista teve, entre janeiro e setembro de 2019, em comparação com o mesmo período do ano anterior, crescimento de 1,0%. As principais contribuições positivas vieram de *Combustíveis e lubrificantes* (4,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (3,4%), *Outros artigos de uso pessoal* (2,4%) e *Móveis e eletrodomésticos* (0,8%). Por sua vez, os principais segmentos que marcaram quedas foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-50,1%) e *Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação* (-21,6%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, o volume de serviços entre janeiro e setembro de 2019, em comparação com o mesmo período do ano anterior avançou 0,6%, com expansão em três das cinco atividades pesquisadas. Entre os setores, os serviços de informação e comunicação (2,9%) exerceram

o principal impacto positivo sobre o índice global. Em sentido oposto, a Bahia marcou retração de 2,0%. Nesta análise, por ordem de magnitude, a atividade de *Outros serviços* (-10,4%) apontou a mais expressiva variação negativa, seguida por *Serviços de informação e comunicação* (-4,5%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-2,9%). Em contrapartida, as atividades de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (3,2%) e *Serviços prestados às famílias* (1,2%) pressionaram o indicador para cima.

No mesmo período, a balança comercial registrou déficit. As exportações tiveram queda de 7,4%, e as importações, de 7,9% de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dentre os segmentos que exerceram pressões significativas para o resultado do indicador no acumulado no ano, destacam-se, a queda nas vendas externas, *Soja e derivados* (-20,3%), *Químicos e Petroquímicos* (-17,9%), *Automotivo* (-42,3%) e *Papel e celulose* (-22,6%). Já os segmentos que sobressaíram pelo desempenho positivo foram, *Metalúrgicos* (30,9%), *Petróleo e Derivados* (33,6%), e *Algodão e seus subprodutos* (103,0%).

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) entre janeiro e setembro de 2019, variação de 3,2%, revelando-se inferior aos 3,4% registrados no mesmo período de 2018. O índice foi impulsionado por todos os grupos, com destaque para *Artigos de residência* (12,1%), *Habitação e encargos* (4,0%), *Alimentos e bebidas* (3,4%), e *Transporte e comunicação* (2,9%).

De acordo com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sistematizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), nos nove primeiros meses do ano, a Bahia gerou 38.002 novos postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Sete setores de atividade registraram saldos positivos: *Construção civil* (+15.420 postos), *Serviços* (+10.800 postos), *Indústria de transformação* (+6.441 postos), *Agropecuária* (+5.016 postos), *Administração pública* (+785 postos), *Extrativa mineral* (+633 postos) e *Serviços industriais de utilidade pública* (+562 postos). Em contrapartida, *Comércio* (-1.655 postos) apresentou saldo negativo.

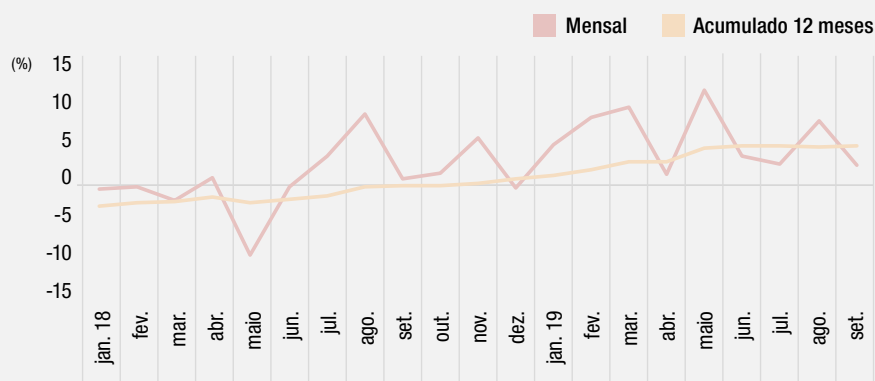
Nesse cenário são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses referentes aos dados apurados até o 3º trimestre de 2019.

Gráfico 1 – O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou acréscimo de 2,7% em setembro de 2019, na comparação com o mesmo mês de 2018. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram aeroporto (32,0%), energia elétrica (2,6%) e Combustíveis (5,6%). Em sentido oposto, as contribuições negativas vieram de ônibus urbanos (-2,6%), ônibus intermunicipais (-5,8%), e carga portuária (-11,7%). No acumulado de 12 meses, o indicador apontou expansão de 5,3%.

Gráfico 2 – O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Salvador apresentou, em setembro, taxa de 0,28%, superior à apurada em agosto (0,10%). Em setembro de 2018, o IPC havia registrado variação positiva de 0,27%, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa foram: Aparelho de som (61,84%), Gasolina (5,53%), Móvel para sala (21,89%).

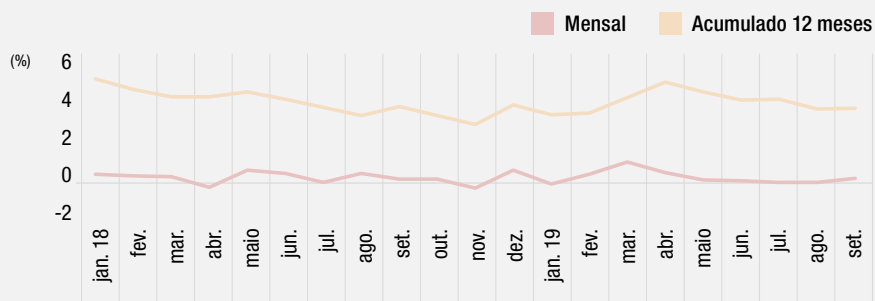
Gráfico 3 – *Artigos de residência* (6,38%) e *Transporte e comunicações* (1,80%) foram os grupos que mais contribuíram para a inflação em Salvador no mês de setembro de 2019. No primeiro grupo, os itens que puxaram os preços para cima foram aparelho de som (61,84%), ferro elétrico (29,98%), móvel para sala (21,89%), conjunto de painéis (15,59%) e microcomputador e impressora (15,47%). Já no grupo *Transporte e comunicações* houve acréscimo em itens como Pintura automotiva (material + mão de obra) (14,29%), passagem

Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2018-set. 2019



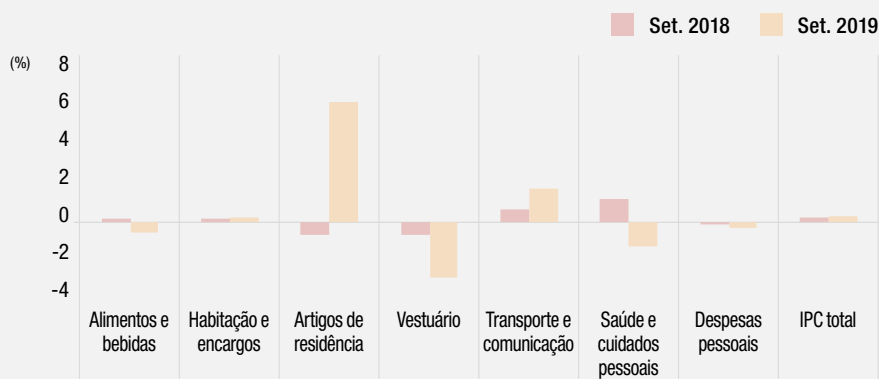
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Jan. 2018-set. 2019



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

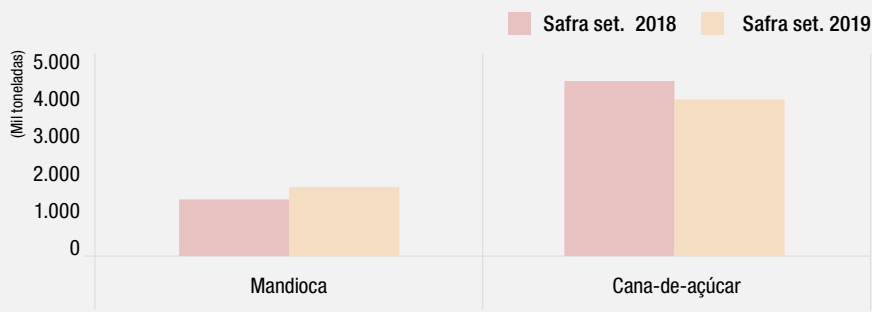
Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – Set. 2018/Set. 2019



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 4

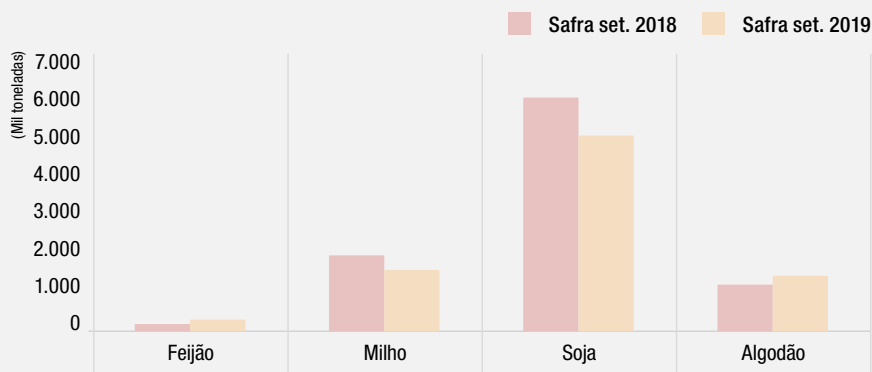
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Set. 2018/Set. 2019



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 5

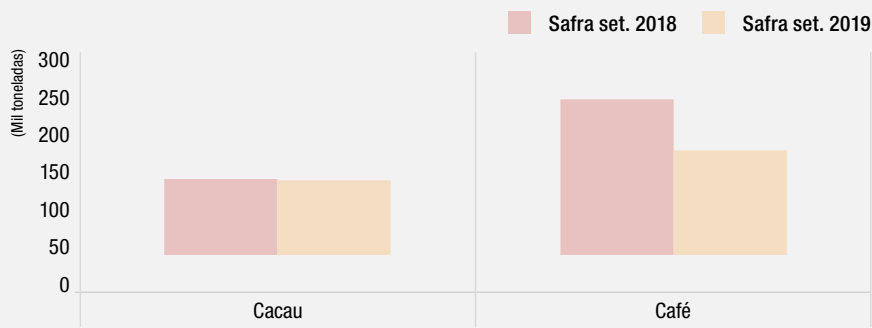
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Set. 2018/Set. 2019



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 6

Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Set. 2018/Set. 2019



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

aérea (12,33%), etanol (5,60%), Gasolina (5,53%), óleo diesel (1,89%) e automóvel novo (3,01%).

Gráfico 4 – Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em setembro de 2019, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar, em andamento no estado, tiveram rendimentos opostos. A primeira cresceu 21,6%, enquanto a segunda decresceu 10,1%. O desempenho da mandioca foi oriundo da estabilidade da área plantada e da área colhida, culminando em variação positiva do rendimento médio (21,6%). Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, houve decréscimo das áreas plantada (-33,0%) e colhida (-24,7%), porém, com crescimento no rendimento médio (19,3%) em relação à safra de 2018.

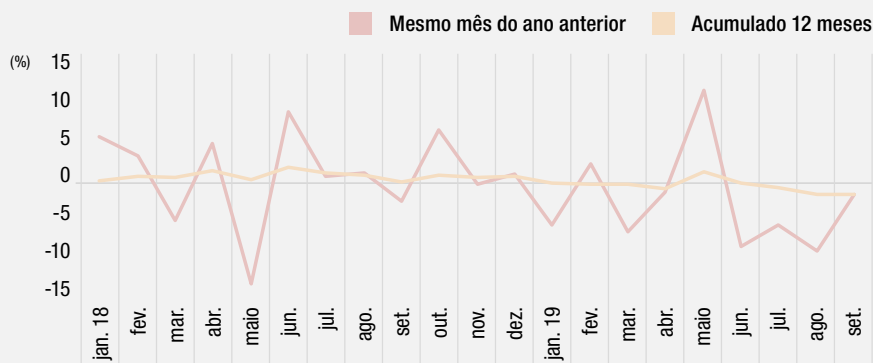
Gráfico 5 – O LSPA apresentou estimativa de decréscimo da produção de milho e soja, em relação a 2018, com taxas de -18,4% e -15,8%, respectivamente. Em sentido contrário, as culturas de algodão e feijão apresentaram expansão, com taxas de 19,7% e 68,8%. As projeções de área plantada e área colhida para o milho são de variação negativa de 3,8% para ambas, resultando em uma previsão de arrefecimento do rendimento de 15,2%. As projeções de área plantada e área colhida para a soja são de variação negativa de 1,3% para ambas, resultando em uma previsão de queda do rendimento de 14,7%. O algodão mostra acréscimo na área plantada (24,3%), colhida (24,3%), com queda de 3,7% no rendimento. O feijão tem indicação da mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (8,8%), com ampliação no rendimento médio de 55,2%.

Gráfico 6 – As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – café e cacau – apontaram o mesmo comportamento em 2019. Em relação ao café, também em fase de colheita, indicaram decréscimo na produção (32,5%), com decréscimos na área plantada (-29,2%), na área colhida (-16,2%), e no rendimento médio (-19,4%). Seguindo a mesma tendência o cacau, em fase de colheita, constatou-se decréscimos na produção (-2,4%), na área plantada (-6,2%) e na área colhida (-2,3%), com estabilidade relativa no rendimento médio (0,0%).

Gráfico 7 – Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, referente à indústria baiana, apontou queda de 1,6%, no mês de setembro de 2019, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados negativos do segmento Produtos químicos (-17,1%), Metalurgia (-12,2%), Celulose, papel e produtos de papel (-4,7%), Produtos de borracha e de material plástico (-6,5%), Veículos (-1,3%) e Extrativa mineral (-3,3%). Em sentido contrário, houve variação positiva em Derivados de petróleo (9,7%), Bebidas (25,3%), Produtos alimentícios (3,1%), Minerais não metálicos (9,6%), Couro, artigos para viagem e calçados (1,6%) e Equipamentos de informática e produtos eletrônicos (19,2%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou queda de 1,5%.

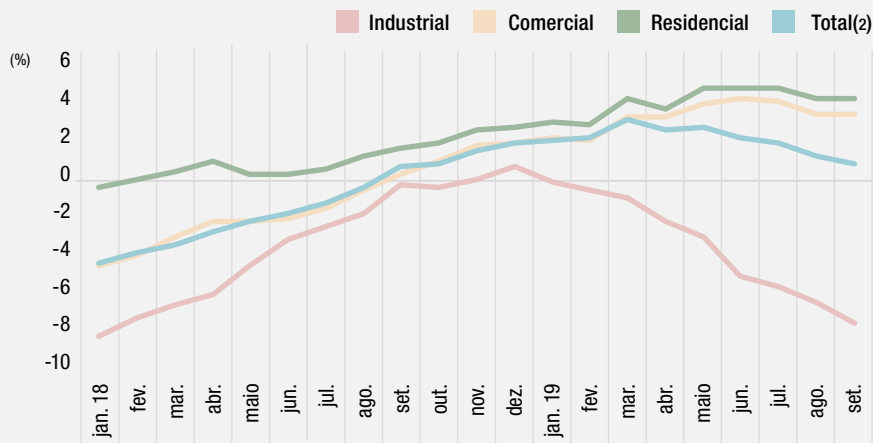
Gráfico 8 – O consumo de energia elétrica no estado variou negativamente 0,7% em

Gráfico 7
Produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2018-set. 2019



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 8
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2018-set. 2019

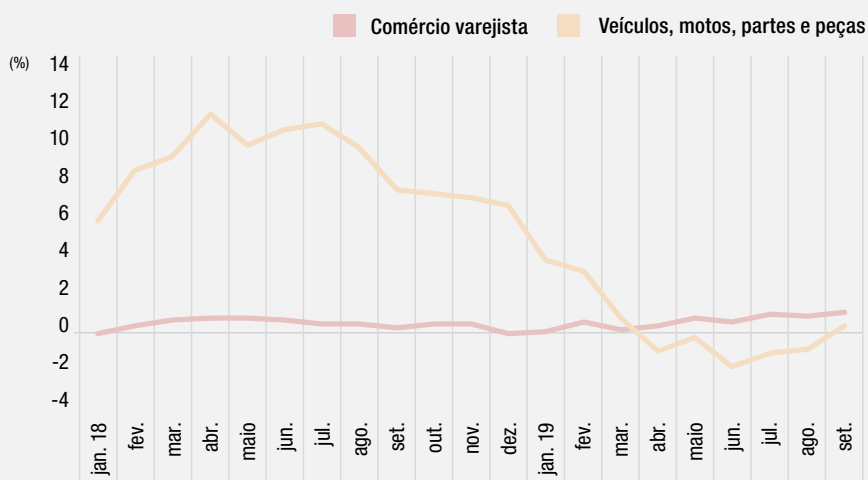


Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 9
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2018-set. 2019



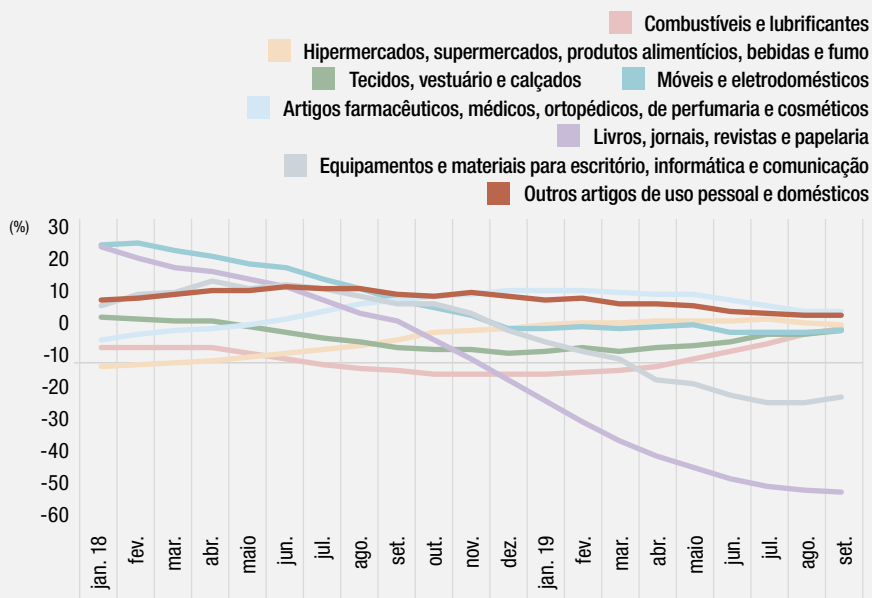
Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

setembro de 2019, na comparação com o mesmo mês de 2018. No acumulado de 12 meses, notou-se expansão de 0,9% no consumo total, impulsionado pelas classes residencial, e comercial, com avanços 4,3% e 3,5%, respectivamente. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

Gráfico 9 – De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano teve um acréscimo de 1,5% nas vendas no mês de setembro de 2019, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas em setembro, com as maiores influências, foram *Combustíveis e lubrificantes* (9,6%), *Móveis e eletrodomésticos* (6,3%), e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (3,4%).). Em sentido contrário, destacaram-se e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-3,9%), e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-34,3%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 1,1%.

Gráfico 10 – Ainda no acumulado de 12 meses, até setembro de 2019, os principais segmentos que contribuíram para a ampliação no volume foram *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (5,9%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e*

Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2018-set. 2019



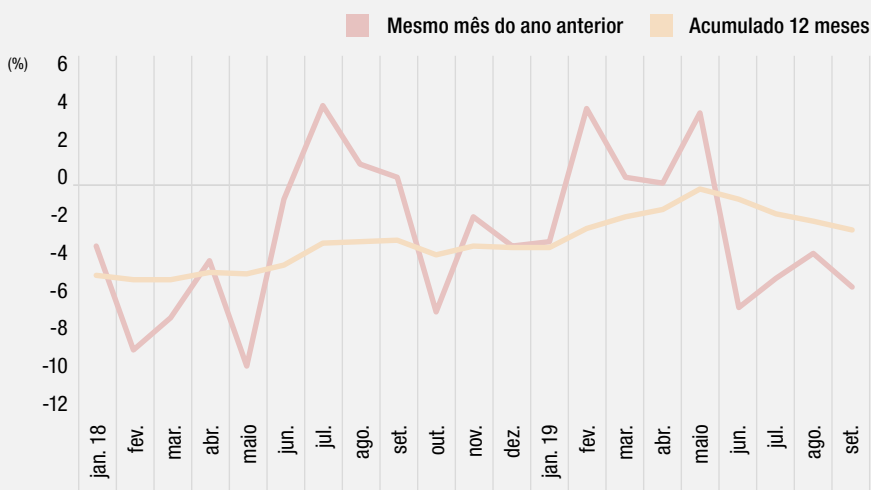
Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

fumo (2,2%), *Outros artigos de uso pessoal* (4,9%), *Combustíveis e lubrificantes* (0,7%) e *Móveis e eletrodomésticos* (0,4%). Por sua vez, os segmentos que marcaram quedas foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-50,5%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-20,7%).

Gráfico 11 – O volume de serviços apresentou, em setembro de 2019, queda de 5,4% em relação ao mesmo mês de 2018. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou redução de 2,4%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado do volume de serviços, em setembro, deveu-se, principalmente, aos arrefecimentos nas atividades de *Outros serviços* (-27,4%); *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-8,7%); *Serviços prestados às famílias* (-7,0%) e *Serviços de informação e comunicação* (-5,4%). Em contrapartida, apenas as atividades de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (8,0%) pressionaram o indicador para cima.

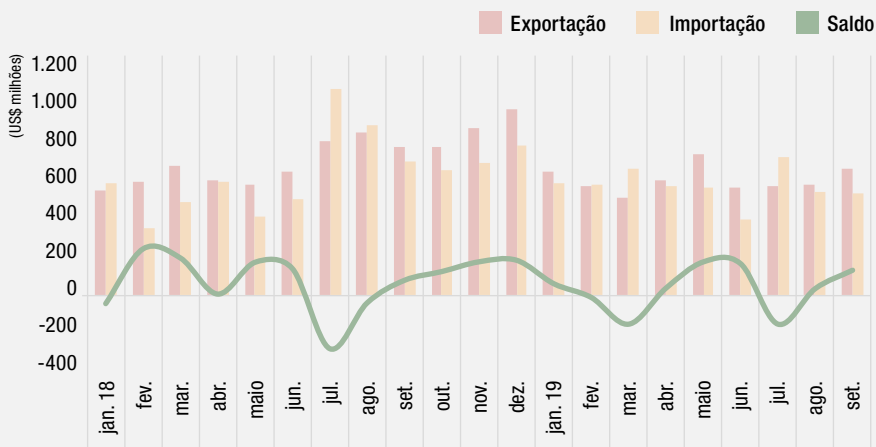
Gráfico 12 – Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 681 milhões em setembro de 2019, com queda de 14,3% em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2018. As importações registraram, também expansão (-23,5%), com volume de US\$ 546 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador, destacam-se, a retração das vendas externas, *Soja e derivados* (-20,3%), *Químicos e petroquímicos* (-17,9%), e *Papel e celulose* (-22,6%). Já os

Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2018-set. 2019



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

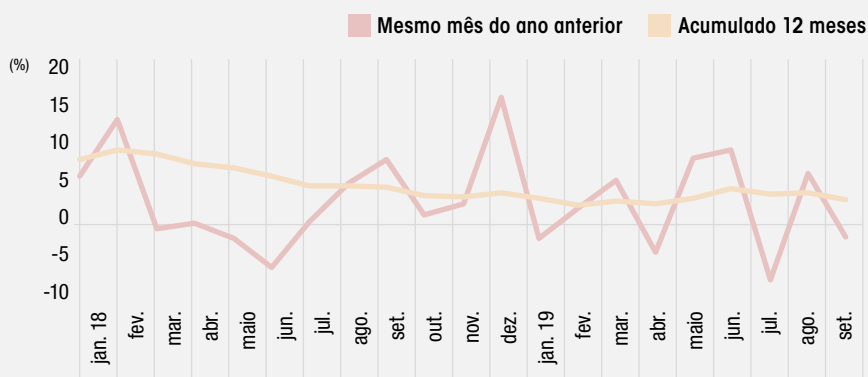
Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Jan. 2018-set. 2019



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2018-set. 2019



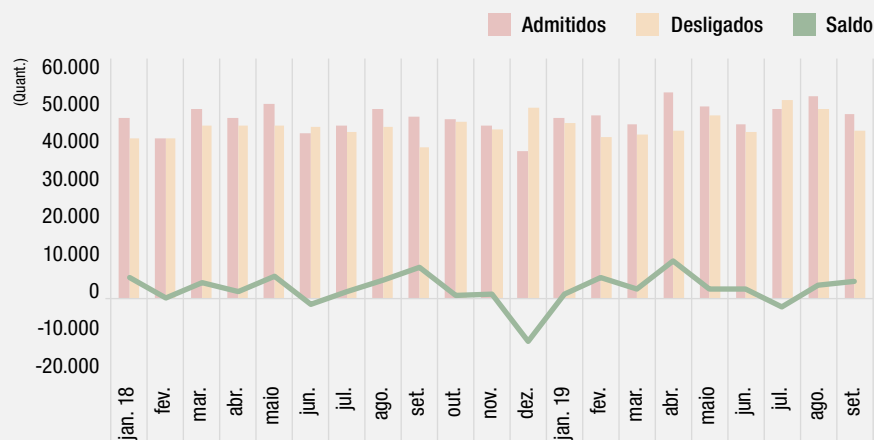
Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Deflator IGP-DI.

Gráfico 14

Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Jan. 2018-set. 2019



Fonte: Caged.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Sem ajustes.

segmentos que sobressaíram pelo desempenho positivo foram *metalúrgicos* (30,9%), e *Petróleo e Derivados* (33,6%).

Gráfico 13 – S e g u n d o a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 2,2 bilhões em setembro de 2018, queda real de 1,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou aumento real de 3,3% em 12 meses.

Gráfico 14 – Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia contabilizou 4.565 postos de trabalho, em setembro de 2019. Setorialmente, sete segmentos contabilizaram saldos positivos: Construção Civil (+2.145 postos), Comércio (+1.236 postos), Serviços (+624 postos), Indústria de Transformação (+501 postos), Administração Pública (+230 postos), Extrativa Mineral (+120 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+110 postos). Por outro lado, Agropecuária (-401 postos) registrou saldo negativo.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ⁽¹⁾ – Salvador – Set. 2019

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)	
	Set. 2018	Set. 2019	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾
Alimentos e bebidas	0,21	-0,55	1,67	6,15
Habitação e encargos	0,21	0,25	5,52	1,98
Artigos de residência	-0,65	6,38	1,34	16,49
Vestuário	-0,68	-2,96	0,13	2,37
Transporte e comunicação	0,65	1,80	6,23	2,50
Saúde e cuidados pessoais	1,25	-1,29	8,65	1,51
Despesas pessoais	-0,11	-0,31	2,46	2,87
Geral	0,27	0,28	4,10	3,98

Fonte: SEI.

Notas: (1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Set. 2019

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses	
São Paulo	473,85	-1,58	0,51	9,48	51,61
Porto Alegre	458,29	-2,32	-1,38	8,34	49,91
Rio de Janeiro	458,21	-0,87	-1,83	9,49	49,91
Florianópolis	454,94	-2,00	-0,63	4,47	49,55
Vitória	429,06	-2,82	6,26	8,45	46,73
Curitiba	424,81	-3,73	1,37	9,66	46,27
Brasília	420,01	-3,10	-3,63	7,66	45,74
Campo Grande	396,98	-2,73	-6,12	3,44	43,24
Goiânia	391,31	-2,03	0,63	10,51	42,62
Belo Horizonte	390,93	-2,55	-4,35	8,95	42,58
Fortaleza	384,17	-4,63	-3,31	4,64	41,84
Belém	382,11	-3,00	-0,05	6,29	41,62
Recife	367,16	1,53	7,81	10,34	39,99
João Pessoa	359,62	-2,24	4,17	9,31	39,17
Natal	352,57	-0,53	3,27	6,74	38,40
Salvador	345,04	-1,63	0,35	9,24	37,58
Aracaju	328,70	-2,74	-8,38	-3,98	35,80

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3

Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2018/2019

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.248.154	1.494.000	19,7	267.180	332.000	24,3
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	3.564	3.168	-11,1	3.300	3.300	0,0
Arroz total	9.126	-	-100,0	7.220	-	-100,0
Batata-inglesa (2º safra)	72.090	72.000	-0,1	1.806	1.800	-0,3
Cana-de-açúcar	4.680.000	4.206.000	-10,1	91.000	61.000	-33,0
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	172.022	290.400	68,8	427.440	465.000	8,8
Feijão 1ª safra	146.300	172.800	18,1	217.000	245.000	12,9
Feijão 2ª safra	25.722	117.600	357,2	210.440	220.000	4,5
Fumo	8.480	8.160	-3,8	8.000	8.000	0,0
Mamona	17.500	28.380	62,2	35.000	43.000	22,9
Mandioca	1.527.575	1.857.500	21,6	250.505	250.505	0,0
Milho total	2.011.140	1.641.600	-18,4	616.600	593.300	-3,8
Milho 1ª safra	1.963.740	1.365.600	-30,5	383.300	363.300	-5,2
Milho 2ª safra	47.400	276.000	482,3	233.300	230.000	-1,4
Soja	6.244.800	5.258.000	-15,8	1.600.000	1.580.000	-1,3
Sorgo granífero	72.396	72.360	0,0	80.350	80.350	0,0
Tomate	230.800	275.800	19,5	6.740	6.740	0,0
Pernamentes						
Banana (4)	823.000	1.040.000	26,4	88.000	88.000	0,0
Cacau	122.568	119.718	-2,3	480.045	450.045	-6,2
Café total	249.240	168.360	-32,5	154.000	109.000	-29,2
Café arábica	108.840	72.360	-33,5	102.000	69.000	-32,4
Café cenephora	140.400	96.000	-31,6	52.000	40.000	-23,1
Castanha-de-cajú	3.000	3.000	0,0	20.000	20.000	0,0
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	830.000	787.500	-5,1	61.500	61.500	0,0
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	75.378	74.142	-1,6	2.154	2.069	-3,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2018.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2019 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2018/2019

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	267.180	332.000	24,3	4.672	4.500	-3,7
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	3.300	3.300	0,0	1.080	960	-11,1
Arroz total	7.220	0	-100,0	1.264	0	0,0
Batata-inglesa	1.806	1.800	-0,3	39.917	40.000	0,2
Cana-de-açúcar	81.000	61.000	-24,7	57.778	68.951	19,3
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	427.440	465.000	8,8	402	625	55,2
Feijão 1ª safra	217.000	245.000	12,9	674	705	4,6
Feijão 2ª safra	210.440	220.000	4,5	122	535	337,3
Fumo	8.000	8.000	0,0	1.060	1.020	-3,8
Mamona	25.000	43.000	72,0	700	660	-5,7
Mandioca	170.505	170.500	0,0	8.959	10.894	21,6
Milho total	616.600	593.300	-3,8	3.262	2.767	-15,2
Milho 1ª safra	383.300	363.300	-5,2	5.123	3.759	-26,6
Milho 2ª safra	233.300	230.000	-1,4	203	1.200	490,6
Soja	1.600.000	1.580.000	-1,3	3.903	3.328	-14,7
Sorgo granífero	80.350	80.350	0,0	901	901	0,0
Tomate	6.740	6.740	0,0	34.243	40.920	19,5
Pernamentes						
Banana (4)	63.000	63.000	0,0	13.063	16.508	26,4
Cacau	430.045	420.045	-2,3	285	285	0,0
Café total	130.000	109.000	-16,2	1.917	1.545	-19,4
Café arábica	82.000	69.000	-15,9	1.327	1.049	-21,0
Café cenephora	48.000	40.000	-16,7	2.925	2.400	-17,9
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	200	200	0,0
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	51.500	51.500	0,0	16.117	15.291	-5,1
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.864	1.819	-2,4	40.439	40.760	0,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2018.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2019 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Set. 2019

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-1,6	-3,0	-1,6
Indústrias extrativas	-3,7	-0,7	1,7
Indústrias de transformação	-1,5	-3,1	-1,7
Produtos alimentícios	2,6	-1,9	-1,3
Bebidas	25,3	15,8	13,2
Couros, artigos para viagem e calçados	-1,0	-0,5	0,0
Celulose, papel e produtos de papel	-4,7	-8,4	-4,6
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	9,4	-2,5	1,6
Outros produtos químicos	-17,1	-14,4	-12,7
Produtos de borracha e de material plástico	-6,3	1,2	0,5
Produtos de minerais não-metálicos	9,6	14,6	12,7
Metalurgia	-12,2	17,6	16,3
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	19,2	-11,5	-18,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-1,3	-5,5	-6,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2018-set. 2019

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2018	5,8	0,0	-6,1
Fevereiro	3,9	0,5	-7,1
Março	-5,3	0,3	-6,8
Abril	5,7	1,3	-7,4
Maiο	-14,1	0,0	-7,2
Junho	10,0	1,7	-7,7
Julho	1,0	1,0	-5,4
Agosto	1,3	0,7	-4,1
Setembro	-2,8	-0,1	-3,2
Outubro	7,3	0,8	-2,9
Novembro	-1,2	0,5	-2,4
Dezembro	0,6	0,8	-1,9
Janeiro 2019	-5,8	-5,8	-0,1
Fevereiro	1,8	-2,2	-0,3
Março	-7,3	-3,9	-0,4
Abril	-1,9	-3,4	-1,0
Maiο	12,7	-0,3	1,2
Junho	-8,4	-1,7	-0,3
Julho	-5,6	-2,3	-0,9
Agosto	-9,2	-3,3	-1,8
Setembro	-1,5	-3,1	-1,7

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Set. 2019

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)	12 meses (5)
Rural	4,9	6,5	5,1
Residencial	1,7	4,0	4,3
Industrial (1)	-10,7	-9,0	-7,5
Comercial	3,0	3,2	3,5
Utilidades públicas (2)	7,9	5,3	5,9
Setor público	2,9	6,1	7,2
Concessionária	19,1	9,5	7,6
Total	-0,7	0,3	0,9

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Set. 2019

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	1,7	1,0	1,1
Combustíveis e lubrificantes	9,6	4,9	0,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,3	1,1	2,2
Hipermercados e supermercados	-2,6	-0,1	1,2
Tecidos, vestuário e calçados	2,7	3,2	0,3
Móveis e eletrodomésticos	6,3	0,8	0,4
Móveis	2,0	2,8	1,7
Eletrodomésticos	8,0	-0,2	-0,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,4	3,4	5,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-30,5	-49,9	-50,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	14,3	-21,6	-20,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,9	2,4	4,9
Comércio Varejista Ampliado	3,6	0,4	0,5
Veículos, motos, partes e peças	7,8	-0,4	0,3
Material de construção	6,2	-2,3	-3,8

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9

Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-set. 2018/2019

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2018	2019			
Soja e derivados	1.307.252	1.041.774	-20,31	2.471,15	-11,42
Químicos e petroquímicos	1.098.193	901.449	-17,92	2.138,29	-14,32
Papel e celulose	1.151.148	890.874	-22,61	2.113,20	-5,65
Metalúrgicos	502.769	658.140	30,90	1.561,15	2,06
Petróleo e derivados	429.123	573.114	33,55	1.359,46	3,02
Metais preciosos	299.982	311.765	3,93	739,52	-19,58
Automotivo	461.533	266.204	-42,32	631,45	-0,53
Algodão e seus subprodutos	129.470	262.787	102,97	623,35	-7,27
Cacau e derivados	155.544	157.550	1,29	373,72	-1,42
Borracha e suas obras	114.909	116.093	1,03	275,38	1,59
Minerais	126.240	107.580	-14,78	255,19	-5,86
Frutas e suas preparações	87.608	102.196	16,65	242,41	-4,05
Café e especiarias	51.656	81.195	57,18	192,60	-33,16
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	18.268	75.545	313,54	179,20	-9,32
Sisal e derivados	54.422	62.197	14,29	147,53	-16,50
Couros e peles	72.529	49.556	-31,67	117,55	-8,44
Calçados e suas partes	40.152	30.498	-24,04	72,34	-11,21
Fumo e derivados	23.350	17.527	-24,94	41,57	-29,13
Carne e miudezas de aves	16.514	10.215	-38,14	24,23	-8,29
Demais segmentos	77.533	42.157	-45,63	100,00	40,44
Total	6.218.193	5.758.417	-7,39	13.659,30	-2,56

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 03/10/2019.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-set. 2018/2019

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %
	2018	2019		2018	2019	
China	3.636.556	3.000.405	-17,49	1.954.452	1.510.138	-22,73
Estados Unidos	447.345	527.807	17,99	673.949	610.600	-9,40
Argentina	168.186	165.222	-1,76	706.938	446.758	-36,80
Cingapura	534.209	915.667	71,41	230.722	399.587	73,19
Países Baixos (Holanda)	546.215	476.264	-12,81	420.284	350.640	-16,57
Alemanha	375.928	401.639	6,84	149.433	171.375	14,68
Suíça	12.120	2.190	-81,93	76.667	167.951	119,07
Coreia do Sul	377.811	230.608	-38,96	199.836	152.759	-23,56
Canadá	30.030	9.029	-69,93	168.987	146.730	-13,17
França	358.308	345.671	-3,53	168.614	144.477	-14,31
Bélgica	367.075	243.701	-33,61	151.761	113.301	-25,34
México	67.551	96.047	42,18	108.206	110.245	1,88
Colômbia	25.751	27.635	7,32	54.102	109.323	102,07
Chile	50.670	28.233	-44,28	84.425	79.340	-6,02
Índia	66.417	47.039	-29,18	99.505	75.835	-23,79
Japão	19.553	92.298	372,05	42.619	75.545	77,26
Emirados Árabes Unidos	70.222	109.745	56,28	61.787	66.600	7,79
Indonésia	23.059	31.900	38,34	56.430	66.544	17,92
Costa Rica	3.126	12.488	299,44	12.228	64.614	428,41
Portugal	13.266	125.443	845,60	21.003	64.519	207,19
Taiwan (Formosa)	65.460	146.981	124,54	26.671	61.821	131,79
Espanha	180.158	77.889	-56,77	92.726	60.263	-35,01
Itália	84.785	44.065	-48,03	82.425	57.485	-30,26
Vietnã	19.242	39.586	105,73	31.750	50.635	59,48
Omã	1	7.376	660.251,84	26	45.263	176.708,67
Macau	44.948	97.339	116,56	27.231	41.861	53,72
Paquistão	13.035	98.367	654,62	6.521	38.251	486,58
Catar	27	6.116	22.921,14	103	37.181	36.076,00
Turquia	77.335	30.368	-60,73	44.499	34.342	-22,82
Bangladesh	10.049	21.317	112,14	16.512	30.672	85,76
Demais países	591.934	411.107	-30,55	447.782	373.763	-16,53
Total	8.280.370	7.869.541	-4,96	6.218.193	5.758.417	-7,39

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 03/10/2019.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

EMPREGO

Tabela 11

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2018	1.994	133	1.495	136	499	125	1.403	146	59	25	3.803
Fevereiro	2.001	134	1.491	136	510	128	1.402	146	59	26	3.808
Março	1.997	133	1.484	135	513	129	1.411	147	59	26	3.812
Abril	2.017	135	1.509	137	508	128	1.396	146	59	25	3.816
Maio	2.013	134	1.506	137	507	127	1.405	147	59	25	3.821
Junho	2.033	136	1.523	139	510	128	1.390	145	59	25	3.825
Julho	2.019	135	1.500	136	519	130	1.409	147	59	26	3.829
Agosto	2.036	136	1.519	138	517	130	1.397	146	59	25	3.833
Setembro	2.039	136	1.495	136	544	137	1.399	146	59	27	3.838
Outubro	2.032	136	1.490	136	542	136	1.412	147	59	27	3.842
Novembro	2.031	136	1.499	136	532	134	1.417	148	59	26	3.846
Dezembro	2.014	135	1.503	137	511	128	1.440	150	58	25	3.850
Janeiro 2019	2.020	135	1.515	138	505	127	1.439	150	58	25	3.855
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	1.963	131	1.474	134	489	123	1.517	158	56	25	3.872
Variação no ano (%)											
Maio 2019/dez. 2018		-3		-2		-4		5	-3	-2	
Variação anual (%)											
Maio 2019/maio 2018		-2		-2		-4		8	-4	-1	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2018	25,0	18,3	6,7	6,0	(1)	23,8	17,5	6,4	29,0	21,4	7,6
Fevereiro	25,5	18,8	6,7	5,9	(1)	24,7	18,4	6,4	28,0	20,1	7,8
Março	25,7	18,7	7,0	6,0	(1)	25,1	18,3	6,8	28,0	20,2	7,8
Abril	25,2	18,1	7,1	6,0	(1)	24,5	17,6	6,9	27,8	20,1	7,8
Maio	25,2	17,9	7,2	6,3	(1)	24,5	17,4	7,1	27,9	20,0	7,9
Junho	25,1	17,7	7,3	6,4	(1)	24,0	16,8	7,3	29,1	21,5	7,5
Julho	25,7	18,1	7,5	6,7	(1)	24,3	17,1	7,2	30,9	22,2	8,8
Agosto	25,4	17,7	7,6	6,7	(1)	24,5	16,8	7,7	28,7	21,5	(1)
Setembro	26,7	18,2	8,4	7,6	(1)	25,8	17,4	8,5	30,1	21,8	8,3
Outubro	26,7	17,5	9,2	8,3	(1)	26,1	16,9	9,3	28,8	20,0	8,7
Novembro	26,2	17,0	9,3	8,4	(1)	25,0	16,1	8,9	31,0	20,5	10,5
Dezembro	25,4	16,7	8,7	8,0	(1)	24,5	16,1	8,4	29,0	18,9	10,1
Janeiro 2019	25,0	16,7	8,4	7,6	(1)	24,4	16,4	8,0	27,4	17,7	9,7
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	24,9	18,2	6,7	6,1	(1)	24,9	18,1	6,8	25,1	18,7	(1)
Variação no ano (%)											
Maio 2019/dez. 2018	-2,0	9,0	-23,0	-23,8	—	1,6	12,4	-19,0	-13,4	-1,1	—
Variação anual (%)											
Maio 2019/maio 2018	-1,2	1,7	-6,9	-3,2	—	1,6	4,0	-4,2	-10,0	-6,5	—

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13

Distribuição dos Ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar									
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública; defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
					Total (5)					
Janeiro 2018	100	7,6	7,3	21,6	61,5	6,9	5,4	18,8	14,5	7,5
Fevereiro	100,0	7,6	7,6	21,9	60,7	6,3	5,3	18,2	15,0	7,6
Março	100,0	7,7	7,6	20,3	62,2	6,7	5,8	18,3	15,4	7,7
Abril	100,0	7,4	7,4	19,5	63,5	6,6	5,9	19,0	15,5	7,6
Maio	100,0	6,9	7,5	19,7	64,3	6,7	6,5	20,0	15,1	7,2
Junho	100,0	6,5	7,5	20,3	64,0	6,1	6,6	20,7	14,5	7,1
Julho	100,0	6,2	7,6	20,8	63,5	6,4	6,2	20,5	14,9	7,3
Agosto	100,0	6,6	7,1	20,8	63,3	6,2	6,2	20,0	14,6	7,9
Setembro	100,0	7,1	6,8	20,4	63,4	6,2	6,0	19,9	14,7	8,0
Outubro	100,0	7,6	6,5	20,0	63,7	6,0	6,6	19,9	14,5	7,9
Novembro	100,0	7,3	6,4	19,7	64,5	6,1	7,0	19,9	14,9	7,6
Dezembro	100,0	7,5	6,7	19,5	64,5	6,2	7,2	19,8	15,1	7,6
Janeiro 2019	100	7,2	7	19,9	64,1	6,7	6,8	19,3	14,8	7,9
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	100,0	6,7	7,0	20,5	63,9	7,1	6,0	19,4	15,0	7,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se a CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2018	63,4	47,6	7,2	8,6	23,2	21,6	(3)	(3)	7,5	3,6
Fevereiro	63,1	47,8	7,8	7,6	23,2	21,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Março	62,6	47,1	8,0	7,5	23,2	22,1	(3)	(3)	7,7	4,2
Abril	63,4	47,3	7,9	8,2	22,3	21,4	(3)	(3)	7,6	4,4
Maio	64,0	46,5	7,8	9,7	21,5	20,6	(3)	(3)	7,2	4,6
Junho	64,6	46,9	7,7	9,9	21,0	19,8	(3)	2,8	7,1	4,5
Julho	64,2	46,6	7,9	9,7	21,6	20,3	(3)	(3)	7,3	4,0
Agosto	63,6	46,8	7,7	9,1	21,9	20,5	(3)	(3)	7,9	3,8
Setembro	64,0	47,4	7,5	9,2	21,5	20,1	(3)	(3)	8,0	3,8
Outubro	64,4	47,2	7,9	9,4	21,4	19,8	(3)	(3)	7,9	3,7
Novembro	64,5	47,9	7,6	8,9	21,2	19,7	(3)	(3)	7,6	4,3
Dezembro	63,7	47,1	7,6	8,9	21,6	20,3	(3)	(3)	7,6	4,5
Janeiro 2019	63,2	48,0	6,8	8,5	21,2	20,0	(3)	(3)	7,9	5,1
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	62,6	46,8	6,6	9,2	23,3	21,9	(3)	(3)	7,7	4,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(R\$)

Trimestres	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2018	1.427	85,5	1.551	84,1	1.028	91,0
Fevereiro	1.440	86,3	1.558	84,4	1.028	91,0
Março	1.424	85,4	1.544	83,7	1.012	89,6
Abril	1.489	89,2	1.584	85,8	1.016	90,0
Mai	1.515	90,8	1.586	85,9	1.053	93,2
Junho	1.524	91,3	1.589	86,1	1.055	93,4
Julho	1.526	91,4	1.602	86,8	1.051	93,0
Agosto	1.528	91,6	1.603	86,8	1.034	91,6
Setembro	1.553	93,1	1.614	87,5	1.080	95,7
Outubro	1.581	94,7	1.574	85,3	1.119	99,1
Novembro	1.618	97,0	1.596	86,5	1.152	102,0
Dezembro	1.648	98,8	1.591	86,2	1.136	100,6
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-
Abril	1.464	87,7	1.538	83,3	1.052	93,2
Variação no ano (%)						
Abr. 2019/dez. 2018		-11,2		-3,3		-7,4
Variação anual (%)						
Abr. 2019/abr. 2018		-1,6		-2,9		3,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(R\$)

Períodos	Total(2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2018	1.427	(3)	1.037	1.021	1.410	2.982
Fevereiro	1.440	(3)	1.040	1.045	1.375	3.150
Março	1.424	(3)	999	1.056	1.346	3.161
Abril	1.489	(3)	1.009	1.045	1.336	3.514
Maio	1.515	(3)	1.020	1.043	1.368	3.475
Junho	1.524	(3)	1.037	1.009	1.387	3.538
Julho	1.526	(3)	1.008	994	1.393	3.569
Agosto	1.528	(3)	990	996	1.355	3.801
Setembro	1.553	(3)	967	1.031	1.335	3.916
Outubro	1.581	(3)	970	1.059	1.334	4.071
Novembro	1.618	(3)	984	1.079	1.349	4.201
Dezembro	1.648	(3)	1.039	1.069	1.354	4.372
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-
Abril	1.464	(3)	1.006	1.030	1.331	3.553
Variação no ano (%)						
Abr. 2019/dez. 2018	-11,2	—	-3,1	-3,7	-1,7	-18,7
Variação anual (%)						
Abr. 2019/abr. 2018	-1,6	—	-0,3	-1,4	-0,4	1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾ – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2018	1.551	1.432	1.781	1.248	1.421	1.527	863	2.737
Fevereiro	1.558	1.424	1.800	1.270	1.409	1.521	869	2.900
Março	1.544	1.410	1.767	1.312	1.383	1.504	862	2.736
Abril	1.584	1.422	1.750	1.330	1.409	1.524	840	2.852
Maio	1.586	1.430	1.815	1.288	1.435	1.535	825	2.791
Junho	1.589	1.422	1.748	1.233	1.451	1.532	825	2.936
Julho	1.602	1.427	1.643	1.250	1.458	1.512	927	3.078
Agosto	1.603	1.418	1.678	1.252	1.431	1.500	911	3.084
Setembro	1.614	1.425	1.737	1.256	1.432	1.507	955	3.195
Outubro	1.574	1.407	1.784	1.173	1.440	1.498	874	3.030
Novembro	1.596	1.436	1.666	1.200	1.482	1.530	906	2.985
Dezembro	1.591	1.440	1.740	1.220	1.472	1.526	866	2.894
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	1.538	1.370	1.593	1.183	1.397	1.452	846	2.848
Varição no ano (%)								
Abr. 2019/dez. 2018	-3,3	-4,9	-8,5	-3,0	-5,1	-4,8	-2,4	-1,6
Varição anual (%)								
Abr. 2019/abr. 2018	-2,9	-3,7	-9,0	-11,0	-0,9	-4,7	0,6	-0,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2018	531	996	1.071	1.594	2.651	996	1.012	1.275	1.700	2.656
Fevereiro	530	998	1.145	1.590	2.651	998	1.011	1.267	1.690	2.654
Março	526	1.002	1.066	1.578	2.630	1.002	1.011	1.262	1.590	2.630
Abril	526	1.003	1.126	1.581	2.956	1.003	1.006	1.262	1.583	2.951
Maio	525	998	1.135	1.578	3.012	998	1.004	1.253	1.580	2.867
Junho	520	992	1.140	1.580	3.121	992	1.005	1.248	1.664	3.121
Julho	520	992	1.143	1.569	3.119	992	998	1.247	1.664	3.121
Agosto	519	986	1.137	1.560	3.101	986	992	1.247	1.662	3.118
Setembro	516	984	1.135	1.559	3.097	984	991	1.240	1.649	3.101
Outubro	516	980	1.133	1.550	3.101	980	986	1.234	1.550	2.982
Novembro	515	980	1.134	1.546	3.877	980	983	1.237	1.546	3.092
Dezembro	515	980	1.130	1.546	3.923	976	983	1.234	1.546	3.069
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	500	998	1.106	1.500	2.544	998	1.015	1.207	1.509	2.500
Variação no ano (%)										
Abr. 2019/dez. 2018	-2,8	1,8	-2,2	-3,0	-35,2	2,3	3,2	-2,2	-2,4	-18,5
Variação anual (%)										
Abr. 2019/abr. 2018	-4,9	-0,5	-1,8	-5,1	-13,9	-0,5	0,8	-4,3	-4,7	-15,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

EMPREGO FORMAL

Tabela 19

Flutuação mensal do emprego – Bahia – Jan. 2018-set. 2019

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2018 (2)	29.148	1.921	776	2.135	20.691
Declaração fora do prazo	0	0	0	0	0
Com ajuste	29.148	1.921	776	2.135	20.691
Janeiro	7.572	999	1.657	-522	4.487
Fevereiro	716	-37	-202	-1.143	1.239
Março	5.365	-229	1.003	21	2.185
Abril	3.292	509	-710	-429	1.755
Maio	7.179	1.341	-103	-178	641
Junho	-1.378	271	-413	-828	-619
Julho	1.696	23	-226	-936	1.625
Agosto	4.703	1.124	1.096	-21	3.564
Setembro	9.086	1.159	2.200	1.296	4.609
Outubro	1.119	126	-66	1.199	1.372
Novembro	1.376	-1.501	416	3.638	2.492
Dezembro	-11.578	-1.864	-3.876	38	-2.659
2019 (2)	37.152	5.989	14.939	-1.684	10.171
Declaração fora do prazo	850	452	481	29	-9.386
Com ajuste³	38.002	6.441	15.420	-1.655	785
Janeiro	2.493	582	2.350	-1.642	786
Fevereiro	7.743	627	1.635	237	4.565
Março	3.031	861	1.747	-1.636	1.035
Abril	11.244	2.455	1.625	900	2.558
Maio	3.379	-895	1.127	-372	-503
Junho	3.319	181	1.635	489	1.647
Julho	-2.014	1.235	622	-1.274	-1.149
Agosto	3.392	833	2.053	378	1.002
Setembro	4.565	110	2.145	1.236	230

Fonte: MTE–Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento.

Notas: (1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até agosto.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

(Continua)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Receita realizada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	413.675.323	412.152.447	424.128.695	418.020.438	408.248.391
Receitas correntes	289.549.459	264.538.157	241.229.783	266.224.719	264.461.893
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	108.132.722	96.642.076	77.684.042	84.464.993	83.896.645
Impostos	107.010.255	93.561.958	76.695.854	83.256.352	82.637.849
Taxas	1.122	3.080.119	988	1.209	1.259
Receita de contribuições	145.794.628	134.842.074	134.841.312	143.100.814	138.903.886
Contribuições sociais	143.527.012	131.576.087	132.552.095	140.633.876	136.436.673
Contribuições econômicas	1.440.239	3.265.988	2.289.217	2.466.938	2.467.213
Contribuições para ent. Privadas de serv. Social e de form. Profissional			0	0	0
Receita patrimonial	17.313.011	20.558.175	15.626.513	19.871.193	27.100.921
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	321	244	494	318	282
Valores mobiliários	3.188.608	5.987.488	6.642.147	3.859.714	10.563.393
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	209	458	1.871.308	1.693.777	2.499.380
Exploração de recursos naturais	13.100.086	13.392.162	6.072.287	13.112.596	282
Exploração do patrimônio intangível	0	1	0	1	1
Cessão de direitos	489	235	477	523	493
Demais receitas patrimoniais	6	4	751	930	595
Receita agropecuária	3	5	3	3	6
Receita industrial	155	266	193	130	246
Receita de serviços	12.313.225	7.401.545	9.820.851	13.202.830	7.139.467
Serviços administrativos e comerciais gerais	599	546	685	550	617
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	966	0	658	689	725
Serviços e atividades referentes à saúde	322	339	347	337	339
Serviços e atividades financeiras	10.422.698	5.857.794	8.125.109	11.621.333	5.452.332
Outros serviços	925	5	7	5	6
Transferências correntes	73	180	249	218	136
Transferências da união e de suas entidades	127,20	145,33	222	175	143
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	4,504	-219,893	606	652	323
Transferências dos municípios e de suas entidades	407,00	3,91	7	590	780
Transferências de instituições privadas	120,622	30,092	15	34	-13
Transferências do exterior	225,00	0,00	0	0	0
Transferências de pessoas físicas	72	157	142	71	147
Transferências provenientes de depósitos não identificados	2.890.472,00	0,00	0	2	1
Outras receitas correntes	2.695.552	4.642.502	2.811.717	5.234.023	7.033.531
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.036.351	1.163	1.275	1.396	3.077.489
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.312.805	1.373.079	1.035.154	1.476.603	1.120
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	970	131	147	123	159
Demais receitas correntes	860	1.265	285	1.774	1.144.277
Receitas correntes a classificar	102.953.729	1	-1	2	
Receitas de capital	113.367.222	147.614.289	182.898.912	151.795.719	143.786.498
Operações de crédito	100.170.737	98.198.649	131.308.972	123.658.578	61.671.504
Operações de crédito internas	8.130.156	93.110.445	130.969.434	123.516.582	61.607.666
Operações de crédito externas	186	5.100.004	340	142	484

(Continua)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Receita realizada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Alienação de bens	195	81	103	3.227.880	72
Alienação de bens móveis	30	52	43	3.217.698	60
Alienação de bens imóveis	4.268.225	13	20	26	12
Alienação de bens intangíveis	5	3	0	1	0
Amortizações de empréstimos	4.882.131	7.888.224	36.317.548	11.480.241	46.605.311
Transferências de capital	999	0	199	12	246
Transferências da união e de suas entidades	998,00	0,00	0	0	2
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	6.308.351,00	0,00	0	13	244
Transferências de instituições privadas	0	0	199	9	0
Transferências do exterior	6.308.352,00	0,00	0	0	0
Outras receitas de capital	8.128.053	41.446.258	15.169.582	13.369.058	35.000.443
Integralização do capital social	0	25.973.338	0	0	
Resultado do banco central	8.128.053	15.472.920	0	0	21.413.302
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	15.169.582	13.369.058	13.587.142
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0	0	0
Receitas de capital a classificar	0	0	0	0	0
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	413.675.323	412.152.447	428.843.480	422.418.068	412.521.433
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	76.965.653	76.739.550	21.112.012	61.788.306	61.077.087
Operações de crédito internas	76.965.653	75.885.664	21.112.012	61.788.306	61.077.087
Mobiliária	76.965.653	75.885.664	21.112.012	61.788.306	61.077.087
Operações de crédito externas	0	854	0	0	0
Mobiliária	0	854	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	495.305.457	494.967.221	449.955.491	484.206.373	473.598.521
Déficit (VI)			0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	495.305.457	494.967.221	449.955.491	484.206.373	473.598.521

Receita realizada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Receita (intraorçamentária) (II)	4.664.481	6.075.223	4.714.786	4.397.630	4.273.043
Receitas correntes	4.664.481	6.075.223	4.714.786	4.397.630	4.273.043
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	341	796	531	54	414
Impostos	130	343	236	-82	74
Taxas	211	453	295	137	340
Receita de contribuições	3.057.358	2.979.312	3.172.731	2.971.885	2.916.737
Contribuições sociais	3.057.356	2.979.297	3.172.730	2.971.882	2.916.737
Contribuições econômicas	1	15	1	3	0
Contribuições para ent. Privadas de serv. Social e de form. Profissional	0	0	0	0	0
Receita patrimonial	514	649	549	575	361
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	512	610	301	574	361
Valores mobiliários	1		0	0	0
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença		38	9	2	0
Receita industrial	19,52	48,97	16	21	26
Receita de serviços	8	14	649	15	13
Serviços administrativos e comerciais gerais	2	532	2	3	569

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Receita realizada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0	0	0	11
Serviços e atividades referentes à saúde	361	11	6	12	0
Serviços e atividades financeiras	0	0	0	0	0
Outros serviços	0	0	0	0	0
Outras receitas correntes	1.007.799	2.351.276	1.508	1.389	1.317
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-17	-2	12	3	37
Indenizações, restituições e ressarcimentos	264	148	-51	1.202	-842
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. Ao rgps			0	0	0
Demais receitas correntes	1.007.628	2.350.477	1.508	1.388	1.318
Receitas de capital	0	0	0	0	0
Operações de crédito	0	0	0	0	0
Operações de crédito internas	0	0	0	0	0
Operações de crédito externas	0	0	0	0	0
Alienação de bens	0	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0	0	0
Resultado do banco central	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Rreo - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Tabela 21

Demonstrativo das despesas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Despesa executada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	373.564.054	314.635.701	402.897.157	449.782.227	305.285.912
Despesas correntes	335.835.062	286.020.233	272.286.215	377.309.392	247.125.672
Pessoal e encargos sociais	48.299.477	50.810.261	54.406.840	46.691.538	46.999.909
Juros e encargos da dívida	95.717.307	34.934.214	22.143.689	101.206.770	9.331.217
Outras despesas correntes	191.818.280	200.275.759	195.735.684	229.411.084	190.794.546
Transferência a estados, df e municípios	61.898.599	49.273.932	61.258.380	62.775.933	51.404.417
Benefícios previdenciários	95.812.500	101.073.409	95.648.876	119.902.162	97.086.442
Demais despesas correntes	34.107.181	49.928.418	38.828.428	46.732.989	42.303.687
Despesas de capital	37.728.991	28.615.467	130.610.942	72.472.835	58.160.240
Investimentos	125	1.141	1.559	2.672.938	3.282.636
Inversões financeiras	6.832.420	9.713.229	9.854.236	8.746.491	8.018.437
Amortização da dívida	30.699.811	17.761.576	119.170.738	61.026.867	46.833.915
Reserva de contingência	-	-	0	0	0
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	5.249.317	6.811.504	6.196.312	5.184.101	5.042.507
Despesas correntes	5.249.257	6.809.452	5.411.999	5.003.105	4.977.361
Pessoal e encargos sociais	3.507.621	3.490.217	3.673.670	3.408.760	3.485.491
Juros e encargos da dívida	1.059.515		844	0	0
Outras despesas correntes		2.521.113	0	1.594	1.492
Demais despesas correntes	1.059.515	2.521.113	844	1.594	1.492
Despesas de capital	60	310	784	181	65
Investimentos	40	299	3	4	4
Inversões financeiras	20	23	781	181	76
Amortização da dívida			0	0	0
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	378.813.371	512.360.540	409.093.469	454.966.327	310.328.419
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	136.029.865	190.913.335	5.075.505	37.987.710	89.521.753
Amortização da dívida interna	135.359.168	190.457.869	3.957.062	37.737.323	86.540.158
Dívida mobiliária	134.989.074	190.339.915	3.212.789	35.833.634	86.279.091
Outras dívidas	370	118	211	1.746.797	261
Amortização da dívida externa	671	455	1.118	250	2.848.052
Dívida mobiliária	-	-	0	0	2.636.883
Outras dívidas	671	455	1.118	250	345
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	514.843.236	512.360.540	414.168.974	492.954.038	399.850.172
Superávit (XIII)	-	-	0	0	0
Total (XIV) = (XII + XIII)	514.843.236	512.360.540	414.168.974	492.954.038	399.850.172

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Receita realizada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	7.158.745.522,12	7.021.321.495,35	7.405.269.335	7.441.196.294	7.388.939.632
Receitas correntes	7.073.306.161,00	6.877.404.939,86	7.249.812.371	7.345.256.088	6.974.388.015
Receita tributária	4.085.909.457,74	4.019.827.964,64	4.315.675.149	4.412.515.483	4.509.536.323
Impostos	3.883.140.654,87	3.823.678.630,69	4.095.578.452	4.157.442.212	4.253.014.148
Taxas	202.768.802,87	196.149.333,95	220.096.698	255.073.270	256.522.176
Contribuição de melhoria	-	-	0	0	0
Receita de contribuições	331.554.860,06	515.957.180,71	479.126.439	547.765.363	489.325.708
Contribuições sociais	331.554.860,06	515.957.180,71	479.126.439	547.765.363	489.325.708
Contribuição de intervenção no domínio econômico	-	-	0	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	-	-	0	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	-	-	0	0	0
Receita patrimonial	58.704.385,00	75.859.346,98	54.413.784	72.182.405	60.321.392
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	18.615.441,02	11.130.154,45	10.013.132	8.187.137	11.720.797
Valores mobiliários	29.925.830,51	54.478.841,04	33.849.464	39.676.270	36.848.561
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	-	-	0	0	0
Exploração de recursos naturais	550.760,50	462.264,79	616.304	863.803	806.554
Exploração do patrimônio intangível	-	-	0	0	0
Cessão de direitos	9.611.993,45	9.788.086,70	9.932.815	23.431.686	10.944.419
Demais receitas patrimoniais	359,52	-	2.070	23.508	1.060
Receita agropecuária	58.414,46	65.399,80	32.371	29.274	21.954
Receita industrial	64550	37939,3	87.660	63.765	31.726
Receita de serviços	15.061.063	31.325.442	20.169.899	33.495.056	35.602.102
Serviços administrativos e comerciais gerais	13.473.633	16.007.297	14.447.120	20.534.325	19.689.623
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	257.269	260.151	231.316	300.051	267.946
Serviços e atividades referentes à saúde	46.741	-	0	249.890	0
Serviços e atividades financeiras	643	13.788.581	4.249.210	7.775.711	13.011.896
Outros serviços	1.282.777,78	1.269.413,52	1.242.253	4.635.080	2.632.637
Transferências correntes	2.502.557.186,95	2.104.021.397,39	2.178.866.340	1.944.791.373	1.912.180.380
Transferências da união e de suas entidades	2.097.306.566,64	1.691.156.389,18	1.760.175.198	1.546.284.459	1.517.831.673
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-	0	0	221.854
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-	0	212.500	1.527.213
Transferências de instituições privadas	1.220.076	1.057.582	3.650.202	1.507.634	392.577.112
Transferências de outras instituições públicas	403.967.562,14	411.807.426,14	415.040.939	396.653.877	22.530
Transferências do exterior	62.982	-	0	132.902	0
Transferências de pessoas físicas	-	-	0	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-	0	0	0
Outras receitas correntes	79.396.243,38	130.310.268,76	201.440.730	334.413.371	-32.631.570
Multas administrativas, contratuais e judiciais	13.354.719,53	13.378.834,32	16.332.770	19.035.244	25.019.627
Indenizações, restituições e ressarcimentos	9.960.241	7.275.036	6.203.268	52.916.448	11.122.656
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	-	-	0	0	0
Demais receitas correntes	56.081.282,37	109.656.398,79	178.904.691	262.461.678	-68.773.852
Receitas de capital	85.439.361,12	143.916.555,49	155.456.964	95.940.206	414.551.617
Operações de crédito	77.430.887,82	93.038.429,38	102.463.936	18.512.861	363.282.750
Operações de crédito - mercado interno	5.157.040,09	48.366.917,79	13.540.890	2.916.500	44.063.581
Operações de crédito - mercado externo	72.273.847,73	44.671.511,59	88.923.046	15.596.361	319.219.168

Tabela 22

Balço orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Receita realizada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Alienação de bens	1.419.976,43	4.087.657,47	4.290.356	2.589.814	212.487
Alienação de bens móveis	6.980	2.768.320	2.405.312	2.185.888	18.600
Alienação de bens imóveis	1.412.996,43	1.319.337,47	1.885.044	403.925	193.887
Alienação de bens intangíveis	-	-	0	0	0
Amortização de empréstimos	1.218.245	35.093.466	12.698.812	21.335.956	31.253.357
Transferências de capital	5.370.251,58	11.697.002,67	36.003.860	53.501.576	19.803.024
Transferências da união e de suas entidades	5.370.251,58	11.697.002,67	29.236.461	52.311.776	19.803.024
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-	0	0	0
Transferências de instituições privadas	-	-	6.767.399	1.189.800	0
Transferências de outras instituições públicas	-	-	0	0	0
Transferências do exterior	-	-	0	0	0
Transferências de pessoas físicas	-	-	0	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-	0	0	0
Outras receitas de capital	-	-	0	0	0
Integralização do capital social	-	-	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	-	-	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	-	-	0	0	0
Demais receitas de capital	-	-	0	0	0
Receitas (intraorçamentárias) (II)	450.722.310,70	483.681.230,13	447.255.667	531.663.728	490.231.312
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	7.609.467.832,82	7.505.002.725,48	7.852.525.002	7.972.860.022	7.879.170.944
Operações de crédito internas	-	-	0	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	0	0
Operações de crédito externas	-	-	0	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	0	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	7.609.467.832,82	7.505.002.725,48	7.852.525.002	7.972.860.022	7.879.170.944
Déficit (VI)		-	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	7.609.467.832,82	7.505.002.725,48	7.852.525.002	7.972.860.022	7.879.170.944
Saldos de exercícios anteriores			0	0	0

Receita intraorçamentária	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	450.722.311	483.681.230	447.255.667	531.663.728	490.231.312
Receitas correntes	450.722.311	483.681.230	447.255.667	531.663.728	490.231.312
Receita de contribuições	387.848.428	409.887.827	373.324.829	446.881.222	413.797.491
Contribuições sociais	387.848.428	409.887.827	373.324.829	446.881.222	413.797.491
Receita de serviços	0	3.948.731	3.860.473	6.458.430	2.110.045
Serviços administrativos e comerciais gerais	0	0	90.076	1.474.760	79.210
Serviços e atividades referentes à saúde	0	69.844.672	3.770.397	4.983.670	2.030.835
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0	0	0	0
Outros serviços	0	0	0	0	0
Outras receitas correntes	0	0	70.070.365	78.324.076	74.323.777
Demais receitas correntes	0	0	70.070.365	78.324.076	74.323.777
Total	450.722.311	483.681.230	447.255.667	531.663.728	490.231.312

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2019.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO - Anexo I (LRF art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 22

Balço orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Despesa executada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Mai-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.170.983.290,02	9.195.444.451,70	7.136.703.177	7.435.095.660	7.441.492.732
Despesas correntes	3.804.804.642,74	8.639.928.282,95	6.613.856.691	6.848.076.417	6.738.374.239
Pessoal e encargos sociais	1.347.397.082,45	5.634.075.918,79	3.427.989.150	3.661.439.669	3.339.284.361
Juros e encargos da dívida	62.489.212,59	150.379.680,00	144.508.401	100.068.100	225.468.118
Outras despesas correntes	2.394.918.347,70	2.855.472.684,16	3.041.359.140	3.086.568.648	3.173.621.761
Transferências a municípios	1.067.916.973	960.230.811,76	1.183.674.204	1.176.496.738	1.158.045.751
Demais despesas correntes	1.327.001.374,62	1.895.241.872,40	1.857.684.937	1.910.071.910	2.015.576.010
Despesas de capital	366.178.647,28	555.516.168,75	522.846.486	587.019.243	703.118.492
Investimentos	204.282.272	351.508.531,40	305.494.331	363.373.205	289.304.559
Inversões financeiras	27.886.220	27.471.992,76	78.621.639	89.792.282	227.912.950
Amortização da dívida	134.010.155,41	176.535.644,59	138.730.516	133.853.757	185.900.983
Reserva de contingência			0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	170.993.010,43	742.058.087	438.345.526	531.116.939	460.272.876
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	4.341.976.300,45	9.937.502.539,13	7.575.048.703	7.966.212.599	7.901.765.608
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	0	0	0
Amortização da dívida interna	-	-	0	0	0
Dívida mobiliária	-	-	0	0	0
Outras dívidas	-	-	0	0	0
Amortização da dívida externa	-	-	0	0	0
Dívida mobiliária	-	-	0	0	0
Outras dívidas	-	-	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	4.341.976.300,45	9.937.502.539,13	7.575.048.703	7.966.212.599	7.901.765.608
Superávit (VI)			0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	4.341.976.300,45	9.937.502.539,13	7.575.048.703	7.966.212.599	7.901.765.608

Despesa intraorçamentária	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Mai-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Despesas correntes	170.993.010,43	742.058.087,43	438.345.526	531.116.939	460.272.876
Pessoal e encargos sociais	152.970.577,01	556.879.039,08	339.045.727	393.963.693	347.712.174
Outras despesas correntes	18.022.433,42	185.179.048,35	99.299.799	137.153.245	112.560.702
Despesas de capital	-	-	0	0	0
Investimentos	-	-	0	0	0
Total	170.993.010,43	742.058.087,43	438.345.526	531.116.939	460.272.876

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2019.

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 24

Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-maio 2019

Unidade da federação	2019					
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Acumulado
Norte	2.317.589	2.268.235	1.972.099	1.184.440	822.296	8.564.659
Acre	120.161	111.329	0	109.348	0	340.838
Amazonas	780.614	841.491	715.199	758.169	822.296	3.917.769
Pará	1.010.970	937.743	890.934	0	0	2.839.647
Rondônia	0	0	0	0	0	0
Amapá	76.287	66.556	66.673	78.967	0	288.483
Roraima	83.962	77.040	76.717	0	0	237.719
Tocantins	245.594	234.074	222.574	237.955	0	940.197
Nordeste	7.477.581	6.349.478	4.865.020	3.762.467	1.663.904	24.118.450
Maranhão	647.181	576.131	556.244	579.859	0	2.359.415
Piauí	422.516	322.688	290.816	441.263	314.844	1.792.127
Ceará	1.116.110	1.015.490	974.355	1.026.387	1.025.656	5.157.998
Rio Grande do Norte	536.922	465.359	453.353	0	0	1.455.634
Paraíba	526.841	476.894	454.105	0	0	1.457.840
Pernambuco	1.520.407	1.259.298	0	1.434.744	0	4.214.449
Alagoas	386.695	0	0	0	323.403	710.098
Sergipe	317.843	282.674	266.538	280.212	0	1.147.267
Bahia	2.003.063	1.950.941	1.869.606	0	0	5.823.610
Sudeste	21.432.957	19.739.921	19.136.871	20.158.829	0	80.468.578
Minas Gerais	4.251.286	4.031.861	3.939.544	4.685.608	0	16.908.299
Espírito Santo	963.465	965.665	880.260	0	0	2.809.390
Rio de Janeiro	3.586.300	3.192.884	2.763.545	3.193.576	0	12.736.305
São Paulo	12.631.904	11.549.508	11.553.522	12.279.643	0	48.014.577
Sul	4.782.304	4.793.900	4.654.388	4.905.236	2.448.822	21.584.650
Paraná	0	0	0	0	2.448.822	2.448.822
Santa Catarina	2.052.405	1.979.724	1.850.494	1.917.948	0	7.800.571
Rio Grande do Sul	2.729.899	2.814.176	2.803.894	2.987.288	0	11.335.257
Centro-oeste	3.794.643	3.776.290	3.204.621	3.918.618	1.416.008	16.110.180
Mato Grosso	827.748	1.011.560	1.094.128	1.156.490	0	4.089.926
Mato Grosso do Sul	790.779	794.304	796.748	798.109	0	3.179.940
Goiás	1.475.531	1.330.603	1.313.744	1.335.267	1.416.008	6.871.153
Distrito Federal	700.584	639.822	0	628.750	0	1.969.156
Brasil	39.805.075	36.927.827	33.833.002	33.929.593	6.351.031	150.846.528

Fonte: Confaz-Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: (1) valor provisório.

Dados coletados até 18/06/2019.

Tabela 25
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-set. 2019/Jan.-dez. 2018

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Janeiro	2.002.566.552	1.916.113.836	229.867.251	264.350.768	2.232.433.802	2.180.464.605
Fevereiro	1.950.940.865	1.771.439.443	294.668.398	264.350.768	2.245.609.262	2.035.790.211
Março	1.869.602.544	1.631.452.511	265.313.193	244.652.158	2.134.915.737	1.876.104.669
Abril	1.988.019.928	1.906.887.010	279.600.181	286.683.318	2.267.620.109	2.193.570.328
Maiο	2.021.567.179	1.737.318.180	325.612.852	333.360.501	2.347.180.030	2.070.678.681
Junho	1.989.015.453	1.705.215.514	372.466.417	257.333.127	2.361.481.870	1.962.548.640
Julho	1.928.742.362	1.976.026.192	366.591.726	311.409.784	4.582.770.064	2.287.435.975
Agosto	2.202.912.144	1.977.440.524	296.021.077	307.623.602	4.783.997.347	2.285.064.126
Setembro	2.158.979.754	2.133.902.521	354.054.552	311.241.075	4.958.177.901	2.445.143.596
Outubro		2.040.966.116		286.098.318		2.327.064.434
Novembro		2.080.127.005		245.599.856		2.325.726.861
Dezembro		2.630.771.095		501.653.737		3.132.424.832
Total		23.507.659.947		3.614.357.011		27.122.016.958

Fonte: Sefaz - Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 26

Balanço orçamentário do município de Salvador – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Receita liquidada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	1.178.954.866	974.267.442	1.143.872.326	1.093.906.973	1.032.634.571
Receitas correntes	1.163.177.263	906.597.853	1.002.876.956	1.064.192.810	948.971.655
Receita tributária	585.208.180	364.654.784	431.257.991	448.167.557	379.800.883
Impostos	508.818.645	333.787.632	351.093.067	377.135.456	345.885.611
Taxas	76.389.536	30.867.152	80.164.923	71.032.101	33.915.272
Contribuição de melhoria	0	0	0	0	0
Receita de contribuições	59.261.270	54.430.752	54.930.045	60.159.317	51.213.169
Contribuições sociais	24.265.022	24.581.238	24.567.836	24.630.815	24.659.629
Contribuições econômicas	0	0	0	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de Formação profissional	0	0	0	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	34.996.248	29.849.514	30.362.209	35.528.501	26.553.540
Receita patrimonial	24.009.757	21.117.946	23.807.604	25.939.307	28.016.116
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	6.327.077	2.921.697	4.580.653	4.215.292	8.771.745
Valores mobiliários	17.682.680	18.196.245	19.226.930	21.724.015	19.244.370
Delegação de serviços públicos mediante concessão, Permissão, autorização ou licença	0	0	0	0	0
Exploração de recursos naturais	0	0	0	0	0
Exploração do patrimônio intangível	0	0	0	0	0
Cessão de direitos	0	0	0	0	0
Demais receitas patrimoniais	0	4	21	1	0
Receita agropecuária	0	0	0	0	0
Receita industrial	23.076	160	210	16.510	17.555
Receita da indústria de construção	0	0	0	0	0
Receita de serviços	389.927	3.882.583	13.385.464	517.444	163.254
Serviços administrativos e comerciais gerais	30.841	1.091.151	7.573.964	785	62.310
Serviços e atividades referentes à navegação e ao Transporte	0	0	0	0	0
Serviços e atividades referentes à saúde	0	0	0	0	0
Serviços e atividades financeiras	0	0	0	0	0
Outros serviços	359.086	2.791.433	5.811.499	516.659	100.944
Transferências correntes	468.903.904	443.203.932	455.983.103	501.043.496	461.801.905
Transferências da união e de suas entidades	283.079.134	247.038.651	255.671.158	275.088.106	242.515.502
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	117.644.148	131.394.415	129.327.534	157.308.595	151.375.254
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	0	0	0
Transferências de instituições privadas	0	750	3.880	680	238
Transferências de outras instituições públicas	820	64.766.719	70.979.391	68.290.928	67.908.750
Transferências do exterior	68.178.617	0	0	0	0
Transferências de pessoas físicas	1.186	3.398	1.140	355.187	2.160
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	0	0	0
Outras receitas correntes	25.381.149	19.307.694	23.512.541	28.349.179	27.958.773
Multas administrativas, contratuais e judiciais	11.506.251	9.218.271	12.083.365	15.135.472	15.818.593
Indenizações, restituições e ressarcimentos	6.288.956	3.114.659	4.338.780	5.988.561	3.092.560
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	64.107	32.380	0	0	2.191.102
Demais receitas correntes	7.521.835	6.942.384	7.090.396	7.225.146	6.856.517
Receitas de capital	15.777.603	67.669.589	140.995.369	29.714.163	83.662.916
Operações de crédito	3.956.946	21.123.096	131.946.663	18.918.055	75.091.317

(Conclusão)

Tabela 26

Balço orçamentário do município de Salvador – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Receita liquidada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Operações de crédito - mercado interno	3.956.946	4.948.994	8.249.142	14.382.055	37.806.705
Operações de crédito - mercado externo	0	16.174.102	123.697.521	4.536.000	37.284.612
Alienação de bens	10.917.761	34.176.292	1.518.779	2.151.787	2.046.160
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	10.917.761	34.176.292	1.518.779	2.151.787	2.046.160
Alienação de bens intangíveis	0	0	0	0	0
Amortizações de empréstimos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	902.897	12.370.201	7.529.928	8.644.320	6.525.440
Transferências da união e de suas entidades	902.897	12.370.201	7.529.928	8.644.320	6.525.440
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	0	0	0
Transferências de instituições privadas	0	0	0	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0	0	0
Transferências do exterior	0	0	0	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0	0	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0	0	0
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	49.910.745	49.737.185	50.300.248	50.217.924	52.849.119
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	1.228.865.611	1.024.004.627	1.194.172.574	1.144.124.897	1.085.483.690
Operações de crédito/ refinanciamento (IV)	0	0	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	1.228.865.611	1.024.004.627	1.194.172.574	1.144.124.897	1.085.483.690
Déficit (VI)	0	0	0	0	0
Total (VII) = (V+ VI)	1.228.865.611	1.024.004.627	1.194.172.574	1.144.124.897	1.085.483.690

Receita intraorçamentária	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Receitas correntes	49.910.745	49.737.185	50.300.248	50.217.924	52.849.119
Contribuições	49.869.727	49.692.964	50.252.744	50.167.499	52.795.755
Contribuições sociais	49.869.727	49.692.964	50.252.744	50.167.499	52.795.755
Receita patrimonial	41.017	44.222	47.505	50.425	53.364
Demais receitas patrimoniais	41.017	44.222	47.505	50.425	53.364
Receita de serviços	0	0	0	0	0
Outros serviços	0	0	0	0	0
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	0	0	0
Total de receitas intra-orçamentárias	0	0	0	0	0
Total	49.910.745	49.737.185	50.300.248	50.217.924	52.849.119

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 27

Balanço orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2019

Despesa liquidada	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	772.724.084	984.817.540	964.977.450	1.019.216.868	1.082.241.984
Despesas correntes	748.993.470	915.197.896	891.169.211	906.676.059	931.488.787
Pessoal e encargos sociais	406.910.706	414.287.338	416.590.419	411.705.004	411.723.578
Juros e encargos da dívida	2.532.676	6.140.954	5.415.294	2.808.598	4.333.653
Outras despesas correntes	339.550.088	494.769.605	469.163.498	492.162.456	515.431.556
Despesas de capital	23.730.614	69.619.644	73.808.239	112.540.809	150.753.196
Investimentos	6.453.118	47.563.808	49.298.436	81.765.549	130.296.608
Inversões financeiras	0	0	0	0	0
Amortização da dívida	17.277.496	22.055.836	24.509.803	30.775.260	20.456.588
Reserva de contingência	0	0	0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	49.910.745	49.737.185	50.300.248	52.477.414	50.589.629
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	822.634.828	1.034.554.726	1.015.277.698	1.071.694.281	1.132.831.612
Superávit (IV)	0	0	0	0	0
Total (V) = (III + IV)	822.634.828	1.034.554.726	1.015.277.698	1.071.694.281	1.132.831.612

Despesa intraorçamentária	2019				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Despesas correntes	49.632.669	49.456.428	50.016.641	49.933.842	50.305.020
Pessoal e encargos sociais	49.591.652	49.412.206	49.969.136	49.883.417	50.251.657
Juros e encargos da dívida	41.017	44.222	47.505	50.425	53.364
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	278.075	280.758	283.607	2.543.572	284.608
Investimentos	0	0	0	0	0
Inversões financeiras	0	0	0	0	0
Amortização da dívida	278.075	280.758	283.607	2.543.572	284.608
Total	49.910.745	49.737.185	50.300.248	52.477.414	50.589.629

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO



ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

[publicações.sei.ba.gov.br
/conjunturaeplanejamento](mailto:publicações.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento)



INFORMAÇÕES

71 3115-4711 71 3115-4771
In english: 55 71 3115-4795
En español 55 71 3115-4795



COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto Correia
Rosângela Ferreira Conceição

w w w . s e i . b a . g o v . b r



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



SEI

25
65

25 ANOS DE SEI
65 ANOS DE HISTÓRIA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



**GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536

